

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO E GOVERNANÇA
PÚBLICA

ARIANE MARIA AGNER

**REFLEXOS DA FORMAÇÃO TÉCNICA-PROFISSIONAL NO COOPERATIVISMO
EM ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA: Caso de estudo do Pronera no Estado do
Paraná**

DISSERTAÇÃO

CURITIBA
2020

ARIANE MARIA AGNER

**REFLEXOS DA FORMAÇÃO TÉCNICA-PROFISSIONAL NO COOPERATIVISMO EM
ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA: Caso de estudo do Pronera no Estado do Paraná**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Planejamento e Governança Pública. Área de Concentração: Planejamento Público e Desenvolvimento
Linha de pesquisa: Planejamento e Políticas Públicas

Orientador: Prof. Décio Estevão do Nascimento

CURITIBA
2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Agner, Ariane Maria

Reflexos da formação técnica-profissional no cooperativismo em áreas de reforma agrária [recurso eletrônico] : caso de estudo do Pronera no Estado do Paraná / Ariane Maria Agner.-- 2020.

1 arquivo texto (145 f.) : PDF ; 1,66 MB.

Modo de acesso: World Wide Web

Título extraído da tela de título (visualizado em 11 maio 2020)

Texto em português com resumo em inglês

Dissertação (Mestrado) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Programa de Pós-graduação em Planejamento e Governança Pública, Curitiba, 2020

Bibliografia: f. 138-145.

1. Administração pública - Dissertações. 2. Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Brasil). 3. Reforma agrária - Aspectos sociais. 4. Associativismo. 5. Cooperativismo. 6. Relações trabalhistas - Paraná. 7. Reforma agrária - Paraná. 8. Educação rural - Paraná. I. Nascimento, Décio Estevão do. II. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública. III. Título.

CDD: Ed. 23 – 351

Biblioteca Central da UTFPR, Câmpus Curitiba

Bibliotecário: Adriano Lopes CRB-9/1429

TERMO DE APROVAÇÃO

Àqueles que estiveram, e estão,
nas trincheiras, ao meu lado.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, sobretudo, em quem encontro forças na fraqueza; aos meus pais, que, mesmo de maneira inconsciente, me colocaram a trilhar esses caminhos, especialmente minha mãe, exemplo de coragem, determinação; ao meu companheiro, que tem sido meu cônjuge, meu consorte, em quem encontrei guarida para minhas limitações, de quem recebi o apoio em todas as vezes que eu quis desistir (e foram muitas); aos demais familiares, que, mesmo não entendendo a dimensão dos acontecimentos, estiveram tão próximos quanto distantes; aos Professores, que com paciência e humildade compartilharam de seus bens mais preciosos: o tempo e o conhecimento; ao Professor Orientador, em especial, Dr. Décio Estevão do Nascimento, pela paciência, por trazer luz a esse caminho, pelo conhecimento compartilhado, pelo tempo dedicado; aos colegas dessa turma “especial”, pelo carinho, pela força, por não largarem minhas mãos todas as vezes que eu quis desistir (e foram muitas, mesmo); aos colegas de trabalho, em especial ao atual responsável pelo Pronera do Paraná; às chefias, pela tolerância e pela viabilização desta pesquisa; à Central das Cooperativas de Reforma Agrária do Paraná, que auxiliaram na coleta das informações necessárias à construção deste trabalho; aos que não citei, mas que de alguma forma, mesmo que inconscientemente, impulsionaram-me a trilhar por esses caminhos.

“- Quem está nas trincheiras ao teu lado?
- E isso importa?
- Mais do que a própria guerra”.

(HEMINGWAY, 1972)

RESUMO

AGNER, Ariane M. **Reflexos da formação técnica-profissional no cooperativismo em áreas de reforma agrária: caso de estudo do Pronera no Estado do Paraná.** 2020. 138 f. Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2020.

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) foi instituído no ano de 1998, tendo como um dos compromissos viabilizar a implementação de novos padrões de relações sociais do trabalho por meio da qualificação profissional. Dessa forma, o objetivo desta Dissertação é, sobretudo, descrever o reflexo da formação técnica-profissional promovida pelo Pronera no cooperativismo em áreas de Reforma Agrária no estado do Paraná. Em termos metodológicos, a pesquisa bibliográfica foi precedida por um levantamento bibliométrico acerca da temática. Foi feita também uma pesquisa documental nos relatórios de gestão e processos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Partiu-se do pressuposto de que a relação de trabalho predominante em áreas de assentamentos rurais no Paraná é o cooperativismo. Como categorias de análise da pesquisa, foram consideradas a presença do cooperativismo nos cursos do Pronera do Paraná; a presença do cooperativismo nas disciplinas dos cursos de formação técnica-profissional; e a atuação dos egressos da formação técnica-profissional no cooperativismo da Reforma Agrária no estado do Paraná. Essas categorias foram interpretadas como os reflexos do Pronera no cooperativismo de Reforma Agrária no Paraná. Embora tenham-se constatado esses reflexos, é pouco perceptível a presença do cooperativismo nos cursos de formação técnica-profissional realizados pelo Pronera do Paraná. Ou seja, o compromisso de viabilizar a implementação de novos padrões de relações sociais de trabalho, assumido pelo Pronera não tem sido cumprido.

Palavras-chave: Associativismo. Cooperativismo. Relações sociais do trabalho. Educação do Campo. Pronera.

ABSTRACT

AGNER, ARIANE M. **Reflexes of technical-professional training in cooperativism in areas of land reform: case study of Pronera in the Federal State of Paraná.** 2020. 138 f. Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2020.

The *Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera)* was instituted in 1998, having as one of its commitments the feasibility of implementing new standards of social relations at work through professional qualification. Thus, the general objective of this dissertation is to describe the reflex of the technical-professional formation promoted by *Pronera* in the cooperativism in areas of Agrarian Reform in the Federal State of *Paraná*. From the bibliometric survey about the theme, as well as through documentary research in *Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)* management reports and processes, applying the methodological assumptions of Bardin's content analysis, the research was carried out in an attempt to answer the guiding question which is: what is the reflex of technical-professional training (*Pronera*) in cooperatives in areas of agrarian reform in *Paraná*? It is said that the predominant labor relations in rural settlement areas in *Paraná* are cooperatives. The presence of cooperativism in *Pronera* courses in *Paraná* was considered as research categories; the presence of cooperatives in disciplines of technical and professional training courses; the presence of cooperativism in the menus of disciplined technical and professional training courses; and the performance of graduates of technical and professional training in agrarian reform cooperatives in *Paraná*. These categories were interpreted as reflections of *Pronera* in the Agrarian Reform cooperative in *Paraná*. Although these reflexes were found, the occurrence rates were below 50% in all categories. The research showed that *Pronera's* low reflex in *Paraná* Agrarian Reform cooperativism was one of *Pronera's* feasibility commitments.

Keywords: Associativism. Cooperativism. Social relations of work. Fields Education. Pronera

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Percentual de estudantes de escolas públicas com aprendizagem adequada, por Grupo de Nível Socioeconômico (NSE) da escola, 2017.....	32
Figura 2. Índice de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais no campo.....	33
Figura 3. Representação de associação.....	53
Figura 4. Similaridade entre associação e cooperativa.....	61
Figura 5. Políticas Públicas para agricultura familiar.....	65
Figura 6. Alinhamento Conceitual.....	70
Figura 7. Análise de Conteúdo.....	73
Figura 8. Etapas do levantamento bibliométrico inicial.....	74

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Relação nº de assentados e nº de cooperados.....	97
Gráfico 2. Relação Meta e Formandos.....	100
Gráfico 3. Carga horária Associativismo e Cooperativismo, e Tempo Escola.....	107
Gráfico 4. Carga horária Associativismo e Cooperativismo e carga horária total do curso.....	108
Gráfico 5. Carga horária das disciplinas da área Desenvolvimento Rural Sustentável	109
Gráfico 6. Presença do Cooperativismo como disciplina.....	119
Gráfico 7. Nº trabalhadores das Cooperativas e nº de trabalhadores egressos do Pronera PR.....	121
Gráfico 8. Egressos do Pronera 2003 a 2018, e trabalhadores das cooperativas egressos do Pronera.....	123
Gráfico 9. Reflexos do Pronera no Cooperativismo RA/PR.....	125

LISTA DE MAPAS

Mapa 1. Cooperativas de Assentados do Paraná.....84

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Comparativo entre os principais programas de educação do campo do Governo Federal.....	36
Quadro 2. Modificações dos Manuais do Pronera.....	39
Quadro 3. Operacionalização do Pronera.....	40
Quadro 4. Eixos de operacionalização do Pronera.....	41
Quadro 5. Comparativo básico entre associação e cooperativa.....	60
Quadro 6. Distribuição e caracterização das categorias da pesquisa.....	80
Quadro 7. Cooperativas de Assentamentos no Paraná.....	83
Quadro 8. Presença do Cooperativismo como disciplina.....	118

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Associações sem fins lucrativos no Brasil por setores.....	53
Tabela 2. Resultados iniciais por palavras-chave.....	76
Tabela 3. Resultados das combinações.....	76
Tabela 4. Resultados das combinações.....	76
Tabela 5. Resultados da síntese de interesse da pesquisa.....	77
Tabela 6. Resultados iniciais por palavras-chave.....	80
Tabela 7. Resultados das combinações.....	80
Tabela 8. Resultados das combinações.....	80
Tabela 9. Resultados da síntese de interesse da pesquisa.....	80
Tabela 10. Cooperativa União Camponesa (Copran).....	87
Tabela 11. Cooperativa Contestado (Coopercontestado).....	88
Tabela 12. Cooperativa Camponesa Vale do Ivaí (Cocavi).....	89
Tabela 13. Cooperativa Terra Livre.....	89
Tabela 14. Cooperativa Agroindustrial 8 de Junho (Cooperjunho).....	90
Tabela 15. Cooperativa Caminho para Desenvolvimento Regional Sustentável (Cooperterra).....	97
Tabela 16. Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória (Copavi).....	97
Tabela 17. Cooperativa de Reforma Agrária União (Corau).....	98
Tabela 18. Cooperativa de Comercialização de Reforma Agrária União (Coapra)....	99
Tabela 19. Cooperativa de Comercialização de Reforma Agrária Avante (Coana)..	100
Tabela 20. Cooperativa de Camponesa de Agroindustrialização e Comercialização (Coocamp).....	101
Tabela 21. Cooperativa de Reforma Agrária e Erva Mate (Copermate).....	102
Tabela 22. Cooperativa de Comercialização e Reforma Agrária Norte Pioneiro (Coanop).....	103
Tabela 23. Cooperativa de Industrialização e Comercialização Camponesa (Copercam).....	104

Tabela 24. Relação entre Famílias Assentadas e Nº de Cooperados.....	104
Tabela 25. Pronera no Paraná 1999 a 2018.....	107
Tabela 26. Formação técnica-profissional objeto da análise.....	115
Tabela 27. Grade curricular – Agropecuária/Agroecologia (Funpar, 2003-2008).....	116
Tabela 28. Grade curricular Técnico em Agroecologia pela Funpar (2005 a 2009).	120
Tabela 29. Grade curricular Técnico em Agroecologia pela ET/UFPR (2008 a 2011)	122
Tabela 30. Grade curricular Técnico em Agroecologia pelo IFPR (2014 a 2018)....	123
Tabela 31. Grade curricular Tecnólogo em Agroecologia pela ET/UFPR (2008 a 2010).....	124
Tabela 32. Grade curricular Tecnólogo em Agroecologia pelo IFPR (2009 a 2018)..	126
Tabela 33. Grade curricular Especialização em Agricultura Familiar e Educação do Campo.....	127
Tabela 34. Atuação dos egressos do Pronera nas cooperativas de RA do Paraná.	131
Tabela 35. Egressos do Pronera 2003 a 2018, trabalhadores das cooperativas egressos do Pronera.....	133
Tabela 36. Reflexos do Pronera no Cooperativismo RA/PR.....	135

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURA

- BDTD: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
- CBAR: Comissão Brasileira de Educação das Populações Rurais
- CCA: Central das Cooperativas de Assentados do Paraná
- CONCRAB: Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
- CPAS: Cooperativas de Projetos de Assentamento
- ENERA: Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária
- EPT: Educação Profissional e Tecnológica
- FUNPAR: Fundação da Universidade Federal do Paraná
- ET/UFPR: Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná
- IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IFPR: Instituto Federal do Paraná
- INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- ITFPR: Instituto Tecnológico Federal do Paraná
- MDA: Ministério de Desenvolvimento Agrário
- MEB: Movimento de Educação de Base
- MEC: Ministério da Educação e Cultura
- MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras
- PAS: Projetos de Assentamento

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	19
1.1 DELIMITAÇÃO.....	20
1.2 PROBLEMA PERGUNTA DA PESQUISA.....	21
1.3 OBJETIVOS.....	22
1.3.1 Objetivo Geral.....	22
1.3.2 Objetivos Específicos.....	22
1.4 JUSTIFICATIVA.....	22
1.5 Procedimentos metodológicos.....	25
1.6 Estrutura da dissertação.....	25
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	27
2.1 EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL.....	27
2.1.1 Contextualização histórica da Educação do Campo no Brasil.....	27
2.1.2 Educação do campo por meio do Incra: O Pronera.....	38
2.2 RELAÇÕES SOCIAIS DO TRABALHO EM ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA.	43
2.3 ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO.....	46
2.3.1 Associativismo.....	46
2.3.2 Associativismo em áreas de Reforma Agrária.....	52
2.3.3 Cooperativismo.....	58
2.3.4 O Cooperativismo em áreas de Reforma Agrária.....	62
2.4 Alinhamento Conceitual.....	70
3 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	73
3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA.....	73
3.2 DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	73
4 APRESENTAÇÃO DO CASO DE ESTUDO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	83
4.1 COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA NO ESTADO DO PARANÁ.....	83
4.2 CURSOS DO PRONERA – INCRA/PR.....	98
4.3 O CURSO DE GESTÃO DE COOPERATIVAS.....	102
4.4 COOPERATIVISMO NA GRADE CURRICULAR DO PRONERA DO PARANÁ	105
4.4.1 Técnico em Agropecuária com ênfase em Agroecologia oferecido pela Funpar	105
4.4.2 Técnico em Agroecologia pela Funpar.....	110

4.4.3 Técnico em Agroecologia pela Escola Técnica da Universidade Federal/PR.	112
4.4.4 Técnico em Agroecologia pelo IFPR.....	114
4.4.5 Graduação em Agroecologia pela Escola Técnica da UFPR.....	115
4.4.6 Graduação em Agroecologia pelo IFPR.....	121
4.4.7 Especialização em Agricultura Familiar e Educação do Campo.....	123
.6 EGRESSOS DA FORMAÇÃO TÉCNICA-PROFISSIONAL E COOPERATIVISMO	
.....	127
5 CONCLUSÃO.....	134
REFERÊNCIAS.....	137

INTRODUÇÃO

No Brasil, os movimentos por uma educação do campo remontam aos anos 1990, quando começou a existir o movimento “Por uma educação no Campo” (BEZERRA, 2010). Para esse autor, a principal justificativa apontada para esse movimento seria a diferença entre o mundo rural e o urbano, admitindo a existência de um homem urbano e um homem rural, assim como especificidades distintas da educação urbana e rural.

No contexto histórico desse período, os movimentos sociais e suas demandas foram ganhando destaque em várias áreas. Um dos movimentos que mais se destacou no período foi o movimento social de luta por Reforma Agrária, a luta pela terra. No entanto, é sabido que um pedaço de terra, no caso rural, demanda o atendimento de outras necessidades fundamentais: infraestrutura, saúde, educação. Partindo-se desse pressuposto, da educação como uma necessidade básica, não só para o 'homem urbano', mas também para o 'homem rural' em suas peculiaridades, integrado aos movimentos sociais de luta pela terra, o movimento por educação do campo veio garantindo seu espaço nas agendas políticas, e na construção de uma política pública de educação do campo.

Como uma das consequências da mobilização social, é criado o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea), caracterizando uma política pública de educação do campo operacionalizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Inicialmente, em 1998, foram priorizados os cursos de alfabetização de jovens e adultos, considerando-se os altos índices de analfabetismo rural apontados à época. À data de implantação, o Pronea estava vinculado ao então Ministério Extraordinário da Política Fundiária. No ano 2000, com a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Incra passou a sua subordinação, e o Pronea a integrar suas ações no ano de 2001.

Ao longo do tempo, os níveis de escolarização foram ampliados, assim como as parcerias para a realização dos cursos, que, atualmente, vão desde a Alfabetização, Séries Iniciais do Ensino Fundamental, Séries Finais, Cursos Técnicos, Graduação, até cursos de Especialização e Mestrado. Sua operacionalização se dá, basicamente, por meio de Convênios ou Termos de Execução Descentralizada (TED), nos quais ocorrem transferências ou repasses de

recursos financeiros às Instituições proponentes para que os cursos sejam realizados exclusivamente para os beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária.

No ano de 2018, o Pronera completou 20 anos, e, hipoteticamente, tem apresentado resultados, ou retorno satisfatório à sociedade, especialmente à Reforma Agrária, o que se pode entender pela sua continuidade ao longo desses anos. No entanto, no contexto atual, percebe-se a necessidade de um estudo mais aprofundado quanto aos reflexos que o Pronera tem apresentado. Quando se menciona contexto atual, refere-se às demais modalidades de ensino que foram instituídas durante esse período, como, por exemplo, a realização de cursos de graduação a distância, especialização etc. Em tese, essas outras modalidades seriam capazes de absorver as demandas do mundo rural atual da Reforma Agrária, ampliando, inclusive, as áreas de formação que não limitam a atuação apenas no espaço rural.

A operacionalização do Pronera se dá por meio dos seus Manuais de Execução, que tratam tanto da história do Programa, como da sua operacionalização propriamente dita. Desde a primeira edição do Manual, o Programa tem por base o compromisso com três eixos: viabilizar a implementação de novos padrões de relações sociais no trabalho, na organização do território, e nas relações com a natureza nas áreas de Reforma Agrária. A partir desses eixos, este trabalho lança o olhar às relações de trabalho predominantes nas áreas de reforma agrária do Paraná, o cooperativismo, e sua relação com o Pronera.

1.1 DELIMITAÇÃO

Ao longo da existência do Programa, observa-se, entre outros aspectos, a ampliação dos níveis de escolarização, no objetivo de garantir aos trabalhadores da reforma agrária uma educação continuada, assim como a oportunidade de desenvolvimento não somente local, mas regional, por meio da capacitação técnica profissional. A pesquisa se limita ao estudo dos cursos de nível técnico e nível superior em Agropecuária, Agroecologia, e Gestão de Cooperativas, concluídos até o ano de 2018, desde 2003, ano no qual o Programa foi incorporado às Ações do

Incra; e tão somente aos Convênios ou similares celebrados com o Incra no Estado do Paraná. O recorte se justifica ao considerar que os demais cursos ofertados no período foram de alfabetização de jovens e adultos, e de formação de educadores do campo, os quais não se enquadram no escopo desta pesquisa.

Embora seja possível observar que há integração entre o Cooperativismo e o Pronera, não apenas por ser um dos compromissos por ele assumido, mas pela participação dos movimentos sociais do campo na elaboração das propostas de cursos, em parceria com as instituições educacionais, e pelo cooperativismo ser uma das formas predominantes de relação de trabalho nas áreas de reforma agrária do Paraná, o enfoque dado aqui é a observação da presença do cooperativismo nos cursos acima citados, enquanto compromisso assumido pelo Pronera. Não é objeto desta pesquisa a via reversa, ou seja, o Pronera como sendo compromisso do Cooperativismo de Reforma Agrária no Paraná. Ou, ainda, a influência que o Cooperativismo possa ter especialmente na elaboração das propostas dos cursos a serem ofertados pelo Pronera, o que retrata outro objeto de pesquisa.

1.2 PROBLEMA PERGUNTA DA PESQUISA

Um dos compromissos assumidos pelo Pronera, que é viabilizar a implementação de novos padrões de relações sociais no trabalho, o que se entende, a partir dos estudos preliminares desta dissertação, corresponde aos modelos contra-hegemônicos do campo considerados pelo público da Política Nacional de Reforma Agrária (PNRA). O problema é a reflexão desse modelo contra-hegemônico no Pronera, isto é, onde e em quais momentos é possível constatar sua presença. No que se refere à questão agrária brasileira, existem duas perspectivas, ou dois modelos: “um voltado para o agronegócio e outro voltado para a agricultura familiar, reforma agrária e comunidades tradicionais” (NORONHA; FALCÓN, 2018, p. 183).

No contexto da agricultura familiar e da reforma agrária, campo deste estudo, a pergunta que anima esta pesquisa é: **qual o reflexo da formação técnica-profissional promovida pelo Pronera no cooperativismo em áreas de reforma agrária do Estado do Paraná?**

1.3 OBJETIVOS

Nesta subseção serão apresentados os objetivos geral e específicos da pesquisa.

1.3.1 Objetivo Geral

Analisar o reflexo da formação técnica-profissional promovida pelo Pronera no cooperativismo em áreas de reforma agrária no Estado do Paraná.

1.3.2 Objetivos Específicos

Para atingir o objetivo geral, a pesquisa tem como objetivos específicos:

- a) Descrever o reflexo da formação técnica-profissional promovida pelo Pronera no cooperativismo em áreas de Reforma Agrária no estado do Paraná;
- b) Estabelecer a relação do Pronera com o cooperativismo;
- c) Construir categorias de análise que permitam subsidiar o planejamento e futuras avaliações de Políticas Públicas de Educação do Campo;
- d) Verificar a atuação dos egressos da formação técnica-profissional no cooperativismo.

1.4 JUSTIFICATIVA

Partindo-se do pressuposto que a política de reforma agrária agrega outras demandas de caráter essencial, como infraestrutura, saúde, educação, entre outros, o tema central abordado nesta pesquisa, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, não é menos importante que as demais políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural, especialmente do público beneficiário da Reforma Agrária.

Por se tratar de um Programa inserido na Política Pública de Educação do Campo do Governo Federal do Brasil, entende-se que esta pesquisa adere ao escopo do Programa de Mestrado em Planejamento e Governança Pública, além de trazer questões voltadas ao planejamento público. Tendo como linha de pesquisa

Planejamento e Políticas Públicas, e como área de concentração a de Planejamento Público e Desenvolvimento, a pesquisa busca apresentar os resultados que uma política pública implantada tem em seu público-alvo, considerando-se que uma política pública é implantada com objetivos de proporcionar o desenvolvimento das comunidades atendidas, assim como a melhoria na qualidade de vida dessa população.

A partir da vivência profissional da pesquisadora junto ao Incra, atuando como responsável pelo acompanhamento e execução do Programa no Estado do Paraná, entre os anos de 2013 a 2015, a “inquietação” quanto aos seus possíveis resultados foi inerente. Dessa forma, pretende-se que haja também a contribuição para o Incra, uma vez que esta dissertação é produto da parceria entre o Órgão e a Universidade Tecnológica Federal do Paraná, no sentido de aprimoramento e planejamento dessa ação com base nos pressupostos da boa governança e responsabilidade na fiscalização e destinação de recursos públicos.

Estudos preliminares em torno do tema, como o levantamento bibliométrico, demonstraram que este estudo se mostra pertinente e relevante, além da temática, também por não se encontrar até o momento, uma pesquisa em torno dos reflexos que essa política pública de Educação no Campo, ou, mais especificamente o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – Pronera, nas relações sociais do trabalho nas áreas de reforma agrária, no caso, o cooperativismo.

Ao associar o cooperativismo à reforma agrária, os estudos recentes de Sandri (2019) apontam para a compulsoriedade dos assentados no cooperativismo, não apenas pelo vislumbre econômico, mas especialmente o político (SANDRI, 2019). Ao mesmo tempo que se discute Reforma Agrária no Brasil, discute-se também o Movimento Social dos Trabalhadores Rurais Sem-Terras (MST), que tem sua origem no Sul do país, mais pontualmente no Estado do Paraná (MEDEIROS, 2009; CALDART, 2012). Os Projetos de Assentamento (PAs) do Incra no Paraná, em sua maioria, são resultados das reivindicações desse movimento por Reforma Agrária (ALMEIDA, 2017). Os PAs no Estado são, em grande parte, compostos pelos militantes do MST, que após as reivindicações por reforma agrária, tornam-se assentados, beneficiários do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA).

Com a finalidade de embasar este trabalho, inicialmente, foi realizado o levantamento bibliométrico no Banco de Teses e Dissertações da Capes, não tendo retornado resultados com a combinação e associação dos termos “Pronera e Cooperativismo”, ou “Educação do Campo e Cooperativismo”. Os mesmos termos foram aplicados na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), que retornou em um resultado de Dissertação, do ano de 2016, bastante específico do curso técnico em administração de cooperativas realizado pelo Pronera/Incra/RS.

Aplicou-se ainda a expressão “impactos do Pronera”, na BDTD, resultando em uma dissertação do ano de 2007, que estuda especificamente o curso de educadores do campo pelo Pronera no estado do Maranhão. No banco de teses e dissertações da Capes, a pesquisa retornou resultados específicos dos impactos do Programa em diferentes estados da Federação, e em determinados Projetos de Assentamento.

A partir dos resultados, entende-se que a contribuição desta pesquisa está em relatar o reflexo que o Programa tem apresentado nas relações sociais do trabalho, que em áreas de assentamentos rurais é o cooperativismo, um dos eixos que o Programa visa assegurar, justamente por não ter sido encontrado nenhum trabalho com essa abordagem.

Como mencionado anteriormente, o Programa faz parte da Política Pública de Educação do Campo do Governo Federal, e dessa forma, a pesquisa adere ao escopo do curso de Mestrado em Planejamento e Governança Pública, por lançar um olhar contributivo especialmente quanto à necessidade de verificar os reflexos das políticas públicas no público-alvo, possibilitando seu aprimoramento ou reformulação. A pesquisa está ainda vinculada à linha de Planejamento e Políticas Públicas, justamente por se tratar de uma Política Pública concentrada na área de Planejamento Público e Desenvolvimento. Dessa forma, há ainda a possibilidade de contribuição prática desta pesquisa para a área de Planejamento e Avaliação de Políticas Públicas de Educação do Campo.

1.5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O ponto de partida foi o levantamento bibliométrico em torno do tema central desta dissertação. Os resultados desse levantamento são apresentados detalhadamente na seção específica de Metodologia desta Pesquisa. Além do levantamento bibliométrico, foi realizada pesquisa documental nos Relatórios de Gestão do Incra do período delimitado (2013 a 2018), que se encontram disponíveis publicamente no sítio eletrônico do Órgão e nos Processos das parcerias para realização dos cursos do Pronera.

A maioria desses Processos se encontra no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), disponíveis em modo público. Alguns deles, de parcerias mais antigas, se encontram fisicamente no Arquivo da Superintendência do Incra no Paraná. Estes foram consultados mediante autorização expressa do Superintendente Regional. Com o material disponível, na finalidade de dar cumprimento aos objetivos desta pesquisa, partiu-se para a análise de conteúdo, seguindo-se os pressupostos de Laurence Bardin (1977). A autora, em seu método, prevê a utilização de três fases essenciais: pré-análise, exploração do material, e tratamento dos dados, a saber interpretação e inferência (BARDIN, 1977).

1.6 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

O trabalho está dividido em seções e subseções a partir da primeira, a Introdução. A segunda seção, de Fundamentação Teórica, divide-se em Educação do Campo, esta, subdividida em Contextualização Histórica no Brasil e Educação do Campo por meio do Incra – o Pronera; Relações Sociais do Trabalho em Áreas de Reforma Agrária; Associativismo e Cooperativismo, também subdividido em Associativismo em Áreas de Reforma Agrária, e Cooperativismo em Áreas de Reforma Agrária; além de Alinhamento conceitual.

A terceira seção traz a Metodologia da pesquisa, subdivida em Classificação e Delineamento. A quarta seção, Apresentação e Análises dos Resultados, está subdividida em: Cooperativas de Reforma Agrária no Estado do Paraná; Cursos do Pronera – Incra/PR; Curso de Gestão de Cooperativas; Cooperativismo na grade curricular do Pronera/PR; Cooperativismo nas grades dos cursos do Pronera/PR;

atuação dos egressos da formação técnica-profissional no Cooperativismo de Reforma Agrária no Estado do Paraná, e a síntese da análise. Por fim, evidentemente, são feitas as Conclusões do estudo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta seção serão discutidos os temas: Educação no Campo; Relações sociais do Trabalho em áreas de Reforma Agrária; o Associativismo, o Cooperativismo; e o Pronera.

2.1 EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL

Esta seção está subdividida em Contextualização histórica da educação do campo no Brasil; e Educação do campo por meio do Incra – O Pronera.

2.1.1 Contextualização histórica da Educação do Campo no Brasil

Breitenbach (2011) relata que, desde a colonização do Brasil, a trajetória da Educação do Campo tem sido marcada decisivamente por muitos acontecimentos. Segundo essa autora, nessa trajetória, a Educação do Campo atendia aos interesses e necessidades de determinados momentos da história do país, como os períodos ligados à agricultura propriamente dita, quando não havia interesse por parte das elites em ofertar educação formal aos camponeses, pois julgavam que não era necessário. Em outros momentos a educação privilegiada foi a educação tecnicista, preconizada pelo período de industrialização do Brasil (BREITENBACH, 2011). Esses são exemplos introdutórios da trajetória da Educação do Campo no Brasil, em geral permeada pelos conflitos de classes.

De acordo com Silva *et al* (2014), a primeira Lei Geral de Educação no Brasil data de 15 de outubro de 1824 e, segundo os autores, a população do campo fora preterida e marginalizada, considerando que os planos educacionais não condiziam com a realidade e modo de vida dessa população. Os autores afirmam que é notável o abandono e descaso do Estado em relação à Educação do Campo que perpetuou durante muitas décadas (SILVA *et al*, 2014).

Para Santos *et al* (2014), a Educação do Campo no Brasil sempre esteve num plano inferior em comparação à Educação Urbana, e atribui a isso a política ideológica da oligarquia agrária perpetuada desde os tempos da colonização,

ideologia essa de que “gente da roça não carece de estudos”. Para esses autores, a lógica dessa expressão é a de que o povo que trabalha com a terra não teria necessidade da educação formal, de ler e escrever (SANTOS *et al*, 2014). Para Silva (2014), por ser um país colonialista, os sistemas educacionais não eram priorizados no Brasil, especialmente para a população considerada inferior em relação às elites, como índios, escravos e imigrantes camponeses. Para essa parcela, a escola era inacessível (SILVA, 2014). Ainda, de acordo com Silva (2004), até 1930, o Brasil era um país essencialmente agrícola, apontando para o Censo de 1920 que registrou a ocupação de 70% da população em atividades agrícolas.

Ghiraldelli (2006), corroborando Silva (2014), afirma que somente a partir de 1930 os sistemas educacionais foram ganhando certo espaço no Brasil, mas isso voltado ao processo de industrialização do país, quando grande parte da população rural idealizava que seus filhos tivessem a oportunidade de deixar o trabalho no campo, braçal e desgastante (GHIRALDELLI, 2006). Para esse autor, esse acesso à educação gerado pela industrialização contribuiu para o êxodo rural e para que uma educação para o campo permanecesse relegada, pois se, anteriormente, quando a economia era essencialmente agrícola, a educação para essas comunidades não era prioridade ou mesmo necessidade, tampouco seria em um momento em que a agricultura não era mais a única atividade econômica do Brasil (GHIRALDELLI, 2006).

Para Ferreira e Brandão (2011), nesse período, de 1930 até meados de 1950, o dualismo entre as duas economias distintas foi predominante, e dicotômico. Esses autores afirmam que um setor era considerado “moderno” e o outro, “arcaico”; um “atrasado”, o outro, “avançado”; um “urbano”, o outro, “rural”. Segundo esses autores, “as estruturas atrasadas do meio rural seriam um impedimento ao desenvolvimento dos setores dinâmicos como a indústria” (FERREIRA; BRANDÃO, 2011).

Segundo Abreu e Leineker (2012), mesmo o Brasil sendo um país essencialmente agrícola à época, a educação rural somente foi mencionada pela primeira vez na Constituição de 1934. Para essas autoras, isso significava a evidência de dois problemas de governança: “o descaso por parte dos dirigentes com a educação destinada aos camponeses e resquícios de uma cultura política

fortemente alicerçada numa economia agrária com base no latifúndio e no trabalho escravo” (ABREU; LEINEKER, 2012).

A educação rural, de acordo com Abreu e Leineker (2012, p. 7, consta, no artigo 121, parágrafo 4º da Constituição de 1934, que:

O trabalho agrícola será objeto de regulamentação especial em que se atenderá, quanto possível, ao disposto nesse artigo. Procurar-se-á fixar o homem ao campo, cuidar de sua educação rural, e assegurar ao trabalhador nacional a preferência na colonização e aproveitamento das terras públicas.

Constava, ainda, no artigo 156: “para realização do ensino nas zonas rurais, a União reservará, no mínimo, vinte por cento das quotas destinadas à educação no respectivo orçamento anual” (ABREU; LEINEKER, 2012, p. 7)

A Constituição de 1934 vigorou por três anos, sendo que no ano de 1937 o governo criou a Sociedade Brasileira de Educação Rural, com o objetivo de “expandir o ensino e a preservação da arte e folclores rurais” (ABREU; LEINEKER, 2012). Para Abreu e Leikener (2012), à época, o Estado buscava um projeto pedagógico que fixasse e assegurasse o homem no campo, destacando um ensino que mostrasse o urbano melhor que o rural, mas coibisse a atração do homem do campo aos centros urbanos, combatendo o êxodo rural (ABREU; LEINEKER, 2012).

De acordo com Ghirardelli (2006), em 1942, foi instituído, pelo então Ministro da Educação, o ensino agrícola. Para esse autor, foi uma mudança, essencialmente, conservadora e elitista, pois considerou as claras distinções entre o trabalho intelectual para as classes elitizadas, e o ensino profissionalizante e braçal às classes desfavorecidas (GHIRALDELLI, 2006).

No ano de 1945, segundo Ghirardelli (2006), a Educação do Campo foi novamente alvo das mudanças, especialmente com a criação da Comissão Brasileira de Educação das Populações Rurais (Cbar), que tinha como objetivos: implantar projetos educacionais na zona rural e o desenvolvimento das comunidades campestres mediante a criação de centros de treinamento (para professores especializados que repassariam as informações técnicas aos rurícolas); realizar semanas ruralistas (debates, seminários, encontros, dia de campo, etc.); criar e implantar clubes agrícolas e conselhos comunitários rurais. (GHIRALDELLI, 2006).

Segundo Ghiraldelli (2006) e Abreu e Leineker (2012), a Constituição de 1946 transfere a responsabilidade da Educação do Campo, permanecendo a obrigatoriedade às empresas agrícolas. Em 1949, ocorre o Seminário Internacional de Educação de Adultos com a proposta da criação das Missões Rurais que consistiam em preparo intensivo dos líderes e agentes comunitários com o objetivo de combater o analfabetismo no país (ABREU; LEINEKER, 2012).

Com a Lei nº 4024 de 1961, denominada como Lei de Diretrizes e Bases da Educação, não houve preocupação com a educação rural, somente com a educação urbana. A responsabilidade da educação ficou a cargo dos municípios, o que, segundo Abreu e Leineker (2012), levou a uma situação precária para o sujeito do campo, pois os municípios menores não tinham condições de sustentar uma educação voltada ao homem do campo. As reformas da época não representaram avanços significativos para a educação do campo, contudo a partir dos anos 1960 teve início um movimento social articulado à Educação do Campo (ABREU; LEINEKER, 2012).

Segundo Freitas (2011), os movimentos de educação popular desse período comportaram iniciativas voltadas à população rural, especialmente, as escolas radiofônicas organizadas pelo Movimento de Educação de Base, o qual obteve forte influência da pedagogia formulada por Paulo Freire. O método de Paulo Freire e o Movimento de Educação de Base (MEB) reforçaram as ações dos movimentos sociais do campo: as ligas camponesas e os sindicatos rurais que passaram a se reunir na União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil e no Movimento dos Agricultores Sem Terra (FREITAS, 2011).

Freitas (2011) relata que “o golpe de 1964 deu fim em quase todos os projetos educativos que realizados na época, e desarticulou os movimentos sociais”. No entanto, no processo de redemocratização do Brasil, a partir da década de 1980, os movimentos sociais do campo se articularam novamente e, na década de 1990, voltou o desenvolvimento de práticas formativas cujas raízes se encontravam nas propostas de educação de movimentos sociais e educativos do período anterior (FREITAS, 2011). Como exemplo dos movimentos sociais, é possível citar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), tendo sido o mais proeminente até o momento, que, desde a sua fundação na década de 1980, já

demonstrava forte preocupação com a educação em acampamentos e assentamentos da reforma agrária, tendo desenvolvido sua própria proposta pedagógica.

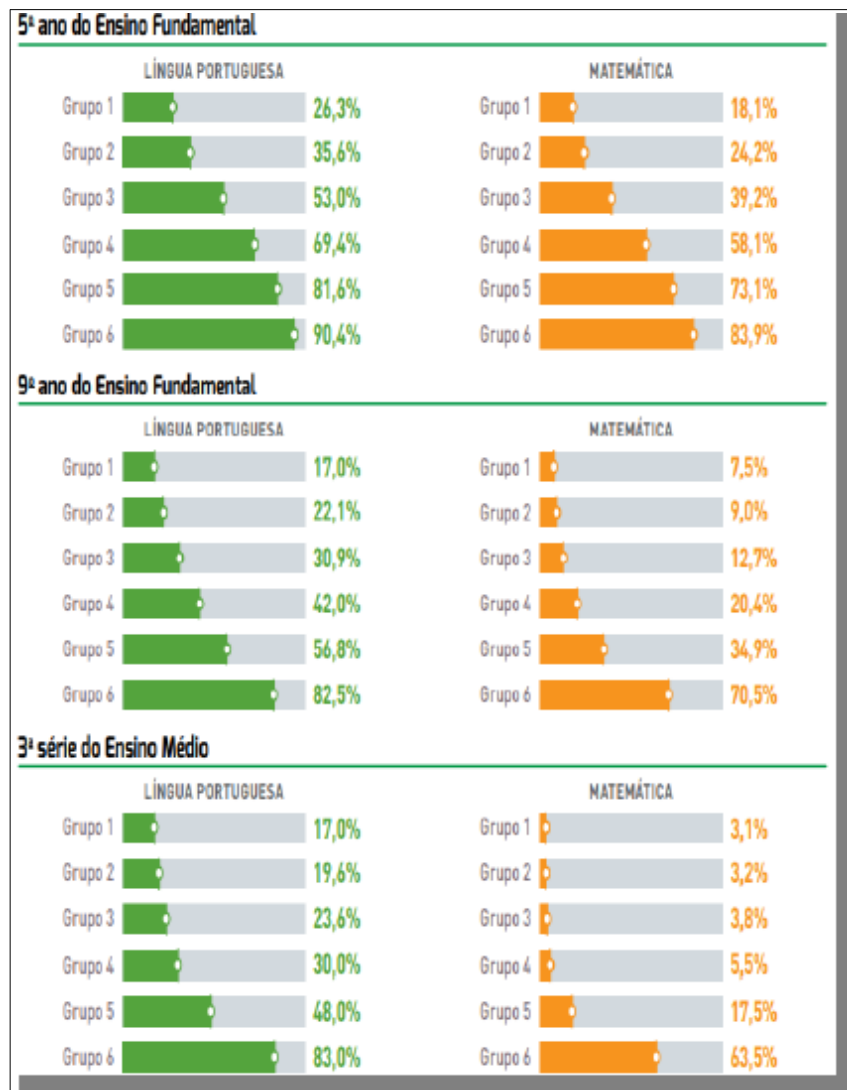
Sob esse aspecto, Molina (2015) observa que, no Brasil, por muitos séculos, a educação ofertada à população do campo sempre foi permeada pelos conflitos entre classes. Ademais, estando vinculada ao modelo de Educação Urbana, os conhecimentos, a cultura e o modo de vida do meio rural tinham uma relação de inferioridade e subordinação quando comparados aos espaços urbanizados (MOLINA, 2015).

Para Molina (2015), a população do campo é dotada de matrizes culturais, políticas, identidades, condições de existência social que lhes são próprias, e não por isso a população do campo se encontra em um plano, ou condição inferior em comparação à população urbana (MOLINA, 2015). Para essa autora, essas peculiaridades fazem jus à Educação do Campo que desconstrua o estereótipo ao qual as comunidades rurais foram relegadas ao longo dos séculos, sendo este o de um povo atrasado, que não é capaz de reflexões críticas, e incapaz de se desenvolver.

Molina (2012; 2015) defende uma educação do campo que atue a partir das matrizes culturais das comunidades do campo, valorizando seus conhecimentos, seus valores, sua identidade (MOLINA, 2012; 2015). Em conformidade com a autora, a partir do processo de democratização do Brasil, com a mobilização de grupos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e com o maior apoio nas Universidades se tem conseguido alguns êxitos (MOLINA, 2015).

No entanto, em geral, no Brasil, em comparação a outros países, os índices de aprendizagem há tempos permanecem consideravelmente baixos, assim como a “igualdade de oportunidades”. Essa informação pode ser verificada na Figura 1 que apresenta o percentual de estudantes de escolas públicas com aprendizagem adequada.

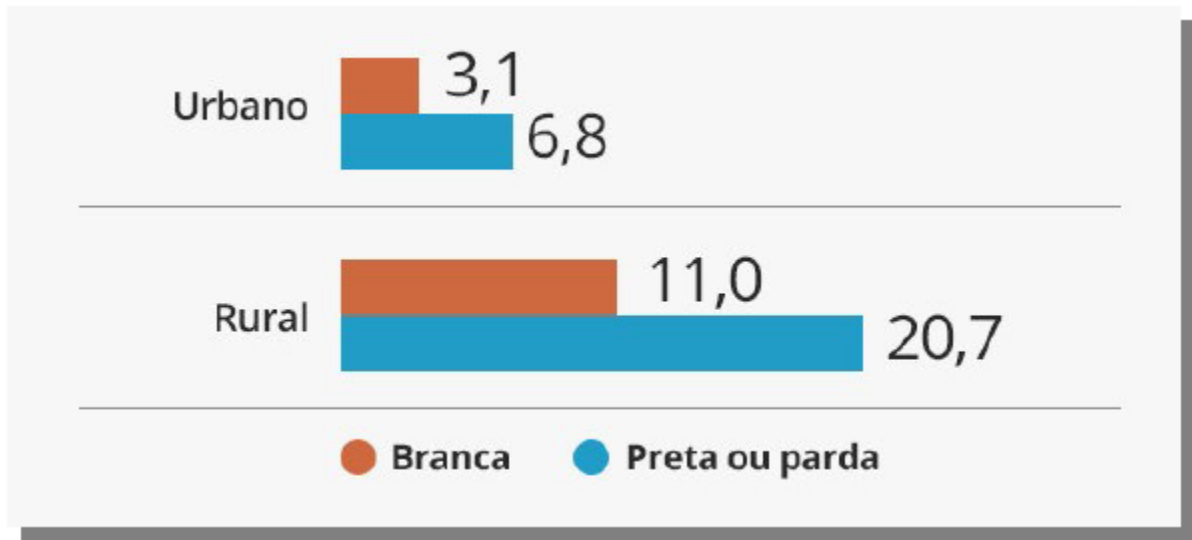
Figura 1. Percentual de estudantes de escolas públicas com aprendizagem adequada, por Grupo de Nível Socioeconômico (NSE) da escola, 2017



Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica (2019).

Segundo Monteiro e Cruz (2019), essa opinião é compartilhada entre a população e especialistas. Segundo esses autores, é necessário que haja maior envolvimento do Poder Público com a causa (MONTEIRO; CRUZ, 2019). No meio rural, apesar de esforços empreendidos na implantação de políticas públicas de Educação do Campo, os índices se apresentam ainda mais preocupantes. É o que se demonstra na Figura 2, a partir dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Figura 2. Índice de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais no campo



Fonte: IBGE (2019).

Para o IBGE (2019), a explicação dessa desigualdade, mais agravada pela questão racial, é a necessidade que essas pessoas têm de trabalhar. Ainda de acordo com o IBGE (2019), 61,8% da população rural não alfabetizada usou essa justificativa.

Para Molina (2015), assim como para Freitas (2017), a Educação Rural Brasileira ainda é precária, refletindo os problemas da situação da educação brasileira como um todo. A trajetória dos movimentos por educação do campo começou no início do século XX, mas nenhuma das iniciativas alterou positivamente essa situação. Ao contrário, muitas delas reforçaram as sérias desigualdades que marcam e estigmatizam o campo no Brasil. Se, no geral, a educação no país ainda apresenta graves problemas, no campo, mais ainda. No ano 2000, 21,7 % das pessoas com quinze anos ou mais, residentes no meio rural, não eram alfabetizadas. Em contrapartida, o índice é de 9,9% nas áreas urbanas. Consequentemente, o nível médio de escolaridade da população rural não atinge quatro anos de estudos (FREITAS, 2017).

Dessa forma, durante os primeiros anos, sob a bandeira do MST, os Sem-Terra se reuniam e, como prioridade, tinham a conquista da terra. Mas eles logo compreenderam que isso não era o suficiente (MORISSAWA, 2001). A terra representava a possibilidade de trabalhar, produzir e viver dignamente, porém, lhes

faltava um instrumento fundamental para a continuidade de suas lutas, o que exigia conhecimentos formais, tanto para lidar com assuntos práticos, como financiamentos bancários e aplicação de tecnologias, quanto para compreender a conjuntura política, econômica e social (MORISSAWA, 2001). Arma de duplo alcance para os Sem-Terra e os assentados, assim, a educação tornou-se prioridade no Movimento (MORISSAWA, 2001).

A partir da década de 1990, com as frequentes demandas dos movimentos sociais do campo por uma educação que atendesse as suas necessidades e peculiaridades, os governos foram implementando programas educacionais voltados a essas comunidades (MOLINA, 2015). O primeiro deles foi o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), instituído em 1998, com objetivo de atender especificamente aos beneficiários do Plano Nacional de Reforma Agrária, assim como àqueles que ainda estavam na espera da terra, acampados. Inicialmente, a prioridade desse Programa era a alfabetização de jovens e adultos, considerados os altos índices de analfabetismo da população rural do Brasil apontados pelo IBGE, que, em 1996, era de 31,2% (MOLINA, 2015).

O Pronera é executado pelo Incra em parceria com instituições de ensino das diferentes esferas, e os movimentos sociais. Apesar de o Programa ter iniciado em 1998, somente em 2010 passou a integrar a Política Nacional de Educação do Campo, por meio da publicação do Decreto nº 7352/2010, que até então não havia sido regulamentada. Havia menção da pasta na Lei nº 9394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), atribuindo às esferas o dever de atendimento educacional também às comunidades rurais, mas o primeiro formato foi o Pronera. Embora o artigo 9º do Decreto nº 7352 atribua a responsabilidade de implementação de programas educacionais ao MEC, em parceria com instituições de ensino, o Pronera continua sendo executado pelo Incra, em parceria com instituições de ensino, e os movimentos sociais.

Outro Programa instituído pelo MEC é o “Projovem Campo”, também denominado como “Saberes da Terra”, que foi implementado no ano de 2005, sob a responsabilidade de gestão pela Secretaria Nacional da Juventude (BRASIL, 2005). Tal programa atende a jovens agricultores familiares na faixa etária de 18 a 29 anos, oferecendo escolarização e qualificação profissional àqueles que não finalizaram o

Ensino Fundamental, além de formação continuada àqueles profissionais que atuam no Programa (BRASIL, 2005). A prioridade de atendimento do Programa são aqueles municípios com maior quantidade de escolas do campo, assim como aos municípios que integram os Territórios da Cidadania, e aos egressos do Programa Brasil Alfabetizado (FNDE, 2019). Já a execução é atribuída aos estados da federação, respeitando a diversidade local, assim como as atividades agrícolas ali desenvolvidas.

Outro Programa voltado à Educação do Campo foi instituído pelo Ministério da Educação e Cultura (BRASIL), em 2008. Trata-se do Programa de Apoio à Formação Superior em Educação do Campo (Procampo), que tem como objetivo a formação superior de educadores para as Escolas do Campo. Mas, para os movimentos sociais, ainda não era a realidade pretendida, tendo em vista as implicações práticas do uso de editais para a realização dos cursos (MORAES, 2018). O Programa é destinado a educadores de escolas públicas do Ensino Fundamental e Médio do campo, jovens e adultos partícipes de ações educativas especialmente integrantes de movimentos sociais do campo que atuam na coordenação ou acompanhamento político-pedagógico dos cursos realizados pelos programas de Educação do Campo do Governo Federal (BRASIL, 2008).

Em 2011, é criado o Pronatec Campo, com os objetivos de ampliar: as redes federais e estaduais de Educação Profissional e Tecnológica (EPT); a oferta de cursos à distância; o acesso gratuito aos cursos de EPT nas instituições públicas e privadas; a oportunidade de capacitação de trabalhadores, articuladas com as políticas de geração de emprego, trabalho e renda (BRASIL, 2019). Conforme Azevedo e Santos (2018) explicam, o Pronatec Campo, situado no contexto histórico de disputa por modelos contra-hegemônicos e construção de um projeto de desenvolvimento do Campo, e por Educação do Campo, em meio a contradições no quadro político de avanços e retrocessos em políticas públicas para essa Educação, “é um fracasso” (AZEVEDO; SANTOS, 2018).

No entanto, no desenho do Pronatec Campo como política e em seus atos normativos são apresentadas as perspectivas e demandas da população do campo, muitas, inclusive, constam dos documentos da Articulação por uma Educação Básica do Campo, originárias dos movimentos sociais.

O Pronatec Campo ocorreu nos mesmos moldes do Pronatec “regular”, porém, destinado à população jovem e de trabalhadores do campo. Foram ofertados cursos de formação inicial e continuada, de acordo com as atividades agrícolas desenvolvidas em cada região (BRASIL, 2011). O Pronatec Campo, de acordo com Azevedo e Santos (2018), não teria muita aderência ao público da Reforma Agrária, pois, segundo esses autores, a maioria dos parceiros do Programa integra o Sistema 'S', o qual apresenta divergências ideológicas com os principais movimentos sociais do campo.

Para eles, o Programa é mais voltado ao agronegócio do que para a agricultura familiar (BRASIL, 2011). O Pronatec Campo, para os movimentos sociais, foi considerado uma derrota, porque o ensino técnico seguia o modelo da agricultura industrial e reproduzia modelos capitalistas de produção e ensino (MOLINA, 2014; SANTOS; AZEVEDO, 2018). Importante ressaltar que, mesmo implantado pelo MEC, o responsável por executar o Programa era o então Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio da Secretaria Especial de Agricultura Familiar.

O Quadro 1 apresenta esses Programas, de forma sintetizada, mostrando suas semelhanças e/ou diferenças, assim como os anos que foram implementados.

Quadro 1. Comparativo entre os principais programas de educação do campo do Governo Federal

Pronera	Projovem Campo	Procampo	Pronatec Campo
1998	2005	2008	2012
Cursos desde a Alfabetização, Séries Iniciais do Ensino Fundamental, Séries Finais, Cursos Técnicos, Graduação, até Mestrado.	Escolarização e qualificação profissional àqueles que não finalizaram o ensino fundamental, além de formação continuada àqueles profissionais que atuam no programa.	Implementação de cursos regulares de licenciatura em educação do campo nas instituições públicas de ensino superior de todo o país.	Cursos de formação inicial e continuada, de acordo com as atividades agrícolas desenvolvidas em cada região.

Fonte: Autoria própria (2020).

A partir do comparativo básico dos Programas, no Quadro 1, entende-se que o Procampo e o Pronera coincidem na oferta de cursos. O primeiro trata especificamente da formação de educadores do campo; o segundo, além dos demais cursos de graduação, oferta também a formação de educadores do campo.

Já o Projovem Campo e o Pronera coincidem na oferta de ensino fundamental e técnico. É possível observar que os Programas não se integram entre si, mas operam isoladamente, restando, evidentemente, o desafio do diálogo dos movimentos demandantes com os órgãos de governo.

Historicamente, o Estado não considerou a representação dos povos camponeses na idealização e consolidação de suas políticas e programas (MOLINA, 2015). Na atualidade, há um cenário claro e importante de organização popular para cobrar do Estado a efetivação dos compromissos históricos com os povos camponeses. Dessa forma, o Estado, visando a atender as reivindicações do Movimento pela Educação do Campo, institui programas educacionais seguindo os princípios de centralização das decisões e descentralização das ações (MOLINA, 2015).

Os principais programas de educação do campo do Governo Federal, aqui relatados, buscam atender às comunidades específicas do meio rural brasileiro. No entanto, observa-se também que eles não se integram entre si, e acabam por se tornar programas redundantes ou sobrepostos (AZEVEDO; SANTOS, 2018). Outro fator a ser considerado diz respeito à execução de ações por parte de áreas que têm pouca ou nenhuma afinidade com a pasta, como é o caso do Pronera, o qual é executado pelo Incra, um órgão destinado à Reforma Agrária e ao Ordenamento Fundiário do país.

Na subseção seguinte, está delineado o processo de formação de um desses Programas: o Pronera, enquanto política pública, demandada pelos movimentos sociais. Demanda que tem em sua base alcançar uma política de educação do campo que fosse ao encontro das especificidades consideradas pelos movimentos sociais do campo.

2.1.2 Educação do campo por meio do Incra: O Pronera

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) é uma política pública, caracterizada por ser uma modalidade de educação no campo

executada por meio do Incra. São ofertados aos beneficiários da política pública geral, a de Reforma Agrária, atualmente, cursos desde a Alfabetização até cursos de Mestrado.

O Pronera tem como objetivo geral fortalecer a educação nas áreas de Reforma Agrária estimulando, propondo, criando, desenvolvendo e coordenando projetos educacionais, utilizando metodologias voltadas para a especificidade do campo tendo em vista contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável. (BRASIL, 2004, p. 17).

O surgimento do Programa de Educação na Reforma Agrária remete a meados da década de 1990, quando os movimentos sociais de luta pela terra tiveram seu ápice. Juntamente à reivindicação de terras, sobrepõe-se a necessidade de se ampliar a oferta de educação aos beneficiários da Reforma Agrária. Em 1997, ocorreu o I Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária (ENERA), e durante esse encontro houve um consenso sobre a necessidade de um Programa específico voltado aos beneficiários da Reforma Agrária, o que segundo os dados apresentados no Encontro não houvera até então uma Política Pública proporcionada pelo Plano Nacional de Educação (INCRA, 2016). O debate em torno do tema contou com a participação de representantes de universidades, como a UNB – Universidade de Brasília, o que deu consistência à proposta, e em 1998 resultou na Portaria nº 10, à época do Ministério Extraordinário de Política Fundiária, que instituiu o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, o Pronera (DINIZ, 2015, p.1).

Inicialmente, o Pronera privilegiou o combate ao analfabetismo, de jovens e adultos, em parceria com movimentos sociais do campo, instituições públicas de ensino, assim como com os governos estaduais e municipais. O Incra incorporou o programa em 2001, pela Portaria Incra nº 837, que foi criado com objetivo de atender à demanda dos movimentos sociais no que diz respeito à educação de jovens e adultos na Reforma Agrária (INCRA, 2016). A atuação do Pronera se dá por meio de parcerias do Incra com movimentos sociais e sindicais de trabalhadores e trabalhadoras rurais, com instituições públicas de ensino, instituições comunitárias de ensino sem fins lucrativos e governos federais, estaduais, e municipais (INCRA, 2016).

Para o acompanhamento e regramento do Programa, foram criados os

chamados Manuais de Operação (DINIZ, 2015). Esses manuais tratam tanto da história, quanto da metodologia do programa, seus objetivos, sua operacionalização. Trata-se, portanto, de um “guia” para que as entidades interessadas em propor projetos para a educação de beneficiários da Reforma Agrária possam elaborar suas propostas. Ao longo da sua atuação, o Pronera contou com seis Manuais normalizadores (DINIZ, 2015).

O primeiro Manual foi editado no ano de criação do Pronera, em 1998. O segundo publicado no ano de 2001 em função de sua incorporação ao Incra. O terceiro, data do ano de 2004, e foi marcado pela ampliação do programa. O quarto manual foi publicado em 2011, em atendimento às determinações do TCU, oriundo de ações judiciais contra o programa, bem como as atualizações legislativas que instituiu e regulamentou o Pronera como uma política pública de educação do campo (INCRA, 2012). O quinto foi reeditado no ano de 2014 numa versão abreviada do Manual de 2011. Em 2016, foi aprovado pela Portaria/INCRA/P/Nº19 de 15/01/2016, o sexto e mais recente manual de operação que está em vigência (INCRA, 2018).

Quadro 2. Modificações dos Manuais do Pronera

Edição	Foco/Modificação
1998	Alfabetização de jovens e adultos
2001	Alfabetização de jovens e adultos/Incorporado ao Incra
2004	Ampliação em nível técnico e formação de Educadores do campo
2010	Formação de Educadores do campo
2012	Atualização conforme Acórdão TCU nº 32692010/Formação Superior nas demais áreas do conhecimento/Especialização em Residência Agrária/Desautoriza pagamento de bolsas a estudantes e professores
2014	Adequação das grades curriculares e carga horária dos cursos Técnicos e Graduação/Formação em Especialização nas demais áreas do conhecimento/Autoriza o pagamento de bolsas a estudantes e professores
2016	Ampliação para nível de Pós-Graduação Stricto Sensu/Parcerias com Organizações Cíveis de Interesse Público

Fonte: Autoria própria (2020).

Atualmente o Programa oferece cursos de Educação de Jovens e Adultos, além de formação e escolarização dos educadores do ensino fundamental nos níveis médio, superior e de pós-graduação, especialização e mestrado, formação técnica profissional na área de administração rural e a produção de material didático-

pedagógico, segundo as demandas de cada frente de trabalho (INCRA, 2016).

Conforme se depreende do Quadro 2, o Programa foi ampliado ao longo do tempo no que se refere aos níveis de escolarização ofertados, considerando que inicialmente a prioridade era a alfabetização de jovens e adultos. Em certo tempo, houve também a desautorização para o pagamento de bolsas a educandos e educadores, mas dois anos após essa proibição, o pagamento foi novamente autorizado. Além da ampliação dos níveis de escolarização, as parcerias do Programa foram ampliadas. Até o ano de 2015, somente eram possíveis parcerias com instituições públicas das diferentes esferas. A partir de 2016 ampliou-se a possibilidade de parcerias com Organizações Cívicas de Interesse Público.

De acordo com seu mais recente Manual (2016), o Pronera é operacionalizado conforme delineado no Quadro 3:

Quadro 3. Operacionalização do Pronera

Área de competência	Delineamento das ações
Gestão Nacional (Incra/Sede)	Por meio da Coordenação Geral de Educação no Campo e Cidadania, e Divisão de Educação no Campo, assessoradas pela Comissão Pedagógica Nacional são definidas as atividades estratégicas do Programa, assim como as ações político-pedagógicas
Gestão Estadual (Superintendências)	<p>Por meio de um Colegiado Estadual, coordenado por um servidor da equipe do Pronera nas Superintendências do Incra nos Estados, composto ainda por representante das instituições parceiras do Programa, dos movimentos sociais e sindicais representativos dos beneficiários em âmbito estadual; da secretaria estadual de educação e de representação das secretarias municipais.</p> <p>Ao Colegiado Estadual é atribuído:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Divulgar, coordenar, articular, implementar, acompanhar e avaliar o programa em âmbito estadual; - Mobilizar, dinamizar e orientar as atividades de alfabetização, escolarização em nível fundamental e médio, formação técnico-profissional de nível médio e de nível superior junto às instituições de ensino públicas e/ou privadas sem fins lucrativos; - Promover parcerias no âmbito dos governos federal, estadual e municipal, além das instituições de ensino públicas e/ou privadas sem fins lucrativos; - Avaliar as atividades pedagógicas desenvolvidas no estado.

Fonte: Incra (2016)

De acordo com os Manuais do Pronera, o principal objetivo do Programa é ofertar a educação formal a jovens e adultos beneficiários do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), em todos os níveis de ensino e áreas do conhecimento; com o objetivo também de otimizar as condições de inserção do público do PNRA à

educação, proporcionando “melhorias no desenvolvimento dos assentamentos rurais por meio da formação e qualificação do público do PNRA e dos profissionais que desenvolvem atividades educacionais e técnicas nos assentamentos.” (VUELTA, 2016, p. 2). Nesse sentido, o Programa envolve diversos atores em todo o processo, especialmente o público-alvo, que atua por meio dos movimentos sociais.

O Manual do Pronera, vigente desde o ano de 2016, define como parceiros do Programa as instituições de ensino, pesquisa, e extensão, públicas, privadas sem fins lucrativos e fundações de apoio; as secretarias municipais e estaduais de educação; os movimentos sociais e sindicais representativos do público atendido pelo Programa.

Nesse sentido, conforme descrito por Vuelta (2016), observa-se, no Quadro 4, os eixos da operacionalização do Programa.

Quadro 4. Eixos de operacionalização do Pronera

Atores	Ações/Atividades
Movimentos sociais ou sindicais	Apresentar demandas de ensino das áreas rurais, e representar os estudantes dos cursos
Instituições de ensino	Ofertar cursos para os trabalhadores rurais; Responsabilizar-se pela estrutura pedagógica e física para realização dos cursos
Incra	Financiar os cursos por meio dos repasses financeiros às instituições de ensino para a realização dos cursos.

Fonte: Adaptado de Vuelta (2019).

Conforme se observa, os eixos participativos do Programa vêm ao encontro do que é visto na literatura, tanto clássica, como contemporânea, no que se refere à formação ou ciclo de uma política pública, de que os “problemas ou conflitos” são apontados por meio da participação democrática das comunidades (FREY, 2000). No caso do Pronera, são os movimentos sociais que apresentam suas demandas aos representantes do governo – Incra e instituições de ensino parceiras.

Como apresentado no Quadro 4, diversas frentes demandam e atuam na execução de projetos envolvendo os cursos a serem ofertados aos beneficiários da reforma agrária. Muitos desses projetos são levados, executados e finalizados, aumentando as estatísticas de um mundo rural alfabetizado, formando novos técnicos, bacharéis, licenciados, especialistas e até mestres.

À exceção de cursos voltados à Pedagogia no Campo, que já é especificamente para atuação em escolas dos assentamentos, em princípio,

esperar-se-ia que projetos de formação de Técnicos em Agroecologia, Agrônomos, Veterinários, e afins voltados à atuação no campo, na reforma agrária, fossem priorizados. Isso porque o Pronera faz parte das ações do Incra intitulada “Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária” - Ação 210T PO 03 (INCRA, 2018). Conforme os Manuais do Programa, a realização de cursos nessas áreas visa a garantir a permanência e atuação desses profissionais nos Projetos de Assentamento, uma vez que foram formados por meio de um Programa específico. Porém, não há regulamentação nesse sentido, ou seja, de que o formando assumira o compromisso de atuar e se manter nas condições de beneficiário da reforma agrária e ali atuando profissionalmente.

Esses novos profissionais, específicos das questões agrárias, em tese, atuam junto às comunidades em relações de trabalho. Na próxima seção, será abordado especificamente esse tema: as relações sociais do trabalho em áreas de Reforma Agrária.

2.2 RELAÇÕES SOCIAIS DO TRABALHO EM ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA

Partindo-se do pressuposto de que os trabalhadores rurais dos assentamentos de Reforma Agrária, enquanto partícipes e protagonistas de lutas de classes, de acordo com Santos (2016) e Orzekovski (2018), o modelo de relações do trabalho adotado por esses camponeses é um modelo contra hegemônico, ou seja, contra o modelo tradicionalmente adotado pelo agronegócio. Para Orzekovski (2018), como consequência do desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro, surgem contradições resultantes das diferentes relações de trabalho entre assalariados do campo e os camponeses.

Nesse sentido, Thomaz (2016) e Santos (2016) apresentam essa diferenciação entre as categorias de trabalhadores do campo: a burguesia agrária, o trabalhador camponês e do trabalhador assalariado. Para esses autores, no atual cenário brasileiro, em que o desenvolvimento capitalista da agricultura está em emergência, a burguesia agrária tem sido favorecida, em detrimento dos camponeses e assalariados do campo. Isso porque, ainda segundo esses autores, o crescimento das forças produtivas do campo tem se voltado à mecanização tecnológica, o que necessita de mão-de-obra mais qualificada, em contraponto à

agricultura familiar, que, na luta contra esse modelo, se utiliza de mão-de-obra menos mecanizada, buscam uma produção agroecológica, evitando uso de agrotóxicos etc., além das relações entre os agricultores familiares voltadas ao trabalho propriamente dito. Para Santos (2016), o agronegócio fortalece a burguesia agrária, colocando-se também como classe dominante nas relações capitalistas de trabalho e produção.

Diante disso, o campesinato da reforma agrária mostra-se em uma posição de resistência a esses modelos, numa luta contra hegemônica (THOMAZ, 2016). O autor destaca três categorias de trabalhadores nos assentamentos rurais do Brasil: aqueles que geram renda excedente; aqueles que reproduzem a vida camponesa, ou seja, trabalham em sua posse e buscam sustento com sua própria produção; e o terceiro são os assalariados, que vendem ou trocam sua força de trabalho para outros assentados. Nessa luta contra hegemônica, uma das formas de resistência e busca de fortalecimento do campesinato da Reforma Agrária é a reprodução do modelo de organização dos trabalhadores quando na fase pré-assentados, isto é, quando ainda nos acampamentos (OLIVEIRA, 2015). Desde a organização dos trabalhadores rurais sem terras para ocupação de áreas, por exemplo, eles se encontram organizados, de forma associativa, solidária, colaborativa e cooperativa. Portanto, estão organizados em um movimento social (OLIVEIRA, 2015).

Em se tratando de Reforma Agrária no Brasil, Oliveira (2015) destaca que aproximadamente 60 a 80% das famílias assentadas são ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras (MST). Segundo Freitas (2017), o MST possui sua própria forma de organização, pautada nos princípios da coletividade, democracia, participação, solidariedade, colaboração, cooperação etc. Princípios esses que o caracterizam como uma associação, na forma de movimento social. Freitas (2017) afirma, ainda, que as famílias entendem que essa forma de organização coletiva permite que haja participação de todos os integrantes indistintamente, de forma democrática, e suas demandas são apresentadas ao poder público de maneira mais eficaz (FREITAS, 2017).

O MST, de acordo com Almeida (2017), é permeado “por certo tipo de cooperação entre várias organizações, entidades e instituições afins da luta pela democratização do acesso à terra no Brasil” (ALMEIDA, 2017, p. 21). Além da

cooperação entre o Movimento e as instituições, como a Pastoral da Terra, por exemplo, há na organização interna, a cooperação entre os indivíduos integrantes do Movimento (ALMEIDA, 2017). Para Barros e Teixeira (2018), o Movimento é dotado de próprio projeto político, que vai além das dimensões econômicas, e de luta pela terra, mas abarca a resistência contra os modelos hegemônicos de produção por meio da terra, e organização de base coletiva (BARROS; TEIXEIRA, 2018, p. 3).

Nessa organização de base coletiva são formadas as chamadas “brigadas”, compostas pelos integrantes de acordo com as realidades locais e geográficas, com a finalidade de organizar e deliberar sobre as demandas daquela determinada comunidade (BARROS; TEIXEIRA, 2018, p. 3). As 'brigadas', por sua vez, são organizadas por setores: disciplina, educação, saúde, segurança, etc. (BARROS; TEIXEIRA, 2018).

Segundo Bernant (2012), Barros e Teixeira (2018), nos princípios organizativos do MST não há relações de poder, mas as decisões são tomadas de modo participativo e democrático, envolvendo indiferentemente, homens, mulheres, idosos, jovens e crianças. Caldart (2012) afirma que o MST não se enquadra exatamente nas definições clássicas de Movimento Social, e que ele próprio se denomina como “uma organização social de massas”, que tem características próprias e se convergem nos pilares de sua identidade (CALDART, 2012, p. 209). Uma dessas características é o caráter sindical, atribuído pelas conquistas socioeconômicas, e pela melhoria do nível de vida do trabalhador rural, no sentido corporativo e cooperativo, pois a identidade é do Movimento, de sua coletividade, em contraponto ao individualismo capitalista (CALDART, 2012).

Desde o acampamento, que muitas vezes precede o Assentamento, os integrantes exercitam a organização estratégica coletiva, num ambiente de cooperação e participação de todos os membros, tanto nos planejamentos, nas decisões e na execução das tarefas (ALMEIDA, 2017). Esses princípios organizativos, o caráter cooperativo do Movimento, refletem mesmo após a conquista da terra, a partir da qual serão necessárias novas conquistas, como saúde, infraestrutura, educação. Refletem ainda nas relações de trabalho dessa

população, pois a ideia corporativa, ideais de coletividade, enquanto relações sociais continuam intrínsecos (MIRANDA; CUNHA, 2013).

Pautados nesses princípios e na busca de fortalecimento da agricultura familiar em contraponto à hegemonia do agronegócio, os assentados da Reforma Agrária, em sua maioria, mantêm-se associados de forma solidária, colaborativa e cooperativa (FREITAS, 2017). Dessa forma, na finalidade de organizar e comercializar a produção, a relação de trabalho predominante nas áreas de reforma agrária tem sido a associação em forma de cooperativas (SANDRI, 2019).

A subseção seguinte apresenta as teorias relevantes em torno da temática do associativismo e cooperativismo em áreas de Reforma Agrária.

2.3 ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO

Nesta seção serão abordados os conceitos de Associativismo e Cooperativismo e sua evolução ao longo do tempo e o Cooperativismo em áreas de Reforma Agrária.

2.3.1 Associativismo

A própria evolução da antropologia procura demonstrar a importância das associações no processo de mudanças histórico-culturais. Teóricos como Alexis de Tocqueville (1998), a partir de seus estudos sobre as associações de indivíduos na sociedade norte-americana, atribui ao associativismo a função de manter a estabilidade do sistema político; possibilitar a agregação de interesses, dando-lhes publicidade; além de educar os cidadãos para as práticas e convívio democráticos (TOCQUEVILLE, 1998). Para esse autor, um dos aspectos importantes nesse convívio democrático, ou participação associativa dos indivíduos é “a criação de hábitos de colaboração e solidariedade” (TOCQUEVILLE, 1998, p. 6). Segundo Tocqueville (1998), as associações reservam papel fundamental no desenvolvimento das virtudes democráticas, que são a confiança, a cooperação, a comunicação, e o espírito público. Para esse autor, são essas virtudes que dão sustentação à vida democrática (TOCQUEVILLE, 1998).

Putnam (2002) afirma que além de proporcionar o exercício da democracia, as associações permitem ao indivíduo desenvolver “o senso de responsabilidade comum em empreendimentos coletivos”, e “o espírito cooperativo” (PUTNAM, 2002, p. XXX). Lüchmann (2018), por sua vez, aponta que no Brasil, as organizações associativas apresentaram crescimento a partir da promulgação da Constituição de 1988, quando o processo de desenvolvimento da sociedade civil brasileira começou a se constituir no contexto das importantes mudanças que ocorriam no período, especialmente quanto à transição política para a democracia (LÜCHMANN, 2018).

Em aspectos conceituais, Fernandes (2015) diferencia as associações de acordo com seus vários tipos de envolvimento e participação: “a participação de fato, a participação organizada ou voluntária, a participação espontânea, a participação suscitada ou provocada e, por último, a participação imposta” (FERNANDES, 2015, p. 67).

Já Boudon (1990, p.47), em relação à associação, defende que:

[...] em sentido restrito o termo designa um agrupamento de duas ou várias pessoas que põem em comum, de maneira permanente, os seus conhecimentos e a sua atividade numa finalidade que não seja a de partilhar lucros [...]. O fenômeno associativo que responde à propensão dos homens para se agruparem para a defesa dos seus direitos, a propagação das suas ideias e a realização em comum de um objectivo colectivo, desempenha um papel importante nas sociedades modernas, ao mesmo tempo, complexas e fragmentadas [...]

Nas atuais sociedades democráticas, o associativismo é conceituado, juridicamente, como um:

[...] agrupamento de várias pessoas com o objetivo de alcançar resultados que excedam aqueles que conseguirem com as suas atividades individuais; ou então, como o resultado de um consenso entre indivíduos que se propõem conjugar esforços para a prossecução em comum de determinados fins (FERNANDES, 2015, p. 67).

Ambas as conceituações, tanto de Boudon (1990) como de Fernandes (2015), podem ser condensadas pela teoria de Salomon (2009), na qual “associação é toda iniciativa formal ou informal que reúne pessoas físicas ou jurídicas com objetivos comuns, no intuito de superar dificuldades e gerar benefícios para seus associados” (SALOMON, 2009, p. 16).

Para Boudon (1990), Salomon (2009), e Fernandes (2015), associativismo remete à livre organização de pessoas, na qual não há finalidade lucrativa, mas o

objetivo de sanear necessidades coletivas por meio da cooperação. Salomon (2009) atribui, ainda, ao associativismo seu caráter social na criação das associações, enquanto instituições jurídicas, formais ou informais, que organiza as pessoas com interesses semelhantes, de modo a possibilitar sua representação, especialmente diante do poder público (SALOMON, 2009).

O conceito de associação agrega diversos modelos de organizações, como institutos, clubes entre outros. Essas organizações podem ter objetivos e finalidades diferentes, porém, se assemelham por suas características: a principal delas, é que associação é uma organização civil sem fins lucrativos (FERNANDES, 2015; LÜCHMANN, 2018; SALOMON, 2009).

Mêinen (2014) descreve sete princípios do associativismo: 1) adesão voluntária e livre; 2) gestão democrática pelos sócios; 3) participação econômica dos sócios; 4) autonomia e independência; 5) educação, formação e informação; 6) cooperação entre associações/cooperativas; 7) interesse pela comunidade. Ainda, segundo Mêinen (2014) e Lüchmann (2018), as associações promovem a apropriação de metodologias de trabalho que estimulam ações de auxílio mútuo, confiança entre os associados, assim como o fortalecimento de uma determinada categoria com interesses próprios, sejam eles sociais, técnicos, econômicos ou políticos.

A legislação brasileira que ampara o direito a constituir organizações associativas é a Lei nº 10.406/2002, mais conhecida como o Novo Código Civil, especificamente os artigos 53 a 61. O Artigo 53 preceitua: “constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos”. (BRASIL, 2002; BRASIL, 1988). Assim sendo, após constituídas e registradas, as associações assumem o caráter de pessoa jurídica, sem a finalidade de obter lucros para si.

Antes do Novo Código Civil, a Constituição de 1988 já assegurava o direito a constituir associações e cooperativas, como se depreende do seu Artigo 174, parágrafo segundo: “a lei apoiará e estimulará o cooperativismo e outras formas de associativismo”; além do próprio artigo 5º da Constituição Federal, itens XVII a XXI (BRASIL, 1988). De tal ordem que, tanto a Constituição Federal quanto o Código Civil, amparam e incentivam a instituição de associações, desde que sejam

colaborativas com os bens e serviços voltados à economia, de mútuo interesse e especialmente sem finalidades lucrativas, além dotadas de estatuto próprio, além de outros requisitos regidos na legislação.

Para Rennó *et al* (2011), a democracia é um processo que engloba, por um lado, maior grau de autonomia, ou autodeterminação individual e coletiva, e, por outro, inclusão social e política, falar em benefícios democráticos do fenômeno associativo implica em reconhecer sua multidimensionalidade, na medida em que envolve dimensões individuais, sociais e político-institucionais.

Pelegrini e Shiki (2015) observam a emergência de estudos voltados à importância do associativismo, uma vez que em seus conceitos estão, intrinsecamente, pautados em valores sociais como a solidariedade, a cooperação entre indivíduos, além de ampliar a possibilidade de participação das comunidades em ações de planejamento e gestão. Esses atributos, segundo esses autores, contribuem de forma significativa para o desenvolvimento social, assim como para o exercício da democracia. Outrossim, autores apontam a emergência dos movimentos sociais a partir do processo de democratização do Brasil, nas décadas de 1970 e 1980 (PELEGRINI; SHIKI, 2015).

Sob esse aspecto, importante destacar que, para Diani e Bison (2010, p. 15):

Os movimentos sociais constituem-se como redes de interações informais entre uma pluralidade de indivíduos, grupos ou associações engajados em um conflito político ou cultural, com base em uma identidade coletiva compartilhada. É na combinação dessas três características que está assentada, no plano analítico, a especificidade dos movimentos sociais frente a outros tipos de ação ou de organização ou associação coletiva.

Para Lüchmann (2013), as associações constituem os movimentos sociais. Ou ainda: “as associações se constituem como exemplo paradigmático do que a literatura identifica como estruturas mobilizadoras” (LÜCHMANN, 2013, p. 5). Nesse caso, o associativismo é o centro, podendo ser considerado como um recurso para as ações mobilizadoras; ou seja, as associações são a base dos movimentos sociais enquanto estruturas mobilizadoras (LÜCHMANN, 2013).

Aos movimentos sociais, é atribuída uma dimensão contenciosa, ou o caráter de mudança que está embutido nesse tipo de ação social (DIANI; BISON, 2010). A atuação dos movimentos sociais está integrada à expressão pública de um conflito

social. A ação coletiva, além do foco nos problemas coletivos, com a finalidade de corrigir injustiças, conquistar bens públicos, atacar fontes de descontentamento, ou expressar apoio a certos valores ou princípios morais, busca identificar os alvos para direcionar os esforços coletivos, especificamente estruturados política e socialmente (DIANI; BISON, 2010).

Para Rennó (2003), movimento social, enquanto uma subdivisão de associação, tem uma lógica de atuação própria, assim como suas estratégias de ação, a forma de recrutamento dos integrantes, perfil dos membros, entre outros. Outra subdivisão apresentada por esse autor é a de ações coletivas com a participação em duas formas de protesto político, que para ele são uma das formas de desobediência civil, como bloqueios de trânsito e invasões de propriedades privadas.

Rennó (2003) defende que essas formas de ação coletiva são distintas da participação em movimentos sociais constituídos, pois considera que as formas de desobediência civil têm atuação transitória, temporária, e menos estruturada. Esse tipo de organização pode ser visto como um prejuízo à ordem democrática, visto que as ações vão na contramão da legislação, e que não são necessariamente um benefício ou um exercício da democracia (RENNÓ, 2003).

Por outro lado, apesar do caráter conflituoso e de protestos que caracterizam as ações dos movimentos sociais, eles fazem parte do associativismo de modo geral (DIANI; BISON, 2010). No entanto, esses autores defendem que os movimentos sociais vão além de serem simples associações, mas uma forma de organização de grupos de pessoas com identidade e objetivos comuns bem formulados (DIANI; BISON, 2010).

Rennó (2010) pontua a questão quanto à intencionalidade de o Estado de certa forma incentivar a organização civil formal em associações. Esse autor observa que esse incentivo intencional se dá com o objetivo de coibir ações oportunistas, mantendo, assim, a estrutura e a interação social. Sob esse aspecto, Putnam (2012), ratificando Rennó (2010), afirmando que o Estado pode desempenhar um papel positivo ao incentivar a geração de ação coletiva independente na sociedade civil.

De acordo com Rennó (2010), a intervenção do Estado, de modo a incentivar essas ações, estimula o ativismo cívico, o exercício da democracia. Para esse autor, a intervenção estatal se dá por meio de políticas públicas direcionadas à oportunidade política para determinados grupos sociais. Ainda segundo Rennó (2020), estruturas de oportunidade política “são dimensões consistentes do contexto político que podem encorajar ou desencorajar pessoas de participarem de ações coletivas” (RENNÓ, 2010, p. 73). Rennó *et al* (2011) alertam também sobre o fato de que nem todas as associações apresentam caráter positivo ante a sociedade democrática. A título de exemplo, os autores citam os grupos racistas, de disseminação de ódio, além das associações “de fachada”, que muitas vezes encobrem interesses particulares em detrimento do bem comum (RENNÓ *et al*, 2011).

Dessa forma, há estruturas institucionais que atuam de modo a incentivar a geração de organizações civis em diferentes áreas, podendo diferir entre países, ou mesmo dentro do próprio país conforme os momentos políticos e históricos (RENNÓ, 2010). Para esse autor, o Estado não é o criador dos movimentos sociais, mas seu papel é o de limitar comportamentos oportunistas, incentivando ações coletivas, e, conseqüentemente, fortalecendo os movimentos sociais (RENNÓ, 2010).

No caso brasileiro, Rennó *et al* (2011) afirmam, com base na literatura sobre os movimentos sociais e associativismo das últimas três décadas, que apesar de baixos índices de engajamento associativo em comparação com outros países da América Latina, há crescimento significativo no número de associações e movimentos sociais, principalmente a partir dos anos 1970 e 1980. Esses autores atribuem esse crescimento ao processo de democratização do Brasil (RENNÓ *et al*, 2011).

Nessa mesma linha, Pelegrini e Shiki (2015) afirmam que, em décadas recentes, foram instituídas incontáveis associações, pautadas na convicção da produção de resultados positivos, contribuindo para o desenvolvimento local, regional, e muitas vezes indo além do desenvolvimento de apenas uma determinada região. Para esses autores, essas organizações são um arranjo positivo e favorável à troca de diferentes e novas tecnologias, comercialização e melhores possibilidades

de negociações da produção, além dos benefícios em exercer a democracia, por meio das ações participativas, de modo coletivo (PELEGRINI; SHIKI, 2015).

No Brasil, as associações podem ser categorizadas por setores, ou áreas de atuação. Nesse sentido, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em 2016, apresentou essa classificação, assim como os números dessas associações conforme Figura 3.

Tabela 1. Associações sem fins lucrativos no Brasil por setores

Classificação das entidades sem fins lucrativos	2016	(%)
Total	820.186	100,0
Saúde	6.841	0,8
Hospitais	2.646	0,3
Outros serviços de saúde	4.195	0,5
Cultura e recreação	79.917	9,7
Cultura e arte	24.671	3,0
Esportes e recreação	55.246	6,7
Educação e pesquisa	39.669	4,8
Educação infantil	8.381	1,0
Ensino fundamental	9.509	1,2
Ensino médio	1.041	0,2
Ensino superior	3.242	0,4
Estudos e pesquisas	1.268	0,2
Educação profissional	972	0,1
Outras formas de educação/ensino	6.208	0,8
Atividades de apoio à educação	8.148	1,0
Assistência social	27.383	3,3
Assistência social	27.383	3,3
Religião	208.325	25,4
Religião	208.325	25,4
Associações patronais e profissionais	22.261	2,7
Associações empresariais e patronais	7.985	1,0
Associações profissionais	14.276	1,7
Desenvolvimento e defesa de direitos e interesses	339.104	41,3
Defesa de direitos e interesses – múltiplas áreas	41.611	5,1
Associações de pais, professores, alunos e afins	40.697	5,0
Associação de moradores	33.460	4,1
Associações patronais e profissionais	29.882	3,6
Centros e associações comunitárias	20.630	2,5
Cultura e recreação	14.091	1,7
Saúde, assistência social e educação	13.837	1,7
Religião	5.448	0,7
Meio ambiente e proteção animal	3.268	0,4
Desenvolvimento rural	2.288	0,3
Defesa de direitos de grupos e minorias	1.406	0,2
Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	132.486	16,2
Outras atividades associativas	77.550	9,5
Associações em atividades não especificadas anteriormente	77.550	9,5
Outras organizações da sociedade civil	19.136	2,3

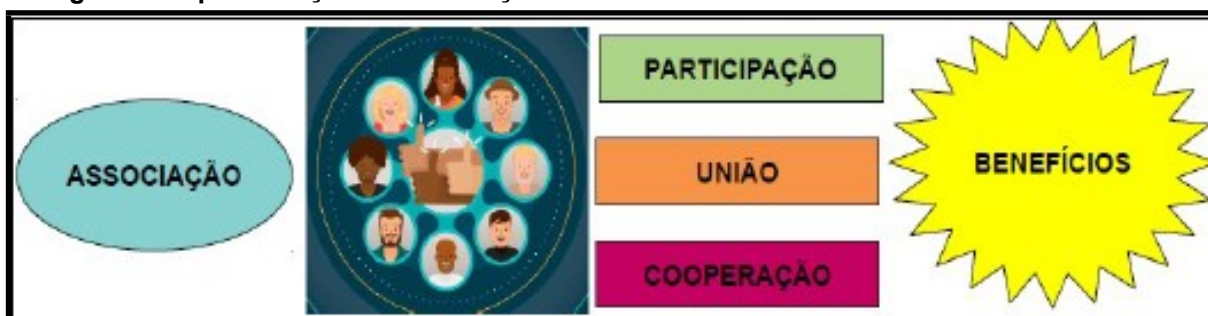
Fonte: Ipea (2016).

A partir dos dados apresentados pelo Ipea, na Tabela 1, é possível observar que os números mais expressivos de associações são, respectivamente, as de desenvolvimento e defesa de direitos e interesses, seguidas das religiosas, sem contar as denominadas como ‘Outras’. Nesse cenário, é possível perceber que, embora existam diferentes teorias quanto às responsabilidades e atuação das associações, o enfoque está no exercício da democracia e na prática da cidadania. Para Warren (2001), as associações compreendem algo complexo e muito amplo, pois abrangem tanto pequenos, médios e grandes grupos, como sindicatos empresariais, educacionais, e ainda os movimentos sociais. Ainda de acordo com o pensamento de Warren (2001), estudos e teorias apontam para as associações que se relacionam de forma direta, ou seja, democracia e sociedade civil, e tais estudos têm dado ênfase às associações compostas por movimentos sociais (WARREN, 2001).

Conforme se observa ainda na Tabela 1, do setor com os números mais expressivos, o de desenvolvimento e defesa de direitos e interesses, extrai-se o número de associações voltadas ao desenvolvimento rural. Essas associações representam 0,3% do número de associações no Brasil. Outro destaque da Figura 3 está no item denominado “Outras organizações da sociedade civil”, no qual se enquadram alguns movimentos sociais organizados e instituídos, como o Movimento Social dos Trabalhadores Rurais Sem Terras.

Em síntese, é possível afirmar que associação é o formato legal e jurídico da junção e organização de pessoas com interesses comuns. A instituição de uma associação tem por objetivo melhorar as condições dos indivíduos que, isoladamente, não obteriam o mesmo êxito (Figura 3).

Figura 3. Representação de associação



Fonte: Autoria própria (2020).

Pode-se dizer que a associação é a forma mais elementar de organização jurídica de um grupo de indivíduos com interesses comuns, atuando ativamente, em unidade, e com cooperação, na finalidade de gerar benefícios, conforme representado na Figura 3. Dessa forma, Lüchmann (2018) afirma que o associativismo é um meio pelo qual as comunidades com interesses comuns ganhem visibilidade, seja ela social, ambiental, política, econômica etc.

A subseção seguinte detalha o associativismo no meio rural, mais especificamente nas áreas de Reforma Agrária, espaço deste trabalho.

2.3.2 Associativismo em áreas de Reforma Agrária

Os assentamentos rurais do Incra, em sua maioria, possuem associações com o Movimento Social dos Trabalhadores Rurais Sem Terras, o MST. Segundo Oliveira (2015), cerca de 60 a 80% dos assentados no Brasil são ligados ao MST. Quando se fala desse Movimento, o mais proeminente do país na luta pela terra e tudo que ela agrega, o senso da coletividade é algo intrínseco, conforme relata Freitas (2017). No âmbito da luta por reforma agrária no Brasil, desde meados dos anos 1920, foram surgindo novas formas de manifestação e organização. E mesmo depois de assentadas, as famílias permanecem organizadas e sob a liderança do MST por acreditarem que a partir dessas organizações participativas e estruturadas por áreas (saúde, educação, comunicação, finanças, entre outras) chegam ao poder público de modo mais eficaz que individualmente (MST, 2019).

De acordo com Camacho (2016), os agricultores, desde o período da ocupação de áreas, têm o associativismo e o cooperativismo como forma de relação, organização, produção e comercialização (CAMACHO, 2016). O desenvolvimento de “associação dos pequenos produtores rurais” comanda, efetivamente, todo o processo associativo nas áreas de reforma agrária. De um lado, elas têm propiciado a aglutinação e coordenação dos esforços dos trabalhadores assentados, para garantir uma estrutura mínima para a progressão das resoluções problemáticas (FREITAS, 2017).

A Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil – CONCRAB (2012) afirma que a partir da conquista dos primeiros Projetos de Assentamento, o

MST se voltou à demanda de organização da produção, e desenvolvimento (humano, social e econômico). Na literatura e documentos produzidos pelo MST, tanto nos que se refere à produção quanto nos que se refere à educação, o cuidado e preocupação com as questões cooperativas é bastante notável. Dentre eles, pode-se aqui destacar: “A organização da Cooperação e Produção Agrícola”, como um dos princípios centrais para a organização dos Projetos de Assentamento; assim como “A educação para o trabalho e a cooperação”, como um dos pilares da filosofia da educação do Movimento (MST, 2019). A partir desses aspectos teóricos é possível entender a observação no campo de atuação, de que as relações sociais do trabalho predominantes nas áreas de assentamentos rurais do Incra no Estado do Paraná é o cooperativismo.

Fernandes (2008) já afirmava que não há dissociação entre lutas econômicas e políticas, pois ambas contribuem para a consolidação dos movimentos sociais do campo. Para esse autor, os assentados da reforma agrária somente obterão êxito na produção se estiverem organizados de forma coletiva, cooperada, em contraponto à produção individualizada, ou outros modelos de produção hegemônicos (FERNANDES, 2008).

Para Fabrini (2019), os movimentos sociais do campo têm suas raízes no “trabalho coletivo e na racionalização da produção por meio da divisão e especialização do trabalho”. (FABRINI, 2019, p. 125). Dessa forma, o trabalho cooperado vai ao encontro dos vieses ideológicos presentes nos movimentos sociais do campo de expressividade no país, como é o caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras, no país.

Por outro lado, de acordo com Moreira (1997), a associação passa a ser condição necessária para os assentados terem acesso aos benefícios de programas assistenciais e creditícios dirigidos, quer pelos órgãos gestores da política agrária, quer da própria política agrícola. Assim a criação das associações surge, portanto, como uma necessidade externa, pela qual o presidente da associação passa a ser o grande interlocutor entre a comunidade e os órgãos públicos, propiciando o fortalecimento de uma estrutura centralizada de poder entre os assentados. Todas essas mudanças implicam em novas formas de organização das comunidades rurais. Por exigência dos órgãos governamentais que colocam condições para a

liberação de alguns benefícios à existência de associações comunitárias, são fundadas essas entidades de acordo com um modelo mais ou menos padrão.

Segundo Moreira (1997), esse novo modelo organizativo dos assentados tem pontos dicotômicos em relação à dinâmica de não existirem relações de poder: surge a figura de um presidente que, por força do cargo, detém um poder que antes era distribuído pelas diferentes comissões, dando origem a uma estrutura verticalizada de poder e dando margem, à personalização do poder. Ocorre também, muitas vezes, a redução do nível de engajamento dos trabalhadores com o grupo após o assentamento. Frequentemente, nota-se que após a conquista da terra diminui a união do grupo (MOREIRA, 1997).

Para Moreira (1997), alguns fatores colaboram para isso:

- a) a disputa pela partilha dos lotes melhor situados é razão frequente de desentendimentos entre os assentados;
- b) para garantir a subsistência familiar com o trabalho na gleba, um dia dedicado a reuniões ou a tarefas coletivas provoca redução efetiva na “renda” familiar;
- c) a ênfase dada pelas associações ao aspecto econômico-produtivista, coloca em segundo ou terceiro lugar outras questões dos assentados como educação, saúde, lazer que seria um papel importante no processo de aglutinação de esforços e compartilhamento de tarefas;
- d) no período de luta não é discutido suficientemente como conviver com as diferenças de opiniões e de interesses existentes na comunidade.

Observa-se que várias associações procuram se transformar em cooperativas, única e exclusivamente para aproveitarem a possibilidade de acesso ao dobro do financiamento que é oferecido, antes pelo Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (Procer), e hoje pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Sendo que a organização em forma de cooperativas é requisito para o acesso a essa modalidade de crédito, entre outras. Embora não haja um consenso teórico, Martins (2003), Bergamasco, Oliveira e Souza (2011) e Barone e Ferrante (2012) apontam um conjunto de obstáculos de

caráter objetivo e subjetivo, explicando as dificuldades de os assentados participarem e se envolverem nessas associações.

O consenso de ordem objetiva apontado pelos autores é a ausência de infraestrutura nos assentamentos; as condicionantes de acesso aos recursos como os créditos rurais e outros programas governamentais; os problemas voltados à negociação e comercialização da produção; e o pouco retorno financeiro dessas organizações. Quanto ao caráter subjetivo, os autores apontam as questões de migração, vínculos sucessórios debilitados em consequência de situações de exclusão, os conflitos e disputas internos, falta de afinidade entre os grupos, questões salariais, e incertezas acabam comprometendo a participação, envolvimento e permanência nessas organizações.

Controversamente às teorias relevantes aqui pesquisadas, há que se destacar quanto ao que preconizam os protagonistas da luta pela terra no Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terras, o MST e suas vertentes, de acordo com Marconi e Santos (2016), caracterizam em si uma entidade organizada, “e por sua vez se organiza, em alguns locais, de forma cooperativa. Os modelos de cooperativismo adotados pelo MST, além de terem o caráter econômico e social, também se preocupam com as questões ambientais e políticas” (MARCONI; SANTOS, 2016, p. 174).

As subseções seguintes buscam apresentar discussões relevantes quanto ao Cooperativismo e o Cooperativismo em áreas de Reforma Agrária.

2.3.3 Cooperativismo

É comum observar certa confusão no que se refere ao Cooperativismo e Associativismo, observando-se, ainda, suas principais distinções. De acordo com Vieira e Santana (2015), essas distinções vão desde a natureza dos processos, aos conceitos, e estruturas legais. Segundo essas autoras, se comparada a uma cooperativa, uma associação fica atrás. O caráter de uma associação não é a finalidade lucrativa, enquanto as cooperativas também focam benefícios financeiros, embora não seja lucro propriamente dito, mas benefícios por meio de financiamentos e viabilização da produção (VIEIRA; SANTANA, 2015). Ainda em

comparação com as associações, as cooperativas estão mais uma vez à frente, tanto pelo estímulo dos indivíduos que a pretendem formar, quanto pela viabilização de negócios mais promissores da produção (VIEIRA; SANTANA, 2015).

De acordo com Reisdorfer (2014), entende-se por cooperativa a associação de produtores, fabricantes, trabalhadores ou consumidores que se organizam e administram empresas econômicas, objetivando a satisfação de muitas necessidades. Pode-se dizer, em outros termos, que é uma associação de produtores, fabricantes e consumidores constituída para partilhar sobras que, de outra forma, caberiam a intermediários. Pode-se enunciar em adição como associações de pessoas, que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de atividade econômica, para proveito comum, não objetivando o lucro (REISDORFER, 2014).

Segundo Sousa (2009), cooperativas, conforme definição apresentada na lei nº 5.764/71, são sociedades de pessoas, formadas para prestar serviços aos associados, que, reciprocamente, têm a obrigação de contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de bem comum, sem objetivo de lucro. Surgem como reação a uma situação econômica prejudicial ao trabalhador que, não conseguindo vender sua força de trabalho, ou, ainda, movido pela insatisfação com a realidade dentro das empresas, se une a outros para que juntos obtenham o capital e os meios de produção suficientes para prestar serviços direto ao consumidor (SOUZA, 2009).

Sousa (2009) apresenta o que considera como os sete princípios do cooperativismo: 1) adesão voluntária e livre; 2) gestão democrática; 3) participação econômica dos membros; 4) autonomia e independência; 5) educação e formação; 6) intercooperação; e 7) interesse pela comunidade. Resumidamente, significam que, nas sociedades cooperativas, todos devem participar da gestão do negócio, de forma democrática, bem como partilhar os princípios da solidariedade com outras cooperativas e com o restante da sociedade.

Conforme Sousa (2009), ideias de solidariedade vinham sendo testadas na Inglaterra no século XVIII, durante a Revolução Industrial, por meio de uniões de caráter assistencial que, em princípio, não produziram os resultados esperados. Em 1844, surge em Rochdale, nos arredores de Manchester, a união considerada a

primeira cooperativa do mundo, a Sociedade dos Probos de Rochdale, um grupo de 28 tecelões e 28 libras que, que após 12 anos de existência, acumulara um capital de 152 mil libras e já contava com 3.450 sócios (SOUSA, 2009). Da união solidária de Rochdale nasceram os princípios do cooperativismo, com base em um código de conduta moral, ratificados posteriormente em Genebra, no ano de 1895, ocasião em que foi criada a Aliança Cooperativa Internacional (SOUSA, 2009).

De acordo com Reisdorfer (2014), o ano de 1847 marca o início do Movimento Cooperativista no Brasil. Foi quando o médico francês, Jean Maurice Faivre, adepto das ideias reformadoras de Charles Fourier, fundou, com um grupo de europeus, nos interiores do Paraná, a colônia Tereza Cristina, organizada em bases cooperativas, com o objetivo de comercializar a produção agropecuária. Ainda que com boas iniciativas, sabe-se que o cooperativismo surgiu no país sem a coesão e a representação necessária à aglutinação dos interesses nacionais em comum. Por isso, na década de 50 surgiram às primeiras iniciativas unificadoras com a constituição da União Nacional das Associações Cooperativas. Divergências entre grupos internos dessa entidade, contudo, resultaram na criação da Associação Brasileira de Cooperativas. Dividido, o movimento perdia força, e as cooperativas, base e sustentáculo para qualquer política agrícola e pecuária, não tinham representatividade junto ao governo (REISDORFER, 2014). Ainda de acordo com Reisdorfer (2014), a maioria das cooperativas brasileiras chegou à conclusão de que era necessária a constituição de uma entidade que reunisse todas as tendências.

Segundo Sousa (2009), em 1902 surge uma cooperativa de crédito no Rio Grande do Sul e, a partir de 1906, começam a surgir as primeiras cooperativas rurais. Sousa (2009) ressalta que até a década de 1980 já havia diversas cooperativas de crédito, habitacionais e agrícolas. Mas é a partir desse período, especialmente a partir da década de 1990, com a abertura econômica e adoção de políticas neoliberais, acarretando fechamento de fábricas e altas taxas de desemprego, que o número desse tipo de empreendimento cresceu consideravelmente, em especial as cooperativas de trabalho.

Conforme relata Sousa (2009), dentro da proposta de reunir pessoas para a troca de bens, de forma a produzir ajuda mútua, há vários ramos do cooperativismo: agropecuário, de consumo, de crédito, educacional, habitacional, de infraestrutura,

mineral, de produção, saúde, trabalho, transporte, turismo e lazer. Dessas modalidades, diferenciam-se os modelos de consumo, que visam a união de pessoas para comprar produtos em comum a preços reduzidos; os de crédito, com finalidade de promover a poupança e financiar empreendimentos dos associados; e os habitacionais, que se destinam à construção de conjuntos residenciais para seus cooperados (SOUSA, 2009).

Em conformidade com Sousa (2009), os empreendimentos cooperativos são geridos de maneira democrática pelos sócios, que são, ao mesmo tempo, donos e usuários do serviço. Todos são proprietários do capital e dos meios de produção, e o resultado das vendas é distribuído conforme o trabalho de cada um.

De acordo com Presno (2009), às cooperativas e associações é atribuída uma finalidade maior que apenas a viabilidade de comercialização e negociação da produção. Para essa autora, no meio rural, especificamente, as associações e cooperativas desempenham um papel de inserção das comunidades ou grupos nos âmbitos da economia solidária, cooperação, e educação para o exercício da cidadania participativa. As cooperativas “[...] têm sido vistas, quase sempre, como uma ferramenta de desenvolvimento do meio rural” (PRESNO, 2009, p. 120).

A associação cooperativista, segundo o ex-Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues (2018) “serve para corrigir o social por meio do econômico”. Essa definição, quando um dos maiores problemas sociais do Brasil contemporâneo é o desemprego, permite projetar crescimento significativo do cooperativismo nos próximos anos, oferecendo a inclusão para quem está fora do mercado (PRESNO, 2009). Autores, como Develtere (1998), Santos e Rodriguez (2005), Sousa (2009), que analisam a questão das cooperativas e associações em países em desenvolvimento, como o caso do Brasil, destacam esse papel estratégico, consonante ao discurso de Presno (2009), recaindo a elas, por meio da viabilidade de participação social, o êxito, ou não, das políticas implementadas que focam, especialmente, o desenvolvimento rural.

De modo a sanear a questão da diferenciação básica entre associação e cooperativa, o Quadro 5 apresenta esse comparativo.

Quadro 5. Comparativo básico entre associação e cooperativa

	Associação	Cooperativa
Definição legal	Sociedade civil sem fins lucrativos	Sociedade civil e comercial, sem fins lucrativos
Objetivos	Prestar serviços de interesse econômico, técnico, legal, cultural e político aos associados	Prestar serviços de interesse econômico e social aos cooperados; Viabilizar e desenvolver atividades produtivas dos cooperados.
Mínimo de pessoas para constituição	2 pessoas	20 pessoas

Fonte: Adaptado de Sicoob (2018).

Ainda que haja diferenças entre as associações e cooperativas, a essência, ou similaridade entre ambos os tipos de entidade está em seus princípios, podendo ser representado pela Figura 4.

Figura 4. Similaridade entre associação e cooperativa

Fonte: Amaral (2012).

Conforme se depreende da Figura 4, os princípios que baseiam tanto o associativismo, quanto o cooperativismo tem os mesmos pilares. Embora a teoria aponte divergências quanto ao cooperativismo como instrumento de desenvolvimento local e regional, enquanto relações de trabalho nas áreas de reforma agrária o cooperativismo é predominante, seja pela compulsoriedade, seja pela identidade desse público.

A subseção seguinte discute esses aspectos à luz das teorias sobre o cooperativismo nas áreas de reforma agrária no Brasil.

2.3.4 O Cooperativismo em áreas de Reforma Agrária

Segundo Scopinho e Martins (2003), a realidade do trabalhador rural brasileiro carrega a herança do colonialismo, da escravidão, da dependência e da submissão do modo de vida rural ao modelo produtivo urbano-industrial, e como tradição as inúmeras lutas sociais travadas em favor da melhoria das condições de vida no campo, e contra os modelos produtivos perpetuados por aquele modelo. Essa é a realidade que marca os traços gerais da cultura predominante nessas organizações (SCOPINHO; MARTINS, 2003).

Conforme Vazzoler e Eid (2004), uma construção de teorias alternativas à visão convencional mais difundida é a chamada economia solidária, que traz à tona o cooperativismo. De maneira objetiva, procura-se valer do ideal de solidariedade dos indivíduos para garantia da sua subsistência, em meio a um conjunto de fatores econômicos, políticos e sociais adversos. Existem várias formas de cooperativismo, uma delas é o cooperativismo em áreas de Reforma Agrária. As cooperativas que seguem os princípios originais são consideradas autênticas no sentido de buscarem a democracia, a igualdade, a autogestão, e de seus dirigentes serem eleitos pelos sócios, as diretrizes serem discutidas e aprovadas de modo coletivo (VAZZOLER; EID, 2004).

Lauschner (1994) já apontava razões teóricas da conveniência cooperativa, enfatizando que o cooperativismo, enquanto associação socioeconômica de pessoas para a produção: 1) assegura poder econômico igual a todos os associados, ao garantir o direito a um voto, independentemente do valor das quotas integralizadas na cooperativa; 2) objetiva beneficiar exclusivamente os associados; entre outros benefícios. Esse autor acrescenta ainda que a redução dos custos frente às receitas e à conquista de mercados privilegiados resulta em benefício aos produtores, ou seja, em eficácia do empreendimento, e essa seria a principal conveniência da adesão dos agricultores familiares às cooperativas em relação aos não-cooperativas.

Lauschner (1994) cita que os grupos de assentamentos que lutaram para a obtenção de terras compreenderam que, além da organização político-reivindicativa, seria necessário desenvolver um modelo cooperativo de produção que permitisse enfrentar o futuro com autonomia e eficiência, utilizando-se apenas da mão-de-obra familiar. De acordo com Scopinho e Martins (2003), a maior preocupação se refere ao modo de organização econômica e social que, se adotados nos assentamentos, evita reproduzir o modelo produtivo agropecuário tecnicista e especializado vigente. Esse modelo, predominantemente subordinado às exigências do capital, contribui nos impactos ambientais negativos e diminuição da sobrevivência da pequena produção familiar.

Para a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (Concrab), o ideal de organização de produção nos assentamentos é o denominado Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), cuja principal finalidade é organizar os assentados para produzir com acesso ao crédito e estimular e difundir as diferentes possibilidades de desenvolver os princípios do cooperativismo e, às inovações tecnológicas e ao mercado popular (SCA, 2019). O cooperativismo preconizado pelo SCA não tem finalidades puramente econômicas, diferente do cooperativismo tradicional. O SCA procura mobilizar e organizar os assentados para o desenvolvimento da economia com base em outros valores que não apenas a busca de lucro, seguindo objetivos políticos e sociais por meio da organização de base, da defesa da autonomia de organização e de representação. O SCA preconiza, primordialmente, a criação de mecanismos institucionais que possibilitem aos trabalhadores se apropriarem dos instrumentos de produção e de autogestão das cooperativas (SCA, 2019).

A formação de Núcleos de Base de Famílias, instância básica para a gestão do assentamento, é a estratégia utilizada para implementar e desenvolver uma proposta de organização econômica e social no território conquistado (SCOPINHO; MARTINS, 2003). Essa proposta procura articular o campo e a cidade e deve estar fundamentada na diversificação da produção rural, no fortalecimento dos mercados populares locais e regionais, no desenvolvimento de uma matriz tecnológica agroecológica e conservacionista e na formação de valores humanos de justiça e equidade social (SCOPINHO; MARTINS, 2003).

Para Camacho (2016), desde a gênese do mais proeminente movimento por Reforma Agrária no país, o MST, o cooperativismo está presente. Isso tanto pelo caráter do próprio movimento, assim como suas ideologias pautadas na ideia de coletividade e cooperação. Esse autor explica que a adoção dessa postura cooperativa entre os integrantes desses movimentos do campo se contrapõe aos modelos praticados pelo agronegócio. De acordo com Camacho (2016), é próprio dos movimentos camponeses a oposição aos modelos de produção em grande escala utilizados pelos agropecuaristas, em geral, no país. A defesa dos movimentos é pela agricultura familiar, e, em muitos casos, o cultivo coletivo das áreas, de forma cooperada, mesmo após o assentamento (CAMACHO, 2016).

Para Scopinho e Melo (2018), não é por mero acaso que o desenvolvimento rural é atribuído ao cooperativismo. Com as mudanças que foram acontecendo no cenário político brasileiro, a partir da década de 1980, como a retomada da discussão sobre a reforma agrária, os impactos ambientais e sociais provocados pelo processo de modernização da agricultura foram ganhando outros olhares. Segundo essas autoras, iniciadas nessa época, as ações dos movimentos sociais, especialmente de trabalhadores rurais, defendiam uma proposta particular de cooperação para a reforma agrária (SCOPINHO; MELO, 2018).

Nesse sentido, em 1986, é criado o primeiro programa para assentados que condicionava sua organização em forma de cooperativas. De acordo com Scopinho e Melo (2018), foi somente a partir dos anos 2000 que o cooperativismo na Reforma Agrária foi de fato institucionalizado, ao adotar a agricultura familiar como categoria fundamental. Para essas autoras, o cooperativismo como condicionante para o acesso aos créditos é “uma estratégia dos governos para resolver o problema do abastecimento alimentar, integrar os pequenos agricultores à agricultura empresarial e inibir os conflitos no campo” (SCOPINHO; MELO, 2018, p. 66).

Dados do Censo Demográfico do ano de 2010 apontaram que cerca de 47% dos brasileiros em situação de pobreza extrema concentravam-se em áreas rurais (IBGE, 2012). A partir desses dados, o Governo Federal instituiu o segundo Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, por meio do então Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA, 2013). No Plano, constam ações governamentais e objetivos com a finalidade de desenvolver o setor rural no Brasil, preco-

nizando o fortalecimento da agricultura familiar por meio do cooperativismo (SCOPI-NHO; MELO, 2018).

Dessa forma, um dos eixos exigidos pela política pública de desenvolvimento rural, segundo o então Ministério do Desenvolvimento Agrário (2013):

[...] organização econômica das famílias por meio de associações e cooperativas, que teriam por objetivos fortalecer os mercados locais, facilitar o domínio dos produtores sobre as cadeias produtivas e favorecer redes de solidariedade nos processos de produção, distribuição e consumo.

A partir da Figura 5 é possível verificar algumas dessas políticas públicas instituídas com o objetivo de atender as comunidades rurais, inclusive da Reforma Agrária. A Figura possibilita também a visualização dos pressupostos de algumas políticas públicas de desenvolvimento rural, nas diferentes áreas de atuação, das quais algumas delas condicionam o acesso à organização coletiva por meio de cooperativas.

Figura 5. Políticas Públicas para agricultura familiar

Pronaf	Tem por objetivo facilitar a execução das atividades agropecuárias, a aquisição de equipamentos e a elevação da renda. Os financiamentos podem ser acessados individualmente ou coletivamente, com taxas de juros abaixo da inflação.
PNFC	Financia a aquisição de imóveis rurais não passíveis de desapropriação, áreas insuficientes para a produção, investimentos em infraestrutura da unidade produtiva e de projetos comunitários. Executado principalmente nas áreas do Semiárido.
Assistência Técnica	
Ater	Presta serviços de assistência técnica com o objetivo de ampliar o conhecimento e a tecnologia dos agricultores e de elevar a produtividade e a renda. Articulado com outras políticas públicas, como o PAA, o Pnae e o PBSM.
Mercados Institucionais	
PAA	Prevê a aquisição de alimentos da agricultura familiar por órgãos públicos federais, estaduais e municipais para o atendimento de populações em situação de insegurança alimentar e nutricional. Também objetiva a inclusão social dos produtores e o fortalecimento da agricultura familiar.
Pnae	Os alimentos adquiridos são direcionados para o abastecimento da rede pública de ensino, que deve comprar pelo menos 30% de alimentos consumidos da agricultura familiar.
Infraestrutura	
Terra Legal	Engloba ações interministeriais por meio de programas como Luz para Todos, Água para Todos, Minha Casa Minha Vida, e investimentos em estradas vicinais em parceria com o poder municipal.
Proinf	Repassa recursos para projetos de implantação de agroindústrias e armazenamento de produtos. Também fomenta obras de infraestrutura, como a abertura ou a recuperação de estradas vicinais.
Trabalho e Renda	
Terra Forte	Visa apoiar o incremento de renda nos assentamentos por meio de recursos financeiros direcionados ao financiamento de projetos de cooperativas/associações, aquisição de equipamentos e suporte para a gestão das iniciativas coletivas.
Educação e Cidadania	
Pronera	Objetiva garantir a alfabetização e a educação fundamental, média, superior e profissional de jovens e adultos nos assentamentos. É realizado em parceria com movimentos sociais e sindicais de trabalhadores rurais, instituições comunitárias de ensino sem fins lucrativos e governos estaduais e municipais.
Pronatec	Oferece cursos de educação profissional para a qualificação de jovens e adultos das áreas rurais. Compõe o Programa Nacional e é executado em parceria entre o MDA e o MEC.
PNDTR	Direcionado para os trabalhadores rurais que não possuem documentos ou necessitam fazer a segunda via. O programa vai até os municípios, onde são feitos mutirões, para emitir a documentação, como Registro de Nascimento, CPF, Carteira de identidade, CTPS, DAP, ou registro no INSS.
Territórios da Cidadania	Visa a promoção do desenvolvimento econômico e a universalização de programas básicos de cidadania, integrando as ações dos governos à participação da sociedade civil por meio da identificação dos principais problemas que contribuem para a estagnação econômica e a não superação dos níveis de pobreza. É coordenado pela Casa Civil em conjunto com o MDA.

Fonte: Scopinho e Melo (2018, p. 68).

Braga (2018) afirma estar convicto de que o cooperativismo é a alternativa para a resolução dos problemas sociais. Braga (2018) baseia essa assertiva na observação de países em desenvolvimento, onde o cooperativismo foi uma alternativa encontrada para a capacitação da população a partir de suas habilidades

(BRAGA, 2018). Nesse mesmo sentido, de acordo com Scopinho e Melo (2018), entre os aspectos tidos como positivos, destaca-se o consenso entre os cooperados que suas condições de vida melhoraram após a organização do assentamento e da constituição da cooperativa. Apesar dos problemas enfrentados, ocasionados por fatores como principalmente a falta de infraestrutura básica, como habitação, alimentação, educação e saúde, por exemplo, a maioria dos cooperados acredita na ideia da cooperação e se dispõe a debater os problemas que enfrentam, mesmo que o grau da disposição seja diferente entre eles.

Segundo Fernandes e Pires, (2015), as cooperativas populares enfrentam grandes desafios, como o de serem viáveis economicamente, o que significa gerar resultado capaz de proporcionar renda digna para seus trabalhadores cumprindo a legislação vigente da atividade. Para isso, a qualidade da gestão é um aspecto crítico. Esse desafio também existe para as empresas tradicionais, mas essas se utilizam de técnicas de administração em ambiente onde que a cooperação, autogestão e solidariedade não são os princípios fundamentais das relações de trabalho. São, portanto, aplicadas em um ambiente distinto daquele de uma cooperativa autogestionária (FERNANDES; PIRES, 2015).

Scopinho e Martins (2003) expõem os aspectos considerados negativos, como a heterogeneidade de concepções e práticas organizacionais, entre as cooperativas e entre os membros de uma mesma cooperativa, oscilando entre enfatizar o desenvolvimento econômico e voltado para a obtenção de sobras ou priorizar o desenvolvimento político-social. O que indica que a natureza essencialmente social contida na proposta do SCA não está clara o suficiente para o coletivo. Há uma distância entre a cooperativa pensada e a real e isto gera conflitos intra e intergrupais que, por sua vez, podem resultar na saída de sócios.

Scopinho e Melo (2018) também apontam para a complexidade e a rigidez das estruturas organizacionais que tornam o dia a dia um tanto burocrático e moroso. De forma que as melhores ideias e iniciativas se perdem entre o debate e a implementação, indicando a necessidade de descentralização e garantia da autonomia para as equipes de trabalho. Existem dificuldades e entraves na comunicação e na condução do processo decisório, crise de representação e falhas no papel da coordenação, que oscila entre o centralismo e a ausência de direção política. O conjunto

dessas questões cria um contexto organizacional favorável para a fragmentação e a insatisfação, cujo desdobramento pode ser o abandono do projeto de organização dos assentados em Cooperativas de Projetos de Assentamento – CPAs (SCOPI-NHO; MELO, 2018).

Albuquerque, Coelho e Vasconcelos (2004), afirmam que os agentes de desenvolvimento agrário do Incra, acreditam que o trabalho deles seja fundamentalmente de fornecer assistência técnica, voltada à orientação de como plantar e criar, assim como a melhor maneira de formar as cooperativas e associações. Esses agentes consideram essa atuação, além dos objetivos estabelecidos pelo Incra, mesmo considerando a insuficiência dos recursos humanos e materiais. No entanto, Sandri (2019) tem uma posição diversa, assumindo que o papel do Incra seja o de fomentador e viabilizador da implementação de projetos por meio de seus Programas (SANDRI, 2019).

De acordo com Sopinho e Martins (2003), são três os elementos básicos em torno dos quais o desenvolvimento organizacional de uma cooperativa deve ser de fato pensado. O primeiro é de modo coletivo definir qual é o papel que a cooperativa pretende cumprir no determinado momento histórico, e por meio do qual deseja ser socialmente reconhecida. O segundo é projetar objetivos e a direção dos esforços para atingi-los. O terceiro é adoção de postura crítica em relação aos projetos e métodos de trabalho, buscando sua revisão periódica, a cada evidência de que os objetivos não estão sendo atingidos. Trata-se da definição de foco, estratégia e mecanismos de avaliação, o que requer dos cooperados uma postura propositiva diante da realidade, para reavaliar as estruturas de poder e de decisão e agregar processos participativos e descentralizados na condução dos rumos da organização. (SCOPI-NHO; MARTINS, 2003).

No que se refere à organização e gestão da produção, Scopinho e Martins (2003) defendem que a capacitação técnica é essencial para o aprendizado de métodos que envolvam um número cada vez maior de pessoas que projetem e executem tarefas, em favor do coletivo, de maneira consciente. Ela deve ser feita com base no questionamento do modelo produtivo vigente e na proposição de alternativas concretas para superá-lo, com vistas à construção de um projeto coletivo de organização e gestão cooperativa, estar centrada no desenvolvimento da capacidade

de planejar e avaliar, exercitar a autonomia e internalizar disciplina como valor e não como obrigação. (SCOPINHO; MARTINS, 2003).

Complementando Scopinho e Martins (2003), Fernandes e Pires (2015) afirmam que o cooperativismo permite a construção de novas relações de trabalho, a partir de um empreendimento econômico com autogestão. Para esses autores, esse modelo diverge dos modelos tradicionalmente capitalistas e buscam fortalecer as comunidades do campo, especialmente o público da Reforma Agrária (FERNANDES; PIRES, 2015). Por outro lado, Scopinho (2012) também aponta que, considerando a implantação de associações/cooperativas como condicionante ao acesso a linhas de crédito rurais, entre outros recursos e acesso a determinadas políticas públicas, pode ser entendida como uma forma de controle, tanto econômico quanto político, da efetiva aplicação desses recursos.

Para essa autora, a negatividade está na compulsoriedade da cooperação. O que, segundo essa autora, deixa de promover de fato a organização política dos sujeitos, recaindo na falta da participação ativa na elaboração das políticas públicas destinadas aos assentamentos, o que “apenas reproduz o modelo de sociedade clientelista e produtivista da terra” (SCOPINHO, 2015, p. 532). Firmiano (2014) argumenta que a compulsoriedade teria a função de desmobilizar os movimentos sociais de luta pela terra, e em contraponto, institui o empreendedorismo participativo entre os assentados da reforma agrária, de modo a fortalecer as ações dos órgãos responsáveis pela implantação dos assentamentos, por meio das ações locais e regionais, ou seja, por meio das associações e cooperativas.

Já para Benini e Benini (2015), as relações entre Estado e associações ou cooperativas são relações conflituosas e contraditórias, interpostas, inclusive, por relações de tensão. Para esses autores, simultaneamente à busca pelo reconhecimento jurídico e factual das associações e cooperativas por parte dos assentados, há que se considerar que o modelo institucionalizado diminui o poder político dessas organizações. Isso devido ao fato de que ao mesmo tempo em que as organizações têm a possibilidade de beneficiar-se das políticas públicas e recursos, há o risco de perda de sua autonomia, ao se subordinarem e a dependerem ainda mais do Estado. Nesse discurso, Benini e Benini (2015) corroboram Firmiano (2014), ao entenderem que, intencionalmente, apesar de tentar

o resgate das relações solidárias, essas políticas enfraquecem as relações entre os assentados e as próprias organizações, estimulando a competitividade e as disputas pelos recursos disponibilizados pelo Estado (BENINI; BENINI, 2015).

Sandri (2019), por sua vez, afirma que as políticas públicas beneficiam diversas cooperativas de assentados da reforma agrária em regiões do Estado do Paraná, por exemplo. Esse autor cita, por exemplo, os recursos descentralizados pelo Programa Terra Sol, por meio de convênios firmados com prefeituras e Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado. Esses convênios dizem respeito tanto ao apoio técnico à qualificação da gestão, elaboração e execução de projetos nas atividades de agroindustrialização, comercialização e em infraestrutura por intermédio da liberação de recursos para ampliação de agroindústria, como para compra de equipamentos e veículos de carga para o transporte da produção.

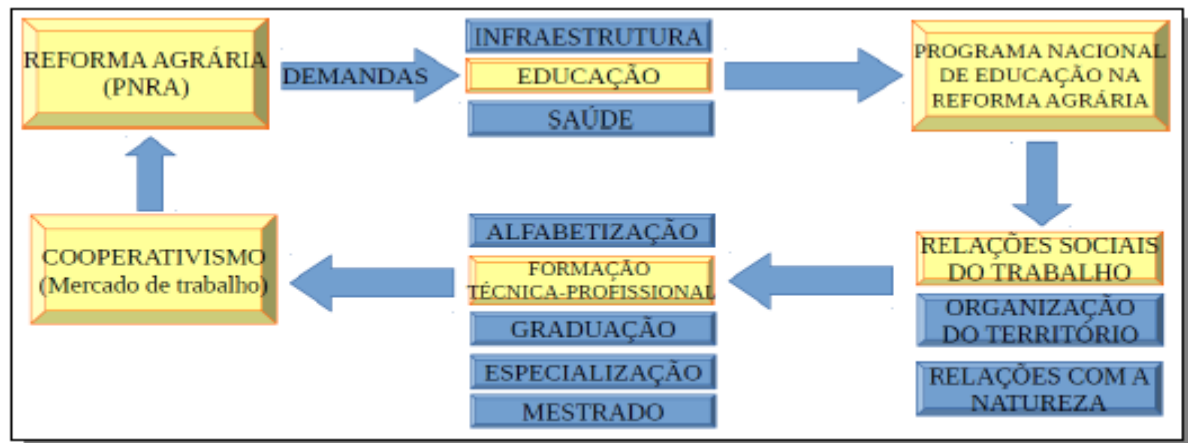
De acordo com Sandri (2019), a estratégia das cooperativas de assentados da reforma agrária não deve ocorrer por meio da disputa de mercado com as grandes empresas do complexo agroindustrial ou grandes cooperativas produtoras de alimentos, mas, sim, de forma a apresentar uma diferenciação da sua produção, pela agregação de valor dos produtos de forma diferente da tradicional, pela busca em canais alternativos; priorização dos circuitos curtos de comercialização via venda direta ao consumidor e com foco no mercado local/regional, tendo como imagem a busca pela sustentabilidade social e ambiental.

Embora alguns autores apontem pontos negativos para o cooperativismo na Reforma Agrária, e embora o acesso a algumas políticas públicas para esse público seja condicionada ao cooperativismo, a maioria das pesquisas revelam que o desenvolvimento rural da reforma agrária esteja associado ao cooperativismo.

2.4 ALINHAMENTO CONCEITUAL

No intento de responder à questão norteadora deste trabalho – *Qual o reflexo da formação técnica-profissional promovida pelo Pronera nas relações sociais do trabalho em áreas de Reforma Agrária?* –, optou-se pela retomada e alinhamentos dos conceitos tratados na Fundamentação Teórica que permeiam a questão da educação no contexto da Reforma Agrária (Figura 6).

Figura 6. Alinhamento Conceitual



Fonte: Autoria própria (2020).

Conforme se apresentam os temas, pode-se perceber que estão intrinsecamente conectados a um contexto mais amplo, o da Reforma Agrária. A partir da demanda por Reforma Agrária, foram surgindo outras, dentre elas a demanda por uma educação específica para os seus beneficiários. Tendo-se a demanda por educação no meio da Reforma Agrária, em 1998, foi instituído, então, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, o Pronera, que tem como eixo três compromissos na viabilização de relações sociais do trabalho, organização do território, e as relações com a natureza.

Para isso, inicialmente o Programa teve como objetivo a diminuição dos índices de analfabetismo entre os beneficiários da Reforma Agrária. Ao passar dos anos, as ofertas de cursos e níveis de escolarização foram ampliadas. Atualmente conta, inclusive, com a oferta de Mestrado Acadêmico e Profissional, tendo-se ampliado também as parcerias para a realização dos cursos. Além das Instituições Públicas das diferentes esferas, é possível atualmente a parceria com Organizações Cívicas de Interesse Público.

Nas entrelinhas, o Programa deveria privilegiar os cursos voltados à ciência do cultivo da terra, como os cursos de Graduação em Agronomia, e Técnico em Agroecologia, entre outros. Isso se entende por que o Pronera é uma Ação do Inbra intitulada "Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária" (Ação 210T PO 03). É a formação técnica-profissional.

Uma vez que um dos eixos do Pronera é a viabilização de novos padrões nas relações sociais do trabalho, a literatura norteadora apontou que esses novos padrões são as relações de trabalho por meio do cooperativismo. A formação técnica-profissional dos cursos de Agronomia, Agroecologia pode ser absorvida pelo cooperativismo que atua nos Projetos de Assentamento, ou seja, na Reforma Agrária.

Como a teoria aponta, a organização dos assentamentos de Reforma Agrária em Associações ou Cooperativas é um indicador de desenvolvimento daquelas áreas, e, na prática, há a necessidade de mão-de-obra qualificada e capacitada nesses locais, assim como a necessidade mercadológica de absorção dessa mão-de-obra. Deve-se considerar que essas organizações exercem importante papel na promoção do desenvolvimento local e regional por meio dos sujeitos/agentes desse próprio meio. Nesses aspectos, infere-se uma certa compulsoriedade para que os assentados se tornassem cooperados, até mesmo pelas linhas ideológicas de coletividade preceituadas pelo movimento social mais eminente na luta pela Reforma Agrária no país.

Por outro lado, o próprio Poder Público direciona muitos dos seus Programas e Políticas Públicas às organizações cooperadas, especialmente quando esses envolvem recursos públicos a serem aplicados, como é o caso de alguns créditos financeiros para beneficiários da Reforma Agrária. A teoria e o Poder Público, embora haja algumas divergências entre teóricos, convergem no entendimento de que por meio das cooperativas, o desenvolvimento local e regional se torna uma possibilidade.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Nesta seção, serão apresentados os procedimentos metodológicos e técnicas utilizadas para atingir os objetivos da pesquisa.

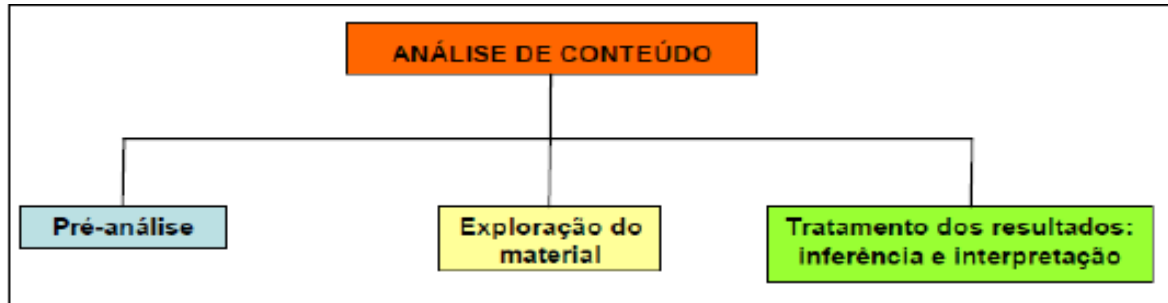
3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

A caracterização da pesquisa segue a forma clássica, conforme Silva, Menezes e Muszkat (2001). Do ponto de vista de sua natureza, trata-se de uma pesquisa aplicada que consiste em gerar conhecimentos com uma finalidade imediata, o de acompanhar os impactos de uma política pública. Já do ponto de vista de seus objetivos, é uma pesquisa descritiva, uma vez que, justamente, visa a descrever as características de determinado fenômeno. Do ponto de vista da forma de coleta e do tratamento de dados, a pesquisa pode ser classificada como predominantemente qualitativa, pois foca no caráter subjetivo do objeto analisado, examinando suas peculiaridades, por exemplo, em torno de determinado tema. Do ponto de vista de seus métodos, ela utiliza a pesquisa bibliográfica, elaborada a partir de material publicado em torno de determinado tema de interesse de pesquisa, e, ainda, a análise documental de relatórios finais dos convênios afetos ao tema, e relatórios de gestão do Incra nos períodos que estiverem disponibilizados, quando se tratou do Pronera.

3.2 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Com base no método de análise de conteúdo de Lawrence Bardin (1977), que pressupõe “tarefas” a serem cumpridas com a finalidade de “compreensão de um determinado conteúdo” (SEMAMIN; WALTER, 2017). Essas “tarefas” ou fases devem ocorrer do modo cronológico: pré-análise, exploração do material, e tratamento dos dados – inferência e interpretação (BARDIN, 1977). A análise de conteúdo de Bardin pode ser representada pela Figura 7.

Figura 7. Análise de Conteúdo



Fonte: Câmara (2013).

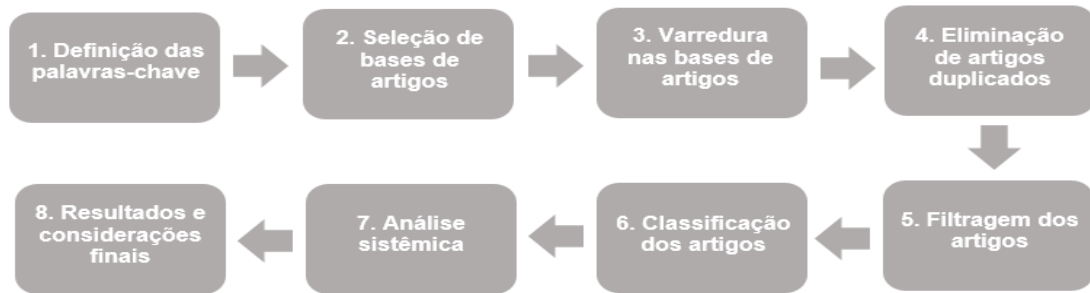
Nesta pesquisa, a fase da pré-análise, como já mencionado, partiu de um levantamento bibliométrico, que pretendeu verificar e analisar o que se tem tratado a respeito do tema em estudos científicos de relevância no período de 2001 até 2018, destacando-se que, somente em 2001, o Pronera passou a fazer parte das atribuições do Incra.

O levantamento bibliométrico, segundo Cervo e Bervian (2012), tem por objetivo explicitar todas as fontes encontradas em torno de um determinado tema. Soares (2000) afirma que o objetivo do levantamento bibliométrico é inventariar e sistematizar as produções em uma área do conhecimento. Para a autora, esse levantamento é de suma importância e necessidade, pois favorece “a organização, a integração de estudos, a emergência de novos temas, as diferentes perspectivas, as lacunas e contradições, bem como os estudos recorrentes” (SOARES, 2000).

Para essa pesquisa, as palavras-chave foram utilizadas somente no idioma português (Brasil), dada a particularidade do objeto. O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária apresenta, ainda que tenha sido utilizado o Portal de Periódicos da Capes, algumas bases de dados que são “automaticamente” excluídas dos resultados. Nesse caso, poder-se-ia ter utilizado diretamente a base de dados *Scielo*, que, por sua vez, poderia ter retornado resultados diversos dos apresentados. No entanto, as buscas foram realizadas a partir do Portal da Capes, que retornaram os resultados aqui constantes.

O levantamento bibliométrico realizado foi delineado de acordo com o apresentado na Figura 8.

Figura 8. Etapas do levantamento bibliométrico inicial



Fonte: Adaptado de Gortz (2016).

Nesse levantamento bibliométrico foram utilizadas as palavras-chave: Educação do campo; Pronera; Relações sociais do trabalho em Reforma Agrária; Associativismo; Cooperativismo. Buscou-se suas ocorrências em artigos junto ao Portal de Periódicos da Capes. As Tabelas 2 a 5 apresentam os resultados atingidos nesse levantamento bibliométrico:

Tabela 2. Resultados iniciais por palavras-chave

Palavras-chave	Resultados
Educação do Campo	706
Relações sociais do trabalho em áreas de reforma agrária	235
Associativismo	884
Cooperativismo	1817
Pronera	91

Fonte: Autoria própria (2020)

Tabela 3. Resultados das combinações

Educação do Campo + Relações sociais do trabalho em áreas de reforma agrária	2
Educação do Campo + Associativismo	4
Educação do Campo + Cooperativismo	8
Educação do Campo + Pronera	39

Fonte: Autoria própria (2020)

Tabela 4. Resultados das combinações

Relações sociais do trabalho em áreas de reforma agrária + Pronera	5
Associativismo + Pronera	1
Cooperativismo + Pronera	2

Fonte: Autoria própria (2020)

Tabela 5. Resultados da síntese de interesse da pesquisa

Palavras-chave	Resultados
Pronera + Educação do Campo + Associativismo	1
Pronera + Educação do Campo + Cooperativismo	1
Pronera + Relações sociais do trabalho em áreas de reforma agrária + Associativismo	0
Pronera + Relações sociais do trabalho em áreas de reforma agrária + Cooperativismo	0
Pronera + Associativismo + Cooperativismo	1

Fonte: A autoria própria (2020)

Na Tabela 2, observa-se que isoladamente os temas apresentam muitas publicações no período, à exceção dos termos “relações sociais do trabalho em áreas de reforma agrária”, e “Pronera”, que aparecem em menor quantidade em relação aos demais; sendo que a partir da Tabela 3, ao serem combinadas as expressões, há um declínio de publicações, que culminaram nos resultados apresentados na Tabela 5.

Os resultados da Tabela 3, na primeira combinação de palavras, trazem dois estudos. O primeiro intitulado “No tear da memória, travessias de história de luta do campo no cordel: Educar a juventude em Direitos Humanos”, de Patrícia Cristina de Aragão Araújo e Gildivan Francisco das Neves, de 2017, que traz por meio da produção de literatura de Cordel no nordeste do Brasil, a trajetória de resistência do Campo. Esse estudo não se adere ao escopo desta pesquisa. O segundo, o artigo intitulado “Questão agrária e Educação do Campo: Controvérsias e Perspectivas”, de Márcio Adriano Azevedo, Igor Rasec Batista Azevedo, ano de 2018. O trabalho faz uma revisão da literatura da história da Educação do Campo no Brasil, portanto, adere parcialmente ao escopo desta dissertação, e foi utilizado na construção do Referencial Teórico, assim como na direção de outros autores de relevância sobre o tema.

A segunda e a terceira combinação de palavras da Tabela 3 resultaram num total de 12 artigos bastante específicos quanto a estudos de caso, tanto em Estados da Federação, como em Projetos de Assentamento, assim, não aderem ao escopo desta dissertação. Nos estudos que se referiram ao associativismo e ao cooperativismo, as referências dos autores foram comparadas com os demais achados desta pesquisa, e culminaram na utilização dessas referências na construção do Referencial Teórico.

Na Tabela 4, a primeira combinação de palavras retornou em cinco trabalhos, dentre os quais apenas dois apresentaram relação parcial com esta pesquisa, sendo que um deles é o trabalho também resultante na Tabela 3. Trata-se do artigo “Questão agrária e Educação do Campo: Controvérsias e Perspectivas”, de Márcio Adriano Azevedo, Igor Rasec Batista Azevedo. A segunda combinação de palavras da Tabela 4 resultou em um trabalho. A partir da leitura do resumo do trabalho foi possível identificar que não se adere à pesquisa, pois versa a respeito da Educação do Campo, considerando a população indígena, que apesar de originariamente do campo, não compõe o universo desta pesquisa.

O artigo, intitulado “Integrando a extensão universitária ao ensino e à pesquisa em administração: Sistematização de experiência junto a indígenas à luz dos objetivos do desenvolvimento sustentável”, dos autores Dinara Leslye Macedo e Silva Calazans, Washington José Souza, Nila Freire Pequeno, Fabio Resende Araújo, Valdi Lima Júnior, publicado em agosto de 2019. Nesse artigo, os autores relatam a experiência realizada na Comunidade Indígena do Amarelão, no Rio Grande do Norte, quanto às práticas produtivas e comerciais de circuitos curtos, voltadas ao desenvolvimento sustentável. A terceira combinação da Tabela 4 apresentou dois resultados, que foram os mesmos resultantes na primeira combinação de palavras da Tabela 3.

Apesar da combinação dos termos “Proneira”, “Educação do Campo”, e “Associativismo”, na Tabela 3, terem retornado um resultado, a partir da leitura do resumo do trabalho foi possível identificar que não se adere à pesquisa, pois se trata do mesmo resultado intitulado “Integrando a extensão universitária ao ensino e à pesquisa em administração: Sistematização de experiência junto a indígenas à luz dos objetivos do desenvolvimento sustentável”. A segunda combinação de palavras, constante na Tabela 3, retornou também em apenas um resultado. O artigo de autoria de Thainara Granero de Melo e Rosemeire Aparecida Scopinho, publicado em agosto de 2017, intitulado “Políticas públicas para os assentamentos rurais e cooperativismo: entre o idealizado e as práticas possíveis”. A partir da leitura do resumo do trabalho, foi possível identificar a aderência parcial ao universo desta dissertação, associando o desenvolvimento rural dos assentamentos ao cooperativismo. Com a leitura integral do artigo, verificou-se que o termo “Proneira”

ocorre apenas uma vez, quando as autoras sintetizam as políticas públicas para a agricultura familiar por áreas. O Pronera é citado na área de Educação e Cidadania. Esse trabalho, por sua aderência parcial, no que se refere ao cooperativismo em assentamentos rurais, foi utilizado na construção do referencial teórico desta pesquisa. O trabalho possibilitou, ainda, por meio de suas próprias referências, a busca e inclusão de outros autores dessa temática.

A terceira combinação de palavras da Tabela 5 que retornou entre seus resultados o artigo intitulado “A relação dos movimentos socioterritoriais camponeses com a Universidade por meio do Pronera: diálogos e tensionamentos”, de Rodrigo Simão Camacho, publicado em maio de 2016. Esse trabalho trata da gênese dos movimentos sociais do campo, particularmente do MST, e sua relação com o ensino superior pelo Pronera, especificamente quanto ao curso “Especial de graduação em Geografia para assentados” pela Universidade Estadual de São Paulo, Presidente Prudente. O artigo traz a trajetória do Movimento, a fase de ocupação de áreas, acampamento até o assentamento. Cita o associativismo e cooperativismo como modo de organização, produção e relação entre os acampados e assentados da reforma agrária.

No entanto, não há um aprofundamento sobre essa questão, mas possibilitou o entendimento de que as relações de trabalho dessa população ocorrem, predominantemente, por meio do associativismo, mais especificamente o cooperativismo. A partir das fontes referenciadas pelo autor, foi possível verificar outros autores que defendem essa ideia, os quais foram utilizados no Referencial Teórico deste trabalho.

Ao comparar os artigos achados na Tabela 4 com os achados da Tabela 5, foi possível perceber que se tratavam dos mesmos trabalhos, dessa forma, a combinação que melhor representa o universo desta dissertação é “Pronera” + “Cooperativismo”. O levantamento bibliométrico possibilitou o entendimento da originalidade do tema central desta dissertação, uma vez que com a associação dos termos não ocorrem resultados que aderem integralmente ao universo do trabalho.

Com a finalidade de ampliar o nível da pesquisa, procedeu-se a busca no Banco de Teses e Dissertações da Capes, tendo o olhar para as teses de doutorado. Os resultados são apresentados nas Tabelas 6, 7 e 8.

Tabela 6. Resultados iniciais por palavras-chave

Palavras-chave	Resultados
Educação do Campo	279
Relações sociais do trabalho em áreas de reforma agrária	2569
Associativismo	284
Cooperativismo	203
Pronera	30

Fonte: A autoria própria (2020)

Tabela 7. Resultados das combinações

Educação do Campo + Relações sociais do trabalho em áreas de reforma agrária	0
Educação do Campo + Associativismo	0
Educação do Campo + Cooperativismo	0
Educação do Campo + Pronera	35

Fonte: A autoria própria (2020)

Tabela 8. Resultados das combinações

Relações sociais do trabalho em áreas de reforma agrária + Pronera	0
Associativismo + Pronera	24
Cooperativismo + Pronera	0

Fonte: A autoria própria (2020)

Tabela 9. Resultados da síntese de interesse da pesquisa

Palavras-chave	Resultados
Pronera + Educação do Campo + Associativismo	40
Pronera + Educação do Campo + Cooperativismo	0
Pronera + Relações sociais do trabalho em áreas de reforma agrária + Associativismo	0
Pronera + Relações sociais do trabalho em áreas de reforma agrária + Cooperativismo	0
Pronera + Associativismo + Cooperativismo	63

Fonte: A autoria própria (2020)

Na Tabela 6, à semelhança do que ocorreu com a pesquisa de artigos, o número de ocorrências dos termos isolados nas teses é bastante expressivo. Porém, ao se utilizar as combinações dos termos, refinando a busca ao universo desta dissertação, há considerável queda nas abordagens acadêmicas, como se observa nas Tabelas 7 e 8.

Na Tabela 8, a partir das combinações entre os termos, foram achados números mais expressivos de estudos. No entanto, a partir da leitura dos resumos,

identificou-se baixa aderência ao universo desta dissertação, que, conforme se concluiu anteriormente, é o Pronera e o Cooperativismo.

Já a segunda fase do método de análise de conteúdo de Bardin (1977), que é a exploração do material, deu-se a partir da leitura dos títulos dos trabalhos resultantes do levantamento bibliométrico e seus resumos. Quando houve aderência, ainda que parcial, os trabalhos foram lidos na íntegra e utilizados na construção do Referencial Teórico desta dissertação. Os trabalhos que demonstraram aderência ao escopo desta pesquisa, mesmo que de forma parcial, puderam também direcionar a outros autores de relevância, que também foram utilizados no Referencial Teórico.

A partir da leitura dos resumos, constatou-se que não foram encontradas abordagens que mencionassem o foco desta pesquisa nos trabalhos pesquisados, que está no reflexo da formação técnica-profissional promovida pelo Programa nas relações sociais do trabalho em áreas de Reforma Agrária, mais especificamente o cooperativismo. Nessa segunda fase, ainda quanto à exploração do material, além do arcabouço teórico, foram selecionados os Relatórios de Gestão do Inca do período de 1998 a 2018, assim como os processos que trataram da execução das parcerias para realização dos cursos Técnico e Superior em Agroecologia, e Gestão de Cooperativas. Os Relatórios de Gestão são disponibilizados publicamente no sítio eletrônico do Inca. Os Processos, em sua maioria, se encontram no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), também no modo público. Alguns processos, por serem de cursos mais antigos, encerrados anteriormente à implantação do SEI, foram consultados fisicamente mediante autorização do Superintendente Regional do Inca no Paraná.

Continuando nesse estágio da pesquisa, com base no material e nos dados disponíveis e selecionados, foram elencadas as categorias de modo correspondente aos objetivos específicos deste trabalho voltados à verificação do reflexo do Pronera no cooperativismo em áreas de reforma agrária do Estado do Paraná:

- Categoria 1: Ocorrência do cooperativismo no Pronera no Paraná;
- Categoria 2: Panorama do Pronera no Paraná no período de 1998 a 2018;

- Categoria 3: Ocorrência do cooperativismo nas disciplinas dos cursos de formação técnica-profissional;
- Categoria 4: Atuação dos egressos da formação técnica-profissional no cooperativismo.

Bardin (1977) estabelece ainda a distinção entre as técnicas de análise de conteúdo: qualitativa e quantitativa. Para Bardin (1977), na abordagem quantitativa, o foco da informação é a ocorrência de determinadas características do conteúdo. Já na abordagem qualitativa, é a ocorrência ou não de tal característica num determinado tema de pesquisa. Nas pesquisas qualitativas, o foco é “a presença ou a ausência de características de dado fragmento”. E nos estudos quantitativos, “o referencial é a frequência (dados estatísticos, por exemplo) com que apareciam determinadas características do conteúdo” (BARDIN, 1977). O critério de objetividade é flexibilizado, ou seja, são admitidas as combinações entre as abordagens.

Neste trabalho, as categorias elencadas, assim como seu caráter qualitativo ou quantitativo, e sua distribuição nesta pesquisa se encontram conforme delineado no Quadro 6.

Quadro 6. Distribuição e caracterização das categorias da pesquisa

Categorias	Distribuição na pesquisa	Caráter
1	Referencial Teórico	Qualitativo
2		Qualitativo/Quantitativo
3	Análise dos dados	Qualitativo/Quantitativo
4		Qualitativo/Quantitativo
5		Quantitativo

Fonte: Autoria própria (2020).

A terceira etapa da análise de conteúdo de Laurence Bardin (1977) corresponde ao tratamento dos dados, e envolve a interpretação e inferência. Essa fase permeia a tabulação dos dados dos convênios, ou similares, do Pronera no Paraná, desde a proposta, quantas vagas disponibilizadas e quantos concluíram. São tabulados os recursos disponibilizados pelo Incra para a realização dos cursos/convênio.

Foram coletadas informações junto às cooperativas de assentamentos rurais do Estado do Paraná, por meio de um questionário semi-estruturado, dirigido às lideranças dessas cooperativas, e à Central de Cooperativas de Assentamentos do Paraná (CCA). As informações coletadas foram de caráter objetivo, quanto ao número de trabalhadores da cooperativa egressos dos cursos do Pronera do Paraná. Inicialmente, houve a tentativa de coletar as informações por meio de mensagens eletrônicas, e não havendo retorno, fez-se o contato direto com as lideranças por telefone, sendo que a maioria das informações foram fornecidas pela CCA. As informações coletadas, as interpretações e inferências fazem parte da subseção 5 desta dissertação, de Análise dos Resultados.

Para os índices apresentados nesta pesquisa, no que se refere às categorias elencadas, considera-se que os três compromissos assumidos pelo Pronera como 100%, sendo que um desses compromissos integra o objeto desta pesquisa, portanto 33,33%. Dessa forma, nesta pesquisa, consideram-se os índices na seguinte escala: Bom – acima de 30%; Médio – 20% a 30%; Baixo – menor que 20%.

4 APRESENTAÇÃO DO CASO DE ESTUDO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta seção serão apresentados os principais resultados com as respectivas análises feitas à luz da Fundamentação Teórica desta pesquisa.

4.1 COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA NO ESTADO DO PARANÁ

Segundo dados do Anuário do Cooperativismo (2018), o número de cooperados representa, atualmente, 6,3% dos brasileiros. Se somadas as famílias dos cooperados, estima-se que o movimento cooperativista agregue em torno de 25%.

A partir do Termo de Parceria celebrado entre o Incra/PR e a Fundação Terra, que vigorou de 2013 a 2016, constatou-se que 14 cooperativas integram a Rede de Cooperativas da Reforma Agrária do Paraná. Dados obtidos nos Portais de Transparência Federal e do Estado do Paraná demonstram que as cooperativas dos assentados movimentaram mais de R\$ 59 milhões nos diversos programas e ações, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), entre os anos de 2008 e 2017.

O estado do Paraná possui, atualmente, 18.774 famílias assentadas, distribuídas em 329 projetos de assentamentos, os quais ocupam um território de 429.771 hectares, em 111 municípios paranaenses (INCRA, 2018). Parte dessas famílias estão ligadas à cooperativas que, organizadas em uma rede específica, comercializam parte da produção agropecuária nos mercados institucionais, especialmente o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Fruto da organização dos próprios assentados ao longo dos anos, o Paraná conta com essa Rede de Cooperativas da Reforma Agrária, a qual agrega atualmente 14 cooperativas, que se articulam em torno da Cooperativa Central de Reforma Agrária do Paraná (CCA/PR), a qual foi fundada em 1991, com a finalidade de coordenar o desenvolvimento socioeconômico das famílias assentadas. A Rede de Cooperativas da Reforma Agrária do Paraná tem como objetivo potencializar as experiências individuais das cooperativas existentes, por meio da articulação e interação entre elas, com vistas a possibilitar o desenvolvimento equitativo, bem

como o avanço da participação dos assentados em diversos elos da cadeia produtiva no sentido da agroindustrialização e comercialização, tendo como horizonte o desenvolvimento socioeconômico dos assentamentos da reforma agrária como um todo (SICONV, 2018).

As cooperativas de assentamentos rurais do estado do Paraná são apresentadas no Quadro 7.

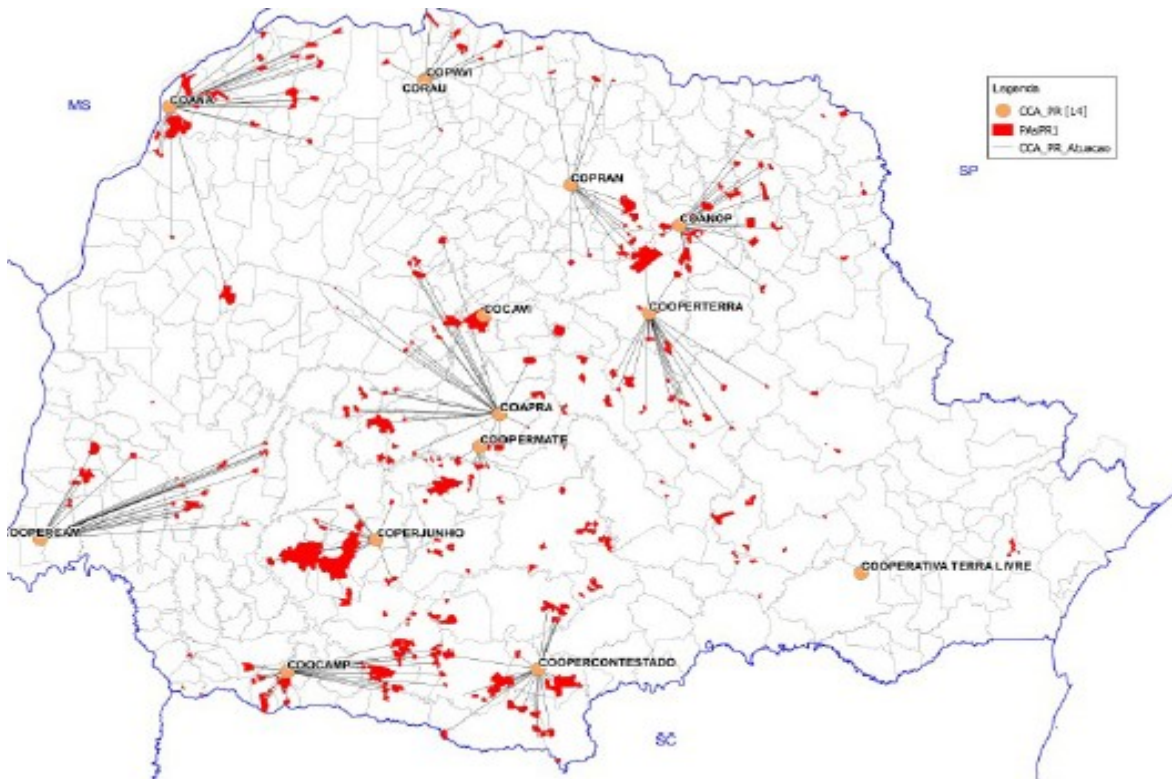
Quadro 7. Cooperativas de Assentamentos no Paraná

Cooperativa	Razão Social	Município	Início das atividades	Principais produtos comercializados
COPRAN	Coop. de Comercialização e Reforma Agrária União Camponesa	Arapongas	21/08/1997	Leite e produtos lácteos
COOPER-CONTESTADO	Coop. de Comercialização de Produtos da Reforma Agrária do Contestado	Bituruna	03/09/2008	Hortifrúti processados
COCAVI	Coop. de Comercialização Camponesa Vale do Ivaí Ltda	Jardim Alegre	07/04/10	Leite
TERRA LIVRE	Coop. de Agroindústria e Comércio Terra Livre	Lapa	13/05/10	Hortifrúti processados
COPERJUNHO	Coop. Agroindustrial 8 de Junho	Laranjeiras do Sul	13/03/08	Panificados, hortifrúti e leite
COOPERTERRA	Coop. Agropecuária Familiar Construindo Caminho Para um Desenvolvimento Regional Sustentável	Ortigueira	24/09/08	Hortifrúti e grãos
COPAVI	Coop. de Produção Agropecuária Vitória Ltda.	Paranacity	09/11/93	Açúcar mascavo, melado e cachaça, produtos lácteos, panificados
CORAU	Coop. Mista de Agroindustrialização Comercialização e Reforma Agrária União Ltda.	Paranacity	09/11/07	Agroindústria da cana (plano futuro)
COAPRA	Coop. de Produção e Comercialização da Reforma Agrária	Pitanga	08/04/98	Leite
COANA	Coop. de Comercialização e Reforma Agrária Avante Ltda.	Querência do Norte	11/03/96	Arroz beneficiado, leite e produtos lácteos
COPERMATE	Coop. de Reforma Agrária e Erva Mate	Santa Maria do Oeste	14/11/07	Chimarrão, chá-mate tostado, erva-mate cancheada e subprodutos (palito e pó de erva-mate)
COANOP	Coop. de Comercialização e Reforma Agrária Norte Pioneiro	São Jerônimo da Serra	29/05/03	Café beneficiado
COPERCAM	Coop. de Industrialização e Comercialização Camponesa	São Miguel do Iguaçu	13/01/10	Leite, hortifrúti e panificados

Fonte: Inkra (2018).

Para melhor visualização, no Mapa 1, destaca-se a distribuição dessas cooperativas no estado do Paraná.

Mapa 1. Cooperativas de Assentados do Paraná



Fonte: Autoria própria (2020), elaborado a partir do software Qgys (2020)

Os pontos destacados em vermelho referem-se aos Projetos de Assentamento (PAs) atendidos pelas Cooperativas. Para melhor visualização dos campos de atuação de cada Cooperativa, nas Tabelas 10 a 23 é apresentado o detalhamento dos PAs que constituem a rede de Cooperativas de Reforma Agrária do Estado do Paraná.

Tabela 10. Cooperativa União Camponesa (Copran)

Projeto de Assentamento	Município	Nº de Famílias
PA Ely Vive II	Londrina	115
PA Ely Vive I	Londrina	426
PA Novo Mundo	Maua da Serra	60
PA Dorcelina Folador	Arapongas	94
PA Pari Paro	Londrina/Tamarana	23
PA Florestan Fernandes	Florestopolis	29
PA Iraci Salete	Alvorada do Sul/Bela Vista do Paraiso	60
PA Barra Bonita	Primeiro de Maio	13
PA Tres Barras	Faxinal	36
PA Cruz de Malta	Tamarana	14
PA Mundo Novo	Tamarana	27
PA Mandaçaia	Tamarana	25
PA do Tesouro	Tamarana	24
PA Serraria	Tamarana	20
PA Cacique	Tamarana	12
PA Po de Serra	Londrina	14
PA Uniao Camponesa	Tamarana	27
PA Agua da Prata	Tamarana	93
Famílias assentadas		1112

Fonte: Incra (2020).

A Cooperativa União Camponesa (Copran) tem sua sede no município de Arapongas, onde se localiza o Projeto de Assentamento Dorcelina Folador. Iniciou suas atividades em agosto de 1997, inicialmente no município de Tamarana, onde se concentravam mais de mil famílias assentadas. À época, comercializava insumos aos cooperados, fazia ainda a locação de maquinários agrícolas aos assentados. Em 2003, teve suas atividades interrompidas devido a erros estratégicos e falta de estrutura (CCA, 2020). Em 2005, a Copran se reestrutura, tendo como base três eixos: 1) orientações formativas do MST; 2) modelos de sindicatos; 3) cooperativas e apoio de advogados. Nessa época, a sede da cooperativa foi transferida para o PA Dorcelina Folador.

Atualmente, a Copran comercializa a produção dos assentados, em vez de vender a eles. Os produtos da Copran são leite e produtos lácteos, como queijos e iogurtes. Trabalha-se ainda com a locação do maquinário agrícola aos cooperados. Tem parceria com a Cooperativa Avante (Coana), localizada em Querência do Norte, e de um raio de 50 km de abrangência inicial, passou a ter abrangência estadual,

ampliando também a diversidade de produtos comercializados, trabalhando com a marca “Campo Vivo” (CCA, 2020).

Os dados levantados, apresentados na Tabela 10, demonstram que atualmente a Copran atende 18 Projetos de Assentamento da região, compreendendo mais de mil famílias assentadas.

A Coopercontestado foi fundada em 3 de setembro de 2008, com sua sede no município de Bituruna, atende 21 PAs da região, com mais de mil famílias, conforme dados do Incra (2020) apresentados na Tabela 11. Atua na comercialização de hortifrúti processados.

Tabela 11. Cooperativa Contestado (Coopercontestado)

Projeto de Assentamento	Município	Nº de Famílias
PA Vinte e Sete de Outubro	Coronel Domingos Soares e Bituruna	166
PA Santa Barbara	Bituruna	47
PA Estrela do Meio	Coronel Domingos Soares	20
PA Criciuminha	Bituruna	25
PA Colina Verde	General Carneiro/Palmas	60
PA Recanto Bonito	Palmas	70
PA Sao Lourenco	Palmas	59
PA Paraiso do Sul	Palmas	58
PA Margem do Iratim	Palmas	58
PA Rondon III	Bituruna	80
PA Doze de Abril	Bituruna	209
PA Etiene	Bituruna	24
PA Sonho de Rose	Bituruna	31
PA Terra Boa	Coronel Domingos Soares	20
PA Cruzeiro do Sul	Palmas	30
PA Bom Retiro/Butia	Coronel Domingos Soares	72
PA Faxinal dos Ribeiros-Quinhao 1C-A	Pinhao	25
PA Faxinal dos Ribeiros-Quinhao 1C-B	Pinhao	25
PA Faxinal dos Ribeiros-Quinhao 1A	Pinhao	46
PA Faxinal dos Silverios	Pinhao	45
PA Faxinal dos Ribeiros-Quinhao 1G	Pinhao	82
Famílias Assentadas		1252

Fonte: Incra (2020).

A Cooperativa Vale do Ivaí, iniciou suas atividades em 7 de abril de 2010, atende apenas o PA Oito de Abril, com 555 famílias assentadas, conforme expresso na Tabela 12. Sua sede está localizada no município de Jardim Alegre, e atua na comercialização de aproximadamente 300 mil litros de leite por ano (INCRA, 2020).

Tabela 12. Cooperativa Camponesa Vale do Ivaí (Cocavi)

Projeto de Assentamento	Município	Nº de Famílias
PA Oito de Abril	Jardim Alegre	555
Famílias Assentadas		555

Fonte: Incra (2020).

Atendendo apenas a um Projeto de Assentamento, conforme apresentado na Tabela 13, a Cooperativa Terra Livre teve suas atividades iniciadas em 13 de maio de 2010. É uma das que se destaca por sua produção orgânica certificada, atualmente o termo utilizado é produção agroecológica, disseminada a partir da Escola Latino-Americana de Agroecologia, localizada no Assentamento Contestado, no município da Lapa. A escola atua em parceria com o ITFPR desde 2006. Além das famílias assentadas, a Cooperativa atende a outros camponeses oriundos do município de São Mateus do Sul e Antonio Olinto. Ao todo, atualmente, são 266 cooperados. A comercialização principal da Cooperativa é de hortaliças, mas atua também na produção de panifícios, e laticínios, como iogurte e queijos.

Tabela 13. Cooperativa Terra Livre

Projeto de Assentamento	Município	Nº de Famílias
PA Contestado	Lapa	131
Famílias assentadas		131

Fonte: Incra (2020)

Em 2007, constituiu-se a Cooperativa Agroindustrial 8 de Junho (Coperjunho), a partir da organização de mulheres em torno de equipamentos de panificação e beneficiamento de alimentos. Essas mulheres, inicialmente organizadas em um “Grupo de Mães” apoiado pelas organizações da Pastoral da Terra, na finalidade de atender às necessidades básicas de subsistência das famílias, desde o período de acampamento na região da então Fazenda Rio do Leão, até se efetivar como Cooperativa de fato em 13 de março de 2008.

Atualmente, a produção é comercializada em uma feira semanal na cidade de Laranjeiras do Sul, a 7 km da sede do Assentamento, onde fica a Cooperativa; opera

também no fornecimento de alimentos à cantina do campus da Universidade da Fronteira Sul, também localizada no Assentamento 8 de Junho. Abrange o atendimento de 16 Projetos de Assentamento, com aproximadamente 3400 famílias, conforme apresentado na Tabela 14.

Tabela 14. Cooperativa Agroindustrial 8 de Junho (Cooperjunho)

Projeto de Assentamento	Município	Nº de Famílias
PA Celso Furtado	Quedas do Iguacu	1095
PA Primeira Conquista da Bracatinga	Espigao Alto do Iguacu	23
PA Ireno Alves dos Santos	Rio Bonito do Iguacu	937
PA Rio Perdido	Quedas do Iguacu	58
PA Leonir Orbach	Quedas do Iguacu	100
PA Terceira Conquista da Uniao II	Nova Laranjeiras	164
PA Terceira Conquista da Uniao I	Nova Laranjeiras	164
PA Oito de Junho	Laranjeiras do Sul	74
PC Ilheus	Candoi	79
PA Bugre Morto	Laranjeiras do Sul	5
PA Dez de Maio	Rio Bonito do Iguacu	69
PA Marcos Freire	Rio Bonito do Iguacu	578
PA Passo Liso	Laranjeiras do Sul	36
PA Nucleo Agrícola Vitoria	Espigao Alto do Iguacu	50
PA Terra Livre	Nova Laranjeiras	30
PA Recanto Estrela-19 de Outubro	Nova Laranjeiras	26
Famílias assentadas		3488

Fonte: Incra (2020).

A Cooperativa Familiar Construindo Caminho para um Desenvolvimento Rural Sustentável (Cooperterra) foi fundada em 24 de setembro de 2008. Tem sua produção voltada ao mercado de orgânicos, ou produção agroecológica. Com sua sede no município de Ortigueira, atende 24 Projetos de Assentamento, conforme detalhados na Tabela 15, o que compreende a abrangência de aproximadamente 900 famílias assentadas na região.

Tabela 15. Cooperativa Caminho para Desenvolvimento Regional Sustentável (Cooperterra)

Projeto de Assentamento	Município	Nº de Famílias
PA Fazenda Estrela	Ortigueira	23
PA Santana do Ipiranga	Ipiranga	22
PA Fazenda Retiro	Tibagi	8
PA Rancho Alegre	Tibagi	15
PA Dona Tonia	Tibagi	33
PA Boa Vista	Tibagi	18
PA Sinha Ana	Reserva	33
PA Menino Jesus	Tibagi	31
PA Rincao	Tibagi	30
PA Renascenca	Reserva	10
PA Santa Helena	Reserva	23
PA Criciuma	Reserva	54
PA Recanto da Amizade	Reserva	28
PA Caicara	Reserva	19
PA Fio de Ouro	Reserva/Candido de Abreu	11
PA Iraci Salete Strozake II	Ortigueira	35
PA Imbauzinho	Ortigueira	27
PA Guanabara	Imbau	35
PA Volta Grande-Estrela	Ortigueira	3
PA Padre Josino	Ortigueira	10
PA Indio Galdino	Ortigueira	35
PA Libertacao Camponesa	Ortigueira	380
PA Vasto Horizonte	Tibagi	26
PA Nossa Senhora Aparecida II-Area 1	Tibagi	
PA Nossa Senhora Aparecida II-Area 2	Tibagi	
Famílias assentadas		909

Fonte: Incra (2020).

Das primeiras cooperativas de Reforma Agrária do Estado, a Copavi, teve suas atividades iniciadas em 9 de novembro de 1993, atende apenas o PA Santa Maria, no município de Paranacity. A partir dos dados do Incra (2020), apresentados na Tabela 16, o Assentamento possui apenas 20 famílias beneficiárias. A produção gira em torno de beneficiados da cana-de-açúcar, como melado, açúcar mascavo, cachaça, e ainda laticínios e panificação.

Tabela 16. Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória (Copavi)

Projeto de Assentamento	Município	Nº de Famílias
PA Santa Maria	Paranacity	20
Famílias assentadas		20

Fonte: Incra (2020).

À semelhança da Copavi, a Cooperativa de Reforma Agrária União (Corau), está situada no município de Paranacity, e atua na produção dos derivados da cana-de-açúcar. Porém, além do Projeto de Assentamento Santa Maria, a Corau atende a outros 10 Projetos de Assentamento, conforme detalhado na Tabela 17, com aproximadamente 360 famílias. Iniciou os trabalhos em 9 de novembro de 2007. No entanto, segundo dados obtidos a partir da Cooperativa Central dos Assentados (CCA), a Corau está com as atividades suspensas.

Tabela 17. Cooperativa de Reforma Agrária União (Corau)

Projeto de Assentamento	Município	Nº de
PA Santa Ruthe	Presidente Castelo Branco	9
PA Taperiva	Sao Joao do Caiua	34
PA Santa Maria	Paranacity	20
PA Mae de Deus	Jardim Olinda	53
PA Salete Strozake	Itaguajé	60
PA Agustinho Ederli	Itaguaje	56
PA Mascote	Itaguaje	20
PA Uniao Santa Adelia	Itaguaje	13
PA Norte Sul	Santo Inacio	15
PA Novo Horizonte	Santo Inacio/Cafeara	51
PA Maria Lara	Centenario do Sul	36
Famílias assentadas		367

Fonte: Incra (2020).

A Cooperativa de Comercialização de Reforma Agrária (Coapra), situada no município de Pitanga, apesar de abranger 29 Projetos de Assentamento, conforme se depreende da Tabela 18, está com suas atividades suspensas.

Tabela 18. Cooperativa de Comercialização de Reforma Agrária União (Coapra)

Projeto de Assentamento	Município	Nº de Famílias
PA Muquillao	Barbosa Ferraz	
PA Vale da Serra	Pitanga	80
PA Nova Itauna	Manoel Ribas	120
PA Santa Rita	Peabiru	92
PA Sitio Sao Joao	Farol	7
PA Farol	Farol	8
PA Muquillao	Iretama	126
PA Roncador	Quinta do Sol	65
PA Marajó	Quinta do Sol/Peabiru	58
PA Monte Alto	Peabiru	17
PA Aguas de Jurema	Iretama	40
PA Nata	Iretama	24
PA Santo Rei	Nova Cantu	70
PA Luz	Luiziana	24
PA Rio Azul	Roncador	33
PA Gleba 3-Cancan	Colônia Cantu	18
PA Rio Laranjeiras	Luiziana	17
PA Fazenda Jerusalem	Nova Cantu	28
PA Jose Arnaldo dos Santos	Nova Cantu	58
PA Bela Manha	Palmital	160
PA Agua Quente	Palmital	14
PA Conquista Camponesa	Laranjal	23
PA Fazenda Chapadao	Laranjal	210
PA Sao Jose	Palmital	13
PA Sao Joao	Palmital	10
PA Acopan	Boaventura de Sao Roque	8
PA Recanto Feliz	Santa Maria do Oeste	16
PA Estrela do Oeste	Santa Maria do Oeste	130
PA Araguaí	Santa Maria do Oeste	217
Famílias assentadas		1686

Fonte: Incra (2020).

A Coana, fundada em 11 de março de 1996, organiza os pequenos agricultores assentados da Reforma Agrária da Região de Querência do Norte, para a comercialização especialmente de arroz irrigado (beneficiado), além de laticínios. Compreende uma das maiores redes de Projetos de Assentamento do Estado, atendendo a 33 deles, numa abrangência de aproximadamente 2 mil famílias assentadas, conforme detalhado na Tabela 19.

Tabela 19. Cooperativa de Comercialização de Reforma Agrária Avante (Coana)

Projeto de Assentamento	Município	Nº de Famílias
PA Antonio Tavares Pereira	Querencia do Norte	73
PA Setimo Garibaldi	Terra Rica	63
PA Teixeira	Santa Cruz do Monte Castelo	41
PA Companheira Roseli Nunes	Amapora	60
PA Milton Santos	Planaltina do Parana	163
PA Sumatra	Amapora/Planaltina do Paraná	29
PA Antonio Conselheiro	Amapora	36
PA Monte Azul	Mirador	29
PA Nossa Senhora Aparecida	Mariluz	329
PA Estrela de Davi	Xambre	20
PA Zarantonello	Icaraima	17
PA Ribeirinho	Icaraima	21
PA Zumbi dos Palmares	Querencia do Norte	22
PA Che Guevara	Querencia do Norte	70
PA Sebastiao da Maia	Querencia do Norte	76
PA Pontal do Tigre	Querencia do Norte	359
PA Ildo Luiz Peruzo	Santa Monica	37
PA Luiz Carlos Prestes	Querencia do Norte	46
PA Margarida Alves	Querencia do Norte	20
PA Parana	Santa Cruz do Monte Castelo	28
PA Oziel Alves Pereira	Santa Cruz do Monte Castelo	13
PA Dezesete de Abril	Santa Cruz do Monte Castelo	74
PA Chico Mendes	Querencia do Norte	81
PA Fazenda Santana	Querencia do Norte	21
PA Irma Dorothy	Querencia do Norte	75
PA Santo Angelo	Marilena	37
PA Sebastiao Camargo Filho	Marilena	45
PA Quatro Irmaos	Marilena	29
PA Brizanta	Nova Londrina	29
PA Nossa Senhora da Penha	Terra Rica	35
PA Sao Paulo	Terra Rica	17
PA Vida Nova	Terra Rica	28
PA Santo Antonio das Aguas do Corvo I	Terra Rica	52
Famílias assentadas		2075

Fonte: Incra (2020)

A CooCamp, com sua sede no município de Renascença, é outra das com maior abrangência de PAs no estado, num total de 40, e aproximadamente 3.900 famílias, iniciou suas atividades em 2 de agosto de 2011, quando a prioridade do grupo fundador era a de garantir a subsistência dos assentados e acampados já com vislumbre de uma produção com princípios agroecológicos. Segundo dados da CCA, em 2012, a abrangência era de aproximadamente 250 famílias (CCA, 2020). Atualmente, conforme detalhado na Tabela 20, a Cooperativa atende a quase 4 mil famílias.

Tabela 20. Cooperativa de Camponesa de Agroindustrialização e Comercialização (Cocamp)

Projeto de Assentamento	Município	Nº de Famílias
PA Tupy	Honorio Serpa	24
PA Retiro I	Coronel Domingos Soares	18
PC Passo Fundo	Coronel Domingos Soares	41
PA Vitoria	Mangueirinha	42
PA Tres Capoes	Mangueirinha	33
PA Sao Joao Maria	Mangueirinha	23
PA Anjo da Guarda I	Mangueirinha	42
PA Esperanca Viva	Mangueirinha	18
PA Fazenda Machado	Mangueirinha	12
PA Vitoria da Uniao do Parana I_B	Honorio Serpa_Mangueirinha	373
PA Vitoria da Uniao do Parana I_A	Honorio Serpa_Mangueirinha	373
PA Vitoria da Uniao do Parana-Area II	Honorio Serpa_Mangueirinha	373
PA Chopim II	Honorio Serpa	70
PA Serrano-Area 2	Clevelandia	127
PA Serrano-Area 1	Clevelandia	
PA Chopim I	Honorio Serpa	74
PA Chopim	Honorio Serpa	53
PA Chopim III	Honorio Serpa	19
PA Santa Catarina	Honorio Serpa	24
PA Nova Terra	Honorio Serpa	72
PA Fazenda Lagoa	Honorio Serpa	32
PA Chopim IV	Honorio Serpa	24
PC Butia	Clevelandia	82
PA Jacutinga	Honorio Serpa	9
PA Jacireta_Area 3	Renascenca	73
PA Jacireta_Area 2	Renascenca	73
PA Eduardo Raduam-Area 1	Marmeleiro	436
PA Eduardo Raduam-Area 2	Marmeleiro	436
PA Eduardo Raduam-Area 3	Marmeleiro	436
PA Anjo da Guarda	Marmeleiro	19
PA Sao Jorge	Marmeleiro	17
PA Fazenda Perseveranca	Marmeleiro	34
PA Missoes I	Francisco Beltrao	117
PA Missoes II	Francisco Beltrao	117
PA Jacireta_Area 1	Renascenca	73
PA Karl Marx I	Renascenca e Marmeleiro	19
PA Karl Marx II	Renascenca e Marmeleiro	19
PA Joao de Paula	Renascenca	96
PA Santa Tereza	Renascenca	20
PA Quebra-Braco	Renascenca	22
Famílias assentadas		3965

Fonte: Incra (2020).

A Copermate, sediada no município de Santa Maria do Oeste, fundada em novembro de 2007, atua no ramo da erva mate. Destaca-se dentre as demais cooperativas de assentados da reforma agrária pelo fato de exportar seus produtos

desde 2014 para os Estados Unidos, onde a matéria-prima é utilizada na fabricação de energéticos, entre outros produtos. Os chás produzidos já foram exportados para a Alemanha, França e Itália. A Cooperativa já participou de várias feiras internacionais voltadas à agroindústria e à produção agroecológica, tendo inclusive participado da Rio +20, na Feira da Sociobiodiversidade (CCA, 2020). A Copermate abrange 7 Projetos de Assentamento, conforme se depreende da Tabela 21, com aproximadamente 260 famílias. Além da erva-mate para chimarrão, bastante comum entre os costumes da região sul do Brasil, comercializa o chá-mate tostado, e como subproduto, palitos de madeira.

Um dos diferenciais da Copermate, dentre as demais agroindústrias de erva-mate é que sua produção é baseada nos princípios agroecológicos e de sustentabilidade e responsabilidade ambiental, tendo seu processo de certificação já consolidado. Outro diferencial é a absorção de parte da produção do aldeamento indígena da região, das etnias Guarani e Kaingang. Além de proporcionar o escoamento e comercialização da produção, a Cooperativa desenvolve ações sociais na região, como construção de móveis, quadras esportivas para escolas, compra de equipamentos para hospitais, entre outras (CCA, 2020).

Tabela 21. Cooperativa de Reforma Agrária e Erva Mate (Copermate)

Projeto de Assentamento	Município	Nº de Famílias
PA Recanto Feliz	Santa Maria do Oeste	16
PA Estrela do Oeste	Santa Maria do Oeste	130
PA Nova Esperanca do Piquiri	Goioxim	10
PA Faxinal das Araras	Campina do Simao	20
PA Serro Verde	Campina do Simao	14
PA Ararai	Campina do Simao	19
PA Jabuticabal	Goioxim	57
Famílias assentadas		266

Fonte: Incra (2020).

A Cooperativa de Reforma Agrária Norte Pioneiro, foi fundada em 29 de maio de 2003. Atua na produção de café. Sediada em São Jerônimo da Serra, abrange 26 Projetos de Assentamento, com aproximadamente 1.300 famílias assentada, conforme Tabela 22, a partir de dados extraídos do Incra (2020). Segundo informações do Incra (2020), a Coanop é uma das agroindústrias mais

modernas no beneficiamento do café na região (Incra, 2020). Dez anos depois do início das atividades, a Coanop contava com 280 sacas de café por turno. Apresenta mais de noventa variedades do grão. Atualmente, de acordo com informações da Cooperativa, a produção triplicou, pois teve-se acesso a mais investimentos para a expansão e implantação de processos de moagem, e empacotamento do produto.

Tabela 22. Cooperativa de Comercialização e Reforma Agrária Norte Pioneiro (Coanop)

Projeto de Assentamento	Município	Nº de Famílias
PA Carlos Marighella	Congonhinhas	67
PA Nango Vive	Jundiá do Sul e Ribeirão do Pinhal	68
PA Bela Vista	Ventania	35
PA Marimondo	Japira/Ibaiti	72
PA Vale Verde	Ibaiti	76
PA Modelo	Ibaiti	102
PA Matida	Jundiá do Sul	82
PA Ely Moutinho	Jundiá do Sul	25
PA São Francisco	Ribeirão do Pinhal	48
PA Ho Chi Minh	Congonhinhas	11
PA Rosa Luxemburgo	Congonhinhas	53
PA Robson de Souza	Congonhinhas	39
PA Carlos Lamarca	Congonhinhas	138
PA Paulo Freire	São Jerônimo da Serra	72
PA Palmares	São Jerônimo da Serra	17
PA Dom Elder Camara	São Jerônimo da Serra	132
PA Cretan	São Jerônimo da Serra	18
PA Sol Nascente	São Jerônimo da Serra	12
PA Jucape	São Jerônimo da Serra	8
PA Amelia	São Jerônimo da Serra	35
PA Arixiguana	São Jerônimo da Serra	53
PA Roseli Nunes	São Jerônimo da Serra	18
PA São Luiz II	Sapopema	137
PA Boa Esperança	Sapopema	14
PA Bom Sucesso	Sapopema	28
PA Bandeirantes	Bandeirantes	22
Famílias assentadas		1382

Fonte: Incra (2020).

A Cooperativa de Agroindustrialização e Comercialização Camponesa (Copercam) está sediada no município de São Miguel do Iguaçu, e abrange 22 Projetos de Assentamento, com aproximadamente 1200 famílias, conforme apresentado na Tabela 23. Foi fundada em 13 de janeiro de 2010, e comercializa a produção de leite e laticínios, hortifrúti e panificação.

Tabela 23. Cooperativa de Industrialização e Comercialização Camponesa (Copercam)

Projeto de Assentamento	Município	Nº de Famílias
PA Santa Terezinha	Cascavel	60
PA Procopiack	Tres Barras do Parana	22
PA Valmir Mota de Oliveira	Cascavel	84
PA Campo Bonito	Campo Bonito-Gleba 4	65
PA Campo Bonito	Campo Bonito-Gleba 5	65
PA Campo Bonito	Campo Bonito-Gleba 3	65
PA Campo Bonito	Campo Bonito-Gleba 6	65
PA Jangadinha	Cascavel	31
PA Capao Verde	Lindoeste	12
PA Fazenda Cielito	Lindoeste	17
PA Fazenda Vitoria	Lindoeste	152
PA Cerro Azul	Lindoeste	19
PA Verdum	Lindoeste	16
PA Sepe Tiaraju	Santa Tereza do Oeste	20
PA Olga Benario	Santa Tereza do Oeste	10
PA Nova Uniao	Sao Pedro do Iguacu	42
PA Ander Rodolfo Henrique	Diamante do Oeste/Vera Cruz do Oeste	108
PA Dezesseis de Maio	Ramilandia	220
PA Santa Izabel	Ramilandia	31
PA Savio Dois Vizinhos-Area 1	Medianeira/Sao Miguel do Iguacu	41
PA Savio Dois Vizinhos-Area 2	Medianeira/Sao Miguel do Iguacu	41
PA Antonio Companheiro Tavares	Sao Miguel do Iguacu	80
Famílias assentadas		1266

Fonte: Incra (2020)

Detalhadas as cooperativas dos Projetos de Assentamento, na Tabela 24, é observada a relação entre o número de famílias assentadas e o número de cooperados, conforme as informações das próprias cooperativas.

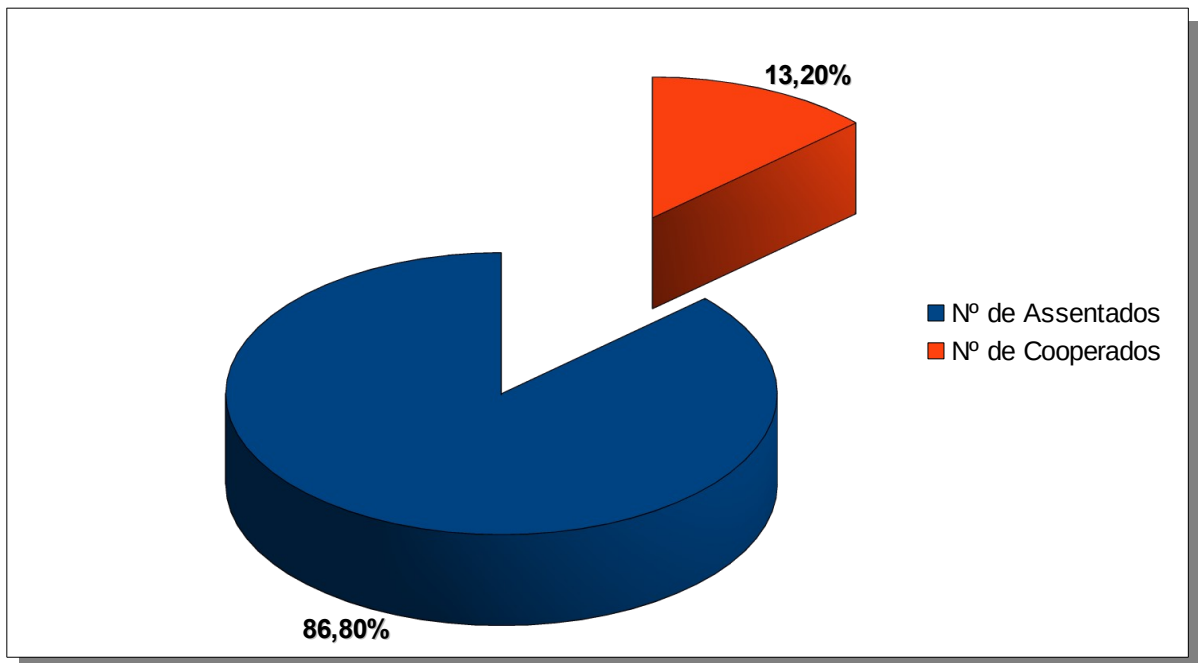
Tabela 24. Relação entre Famílias Assentadas e Nº de Cooperados

Cooperativa	Nº de Assentados	Nº de Cooperados
Copran	1112	1100
Coopercontestado	1252	130
Cocavi	555	259
Terra Livre	131	44
Coperjunho	3488	
Cooperterra	909	
Copavi	20	38
Corau	367	
Coapra	1686	198
Coana	2075	
Cococamp	3965	206
Copermate	266	235
Coanop	1382	520
Copercam	1266	80
Total	18474	2810

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Conforme detalhado na Tabela 24, ainda que as cooperativas possam abranger aproximadamente 18.400 famílias, o número de cooperados é de baixa expressividade, representando aproximadamente 13% do número de assentados. O Gráfico 1, a seguir demonstra esse percentual.

Gráfico 1. Relação nº de assentados e nº de cooperados



Fonte: Autoria própria (2020).

A subseção seguinte traz os cursos do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, destacando o curso de Gestão de Cooperativas, ocorrido entre os anos de 2009 e 2011.

4.2 CURSOS DO PRONERA – INCRA/PR

Nos levantamentos realizados no Sistema Eletrônico de Informações, da Superintendência Regional do Incra no Paraná foi possível identificar que as ações do Pronera se iniciaram no ano de 1999, na promoção de cursos de alfabetização e séries iniciais do ensino fundamental para jovens e adultos beneficiários do PNRA.

De 1999 a 2010 essas ações atenderam aproximadamente 1.772 alunos, por meio de parcerias com as universidades estaduais e federais, à época a Fundação da Universidade Federal do Paraná para o Desenvolvimento da Tecnologia e da

Cultura (Funpar), entre outros, sendo o ano de 2010 o ano de conclusão dos cursos (INCRA, 2019). Ressalte-se ainda que, somente no ano de 2010, o Programa passou a integrar a Política Nacional de Educação do Campo, por meio do Decreto nº 7352.

No Paraná, a partir de 2003, os beneficiários passaram a demandar cursos de nível médio/técnico e nível superior, resultando em novas parcerias com as Instituições Federais e Estaduais para a realização dos cursos. Entre os anos de 2003 e 2008, os cursos formaram cerca de 300 técnicos em agropecuária e agroecologia. Em 2018, aos 20 anos do Programa, foram aproximadamente 892 beneficiários que se formaram por meio do Pronera no Paraná.

Na Tabela 25, estão detalhados os cursos realizados pelo Pronera do Paraná no período de 1999 a 2018, as parcerias, a vigência, os recursos, a meta e o número de formandos, considerando 2018 o ano que finalizaram as vigências de alguns cursos.

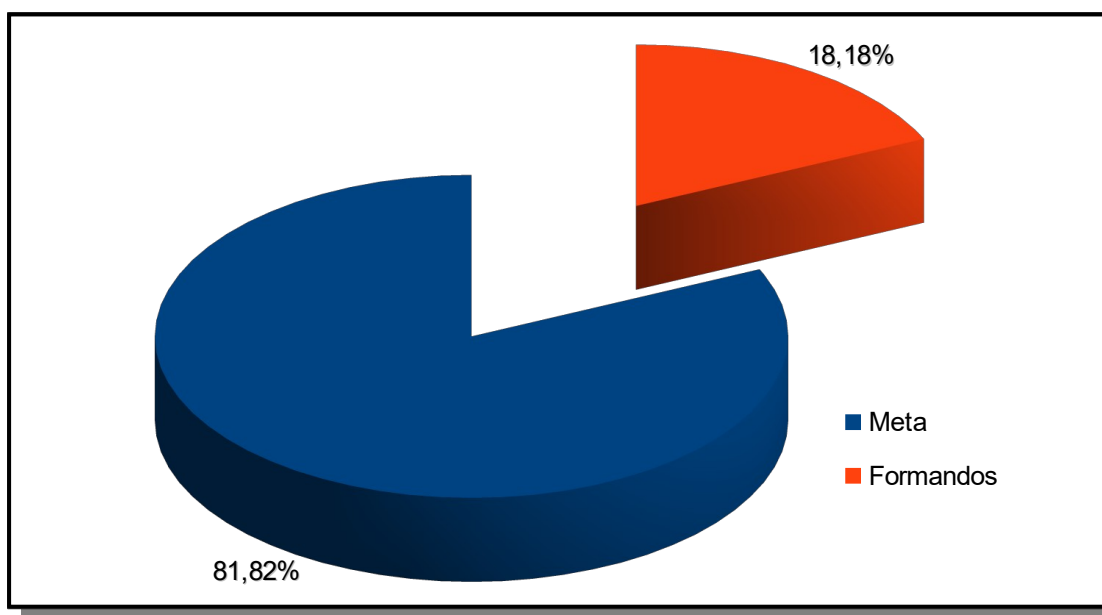
Tabela 25. Pronera no Paraná 1999 a 2018

Conveniente	Título / Objeto	Vigência		Desembolso	Alunos	
					Meta	Formados
	UEL Alfabetização de Jovens e Adultos	10/01/03	01/06/03	R\$ 1.000.000,00	1000	98
	FUNPAR Técnico de Agropecuária com Ênfase em Agroecologia	12/12/03	10/03/06	R\$ 458.330,00	100	32
DEP/UNIOESTE	Pedagogia para Educadores do Campo / Turma Antônio Gramsci	01/08/04	31/07/07	R\$ 653.148,00	50	36
FUNPAR	Especialização em Agricultura Familiar e Camponesa e Educação do Campo	16/12/05	11/09/07	R\$ 487.569,59	100	67
	FUNPAR Técnico em Agropecuária com Ênfase em Agroecologia	31/12/04	30/04/07	R\$ 597.158,00	110	18
	FUNPAR Técnico em Agropecuária com Ênfase em Agroecologia Integrado	31/12/04	26/07/08	R\$ 287.432,00	50	28
	FUNPAR Técnico em Agropecuária com Ênfase em Agroecologia	18/12/05	06/08/08	R\$ 328.765,80	50	12
	FUNPAR Especialização em Educação do Campo	29/12/05	23/01/09	R\$ 503.300,00	60	32
	FUNPAR Técnico em Agroecologia Integrado ao Ensino Médio	28/12/05	28/12/09	R\$ 437.143,50	100	21
Esc. Téc. UFPR	Superior de Tecnologia em Agroecologia	30/12/08	29/12/09	R\$ 386.723,00	86	45
	IFPR Superior Tecnólogo em Agroecologia	29/12/09	00/08/10	R\$ 88.370,00	29	14
Esc. Téc. UFPR	Técnico em Agroecologia Integrado Ensino Médio Modalidade PROEJA	30/12/08	29/12/09	R\$ 400.000,00	50	31
	IFPR Técnico em Agroecologia Integrado PROEJA	29/12/09	00/10/10	R\$ 119.520,00	30	12
Esc. Téc. UFPR	Técnico em Agroecologia Integrado Ensino Médio	30/12/08	30/12/11	R\$ 719.688,00	60	54
	IFPR Técnico em Agroecologia Integrado Ensino Médio Território Cantuquiriguaçu	29/12/09	01/06/12	R\$ 497.904,00	110	16
Esc. Téc. UFPR	Técnico em Agroecologia Integrado Ensino Médio	30/12/08	29/12/10	R\$ 479.912,00	60	28
	IFPR Técnico em Agroecologia	29/12/09	00/09/11	R\$ 398.220,00	50	39
	IFPR Técnico em Agroecologia Integrado Ensino Médio	29/12/09	01/06/12	R\$ 497.904,00	110	16
UNIOESTE	Superior de Pedagogia para Educadores do Campo	08/01/09	21/04/13	R\$ 184.689,00	50	35
	IFPR Superior Tecnólogo em Agroecologia	29/12/09	00/02/13	R\$ 575.800,00	40	23
	IFPR Técnico em Agroecologia Integrado Ensino Médio	29/12/09	00/08/13	R\$ 559.999,20	40	19
	IFPR Superior Tecnólogo em Gestão de Cooperativas	23/12/09	31/12/11	R\$ 358.860,00	40	20
UNIOESTE	Educação de Jovens e Adultos – EJA II	15/12/12	04/03/16	R\$ 672.000,00	160	38
UNIOESTE	Especialização em Educação do Campo	02/12/13	06/06/16	R\$ 404.200,00	40	31
UNIOESTE	Educação de Jovens e Adultos – EJA I	31/12/13	03/11/16	R\$ 1.000.000,00	1200	210
	Residência Jovem capacitação profissional e extensão	12/14	12/16	R\$ 22.432.000,00	50	34
UEM	Pedagogia para Educadores do Campo	10/12/12	12/12/17	R\$ 194.774,80	50	27
UNIOESTE	Pedagogia para Educadores do Campo	31/12/12	10/02/18	R\$ 203.600,00	50	21
	IFPR Técnico em Agroecologia	11/14	04/18	R\$ 189.317,25	100	20
	IFPR Superior de Tecnologia em Agroecologia	30/12/15	12/18	R\$ 215.480,00	40	40
				R\$ 35.331.808,14	4065	1117

Fonte: Inkra (2018).

Como anteriormente mencionado, os objetos desta pesquisa são os cursos técnicos, superior, e especialização em agroecologia/agropecuária, que profissionalmente têm a possibilidade de atuar junto às cooperativas de assentamentos. Os demais cursos, que tratam de educadores do campo, assim como ensino fundamental, não foram objeto desta pesquisa pela absorção do trabalho ocorrer, em maioria, por outras formas que não cooperadas.

Analisando-se as colunas que tratam das metas e formandos, é possível constatar que aproximadamente 18% concluiu os cursos. Para melhor visualização, esses dados podem ser observados no Gráfico 2.

Gráfico 2. Relação Meta e Formandos

Fonte: Autoria própria (2020).

Sendo aplicada a média do custo por aluno, a partir da meta, o valor é de aproximadamente R\$ 7.750,00, que dividido pela média de duração dos cursos, três anos, é de aproximadamente R\$ 2.583,00 aluno/ano. Por outro lado, se aplicado o custo em relação ao número de formandos, esse custo é de aproximadamente R\$ 34.074,00 por aluno. Na média anual é de aproximadamente R\$ 11.358,00 aluno/ano.

A Norma de Execução nº 563/2015 estabelece o valor aluno/ano, sendo para o nível médio/técnico e superior, na Região Sul do País o de R\$ 5.500,00 a R\$ 6.200,00. Entre os anos de 1998 a 2010, o Manual estabelecia o valor de R\$ 3.000,00 aluno/ano, para nível médio/técnico e superior, sendo que a partir de 2012, com a edição da Portaria nº 101/2012, o valor foi reajustado para R\$ 5.000,00, para a Região Sul.

Com relação aos cursos voltados à formação técnica-profissional com possibilidade de atuação em cooperativas de reforma agrária, no período de 1998 a 2018, o Incra do Paraná realizou um total de 20 cursos. Sendo que destes, 14 são cursos técnicos em agropecuária e agroecologia; quatro são cursos superiores em agroecologia; um curso superior em gestão de cooperativas; e um curso de especialização em agroecologia e educação do campo. Esses cursos se encontram

destacados na Tabela 25, em tons gradativos de amarelo, realizados no período de 2003 a 2018, correspondendo à delimitação deste estudo.

Neste trabalho, da relação da formação técnica profissional por meio do Pronera com o cooperativismo em áreas de Reforma Agrária, observou-se que o Incra do Paraná realizou uma parceria para execução do curso Tecnólogo de Gestão de Cooperativas, no ano de 2009, destacado na Tabela 25. O curso apresentou o cumprimento de 50% da meta. Na subseção seguinte, destaca-se a realização desse curso.

4.3 O CURSO DE GESTÃO DE COOPERATIVAS

O curso em questão foi realizado em parceria com o Instituto Federal do Paraná – IFPR, entre os anos de 2009 a dezembro de 2011. Teve origem a partir de um protocolo de cooperação do Instituto com o MST e Via Campesina, em 2003, protocolo esse com o objetivo de dar mais autonomia ao agricultor, incentivando a troca de sementes, pesquisa camponesa, desenvolvimento e utilização de tecnologias locais. Em 2008, o Instituto obteve do Ministério da Educação e Cultura a autorização para realizar o Curso Superior em Tecnologia em Gestão de Cooperativas (IFPR, 2009).

Considerando-se a importância estratégica das cooperativas vinculadas a produtores agrícolas, especialmente na Região Sul do País, evidenciou-se a necessidade de formação na área de gestão de cooperativas. O curso teve 2.000 horas como carga horária, distribuídas em: Gestão Empresarial (680 horas); Sócio-cooperativa (400 horas); Questão Agrária e Desenvolvimento Sustentável (280 horas); e Prática Cooperativa (640 horas). A grade curricular possibilita inferir que o conteúdo trabalhado nas disciplinas vai ao encontro do que a literatura apresenta quanto ao cooperativismo estar associado à oportunidade de desenvolvimento das áreas de Reforma Agrária. Autores esses, como Fernandes (2008) e Fabrini (2019), os quais apontam, além dos princípios do cooperativismo enquanto característica da população da Reforma Agrária, como uma forma de se organizar e comercializar a produção, conforme defendem Scopinho e Martins (2015).

O regime de funcionamento do curso foi o regime de alternância, compreendendo o tempo escola e tempo comunidade. O tempo escola refere-se ao

tempo que os alunos têm a presença direta nas atividades acadêmicas; e o tempo comunidade, quando estão, justamente, em suas comunidades de origem, desenvolvendo as atividades propostas no tempo escola, além de suas atividades do cotidiano.

Em geral, o regime de alternância é o dos cursos do Pronera, considerando-se as peculiaridades da população do campo, especialmente respeitando os tempos de plantio e colheita para que sejam coincidentes ao tempo comunidade. Os objetivos almejados do curso eram: ampliar o conhecimento nas áreas de gestão de cooperativas, associações de produção, pequenas empresas sociais; melhorar o processo de produção nos assentamentos de Reforma Agrária; elevar o nível de escolarização da população do campo no estado do Paraná.

Um dos critérios de seleção dos estudantes para ingresso no curso foi o de que já tivessem relação com alguma cooperativa, atribuindo a esse critério a possibilidade de menor índice de evasão, pois os educandos estariam mais motivados (IFPR, 2009). Outro critério de seleção dos alunos foi o de realizar um diagnóstico da situação socioeconômica da cooperativa na qual o educando estava inserido. À época, o Programa era regido pelo Manual de Operações do Pronera de 2004, e pelas recomendações oriundas do Acórdão nº 2353/2008, o qual determinava que o Incra inibisse, por meio de normas, instruções, cláusulas, ou afins, a participação dos movimentos sociais por Reforma Agrária no “planejamento, execução, acompanhamento, avaliação ou de outra fase do curso promovido” (TCU, 2008). Até então o Programa não integrava, oficialmente, a política nacional de educação do campo, que somente foi instituída em 2010, com a publicação do Decreto nº 7352.

O recurso descentralizado, à época, para a execução do objeto foi de R\$ 358.860,00, destinados a custear os deslocamentos, hospedagem, alimentação de docentes e discentes, assim como material didático e encargos sociais. À época, não havia previsão legal do pagamento de bolsas aos estudantes, o que somente veio a ocorrer em 2012, com a regulamentação da Lei nº 1265/2012 por meio da Instrução Normativa nº 75 (INCRA, 2019). O pagamento de bolsas aos estudantes era autorizado por meio de Portaria, até 2007, embora no Processo em tela tenha

tido declarado que os recursos disponibilizados não compreenderiam pagamento de bolsas aos estudantes (INCRA, 2012).

Para o cálculo do custo aluno/ano neste Processo, foi considerada a Instrução Normativa nº 73/2008, resultado de um grupo de trabalho destinado a revisar os custos aluno/ano para o Programa, que segundo a Coordenação Pedagógica Nacional, estavam bastante defasados (INCRA, 2009). O Termo de Cooperação foi publicado em 29 de dezembro de 2009, e teve sua primeira parcela de descentralização emitida em 30 de dezembro de 2009. Em maio/2010, o IFPR apresentou novo Plano de Trabalho, com alterações na vigência para junho/2010 a dezembro/2011; número de alunos para 21; e diminuição do repasse para R\$ 123.920,00.

Em junho de 2010, o IFPR apresentou o terceiro plano de trabalho, no qual se alterou a vigência para julho/2010 a dezembro/2011, e o valor do repasse para R\$ 172.260,00. O Processo tramitou pelas instâncias necessárias, tanto na Superintendência Regional, Procuradoria da Regional, como no Incra Sede e Procuradoria, retornando à Regional do Paraná em dezembro de 2010, sem que houvesse repassada a parcela referente ao início do curso, e publicação do Termo Aditivo. A Procuradoria do Incra Sede questionava acerca da execução parcial relatada pela IFPR, em dezembro de 2009, a qual teria sido custeada por “terceiros”, pois o Instituto devolveu os valores repassados ao Incra, afirmando a intempestividade para realização da etapa do tempo escola anteriormente previsto.

Em agosto de 2011, o IFPR afirma que o curso está em andamento, e que os 21 educandos se encontram devidamente matriculados, e apresenta novo plano de trabalho, uma vez que o anterior não fora publicado em virtude dos questionamentos apontados pela Procuradoria. O novo plano de trabalho retorna com a data da vigência inicialmente proposta de dezembro de 2009 a dezembro de 2011, e o valor total do repasse de R\$ 108.725,00. Em setembro de 2011, é aplicado aos alunos um questionário de avaliação do curso, retornado à Sede com a manifestação da área técnica da Superintendência do Paraná. O segundo termo aditivo foi publicado em 7 de novembro de 2011, e o destaque orçamentário ocorreu em 8 de dezembro de 2011. Em novembro de 2011, houve a desistência de mais um aluno, e ao fim da

vigência, por solicitações da Regional do Paraná, o IFPR envia os Históricos Escolares dos 20 alunos que concluíram o curso.

Não há relatório final da execução do objeto, nem da realização das demais etapas. Há um relatório de acompanhamento da última etapa, no qual consta a apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso de três educandos. Houve questionamentos inclusive quanto ao reconhecimento desse curso, pois havia somente a autorização por meio da Resolução nº 21/2009, de 14 de dezembro de 2009. Em 9 de abril de 2014, é apontada, por meio do relatório extraído do sistema e-mec, a extinção do curso Superior em Gestão de Cooperativas. A Procuradoria da Regional aponta a necessidade de tais esclarecimentos por parte do IFPR, mas desde 24 de setembro de 2014 o processo foi sobrestado, tendo seu trâmite físico encerrado em 28 de fevereiro de 2018 com a implantação do SEI, no qual o Processo se encontra em modo público.

O curso de Gestão de Cooperativas está destacado nesta subseção por se tratar de uma especificidade deste trabalho, e, principalmente, por se tratar de um dos eixos que o Pronera objetiva viabilizar. Infere-se que a realização desse curso é um dos reflexos do Pronera no Cooperativismo, pois um dos requisitos para o ingresso nesse curso foi que o candidato estivesse atuando no cooperativismo de RA no Paraná. Outro fator, como reflexo do Cooperativismo, é que os educandos desenvolvessem projetos voltados ao desenvolvimento na cooperativa onde atuavam, de modo a construir o Trabalho de Conclusão do Curso. No entanto, no Paraná, no período de 1998 a 2018, constatou-se apenas uma ocorrência desse curso. Sendo que após a finalização da parceria, a instituição proponente extinguiu o curso. Tampouco houve outras ocorrências em parceria com outras instituições de ensino para realização de curso voltado ao cooperativismo.

4.4 COOPERATIVISMO NA GRADE CURRICULAR DO PRONERA DO PARANÁ

Elencado como uma das categorias de análise, esta subseção traz a grade curricular dos cursos Técnico em Agroecologia/Agropecuária, Graduação em Agroecologia, e Especialização em Agroecologia, com o enfoque na verificação da presença e frequência do cooperativismo nesses cursos.

Para tanto, extraiu-se da Tabela 25 os cursos objeto desta análise, apresentados na Tabela 26.

Tabela 26. Formação técnica-profissional objeto da análise

Conveniente	Título / Objeto	Vigência		Alunos	
Funpar	Técnico de Agropecuária com Ênfase em Agroecologia	12/12/03	10/03/06	100	32
Funpar	Técnico em Agropecuária com Ênfase em Agroecologia	31/12/04	30/04/07	110	18
Funpar	Técnico em Agropecuária com Ênfase em Agroecologia Integrado	31/12/04	26/07/08	50	28
Funpar	Técnico em Agropecuária com Ênfase em Agroecologia	18/12/05	06/08/08	50	12
Funpar	Técnico em Agroecologia	28/12/05	28/12/09	100	21
Esc. Téc. UFPR	Técnico em Agroecologia	30/12/08	29/12/09	50	31
Esc. Téc. UFPR	Técnico em Agroecologia	30/12/08	30/12/11	60	54
Esc. Téc. UFPR	Técnico em Agroecologia	30/12/08	29/12/10	60	28
IFPR	Técnico em Agroecologia	29/12/09	00/10/10	30	12
IFPR	Técnico em Agroecologia	29/12/09	01/06/12	110	16
IFPR	Técnico em Agroecologia	29/12/09	00/09/11	50	39
IFPR	Técnico em Agroecologia	29/12/09	00/08/13	40	19
IFPR	Técnico em Agroecologia	11/14	04/18	100	20
Esc. Téc. UFPR	Superior em Agroecologia	30/12/08	29/12/09	86	45
IFPR	Superior em Agroecologia	29/12/09	00/08/10	29	14
IFPR	Superior em Agroecologia	29/12/09	00/02/13	40	23
IFPR	Superior em Agroecologia	30/12/15	12/18	40	40
IFPR	Superior Gestão de Cooperativas	23/12/09	31/12/11	40	20
Funpar	Especialização em Agricultura Familiar e Educação do Campo	16/12/05	11/09/07	100	67
				1245	539

Fonte: Incra (2018).

A Tabela 26 está classificada conforme as parcerias (conveniente), e conforme os níveis de escolarização, gradativamente.

Nas subseções seguintes são apresentadas as grades curriculares conforme a parceria e o curso.

4.4.1 Técnico em Agropecuária com ênfase em Agroecologia oferecido pela Funpar

A grade curricular dos cursos Técnico em Agropecuária com ênfase em Agroecologia, oferecido pela Fundação da Universidade Federal do Paraná para o Desenvolvimento da Ciência, da Tecnologia e da Cultura – Funpar está distribuída por áreas de ensino ou do conhecimento, e se apresenta conforme a Tabela 27.

Tabela 27. Grade curricular – Agropecuária/Agroecologia (Funpar, 2003-2008)

Área de Ensino	Unidade Didática	Carga horária por módulo (h)					Total (h)
		I	II	III	IV	V	
Produção Vegetal	Introdução à Agroecologia e Agricultura Geral	36	36	24	24	24	144
	Culturas Regionais	30	24	20	24	30	128
	Uso e Manejo do Solo	36	24	20	0	0	80
	Olericultura	18	18	18	10	0	64
	Floricultura	0	18	18	16	12	64
	Irrigação e Drenagem	0	0	12	18	18	48
	Mecânica e Mecanização Agrícola	0	0	18	18	28	64
	Construções e Instalações Rurais	6	20	18	18	18	80
	Desenho e Topografia	18	26	18	18	0	80
	Reflorestamento e Produção de Mudanças	18	18	12	0	0	48
	Subtotal	162	184	178	146	130	800
Desenvolvimento Rural Sustentável	Recursos Naturais e Conservação da Biodiversidade	12	10	10	0	0	32
	Agrossilvicultura	18	10	10	10	0	48
	Gestão Ambiental	0	0	0	0	16	16
	Sociologia e Filosofia da Ciência	28	12	12	12	0	64
	Desenvolvimento Humano	10	6	0	0	0	16
	Associativismo e Cooperativismo ^e	18	12	10	12	12	64
	Administração e Economia Rural	0	12	18	18	32	80
	Introdução à Metodologia Científica	20	6	6	0	0	32
	Aproveitamento de Subprodutos e seu Processamento	0	0	12	12	24	48
		Subtotal	106	68	78	64	84
Produção Animal	Zootecnia Geral	28	18	18	0	0	64
	Nutrição Animal	24	24	0	0	16	64
	Bovinocultura de Leite e Corte	0	18	18	20	24	80
	Suínocultura e Avicultura	0	14	18	30	18	80
	Produção Animal Alternativa	0	0	0	34	30	64
		Subtotal	52	74	54	84	88
Produção Animal	Tempo Escola	320	326	310	294	302	1552
	Tempo Comunidade	64	64	64	64	64	320
	Total	384	390	374	358	366	1872

Fonte: Incra (2003, 2008).

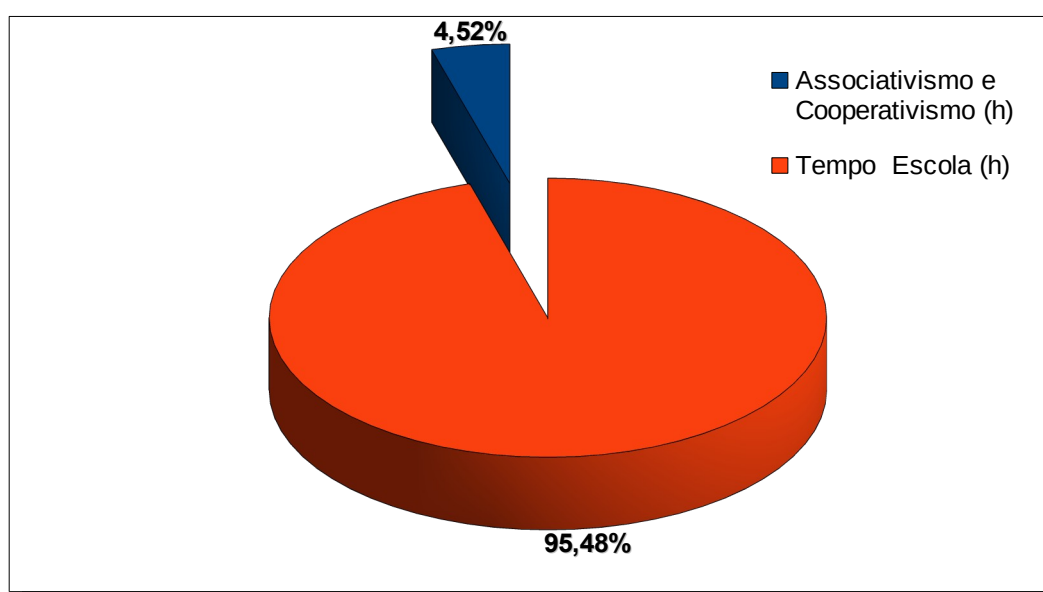
O Incra/PR realizou quatro parcerias com a Funpar entre os anos de 2003 a 2008, com a finalidade de ofertar o curso Técnico em Agropecuária com ênfase em Agroecologia. A Tabela 27 apresenta a grade curricular desse curso, que não foi alterada no período das parcerias, ou seja, durante as quatro parcerias da Funpar com o Incra. Para a realização do curso Técnico em Agropecuária com ênfase em Agroecologia, as disciplinas ministradas foram as mesmas, assim como a distribuição da carga horária.

Destaca-se na Tabela 27 a presença do Associativismo e Cooperativismo em uma mesma disciplina, frequente em todos os cinco módulos do curso, que

corresponderam ao Tempo Escola. O eixo, ou área de ensino na qual se encontra a disciplina, é o Desenvolvimento Rural Sustentável, que vai ao encontro do que preconizam autores como Fernandes (2008), Scopinho e Melo (2018), Sandri (2019). Para esses autores, o desenvolvimento das áreas de reforma agrária é viabilizado também por meio das organizações cooperativas.

Nos Gráficos 3 e 4 são observados, respectivamente, os percentuais da carga horária da disciplina Associativismo e Cooperativismo em relação à carga horária do tempo escola, e em relação à carga horária total do curso.

Gráfico 3. Carga horária Associativismo e Cooperativismo, e Tempo Escola

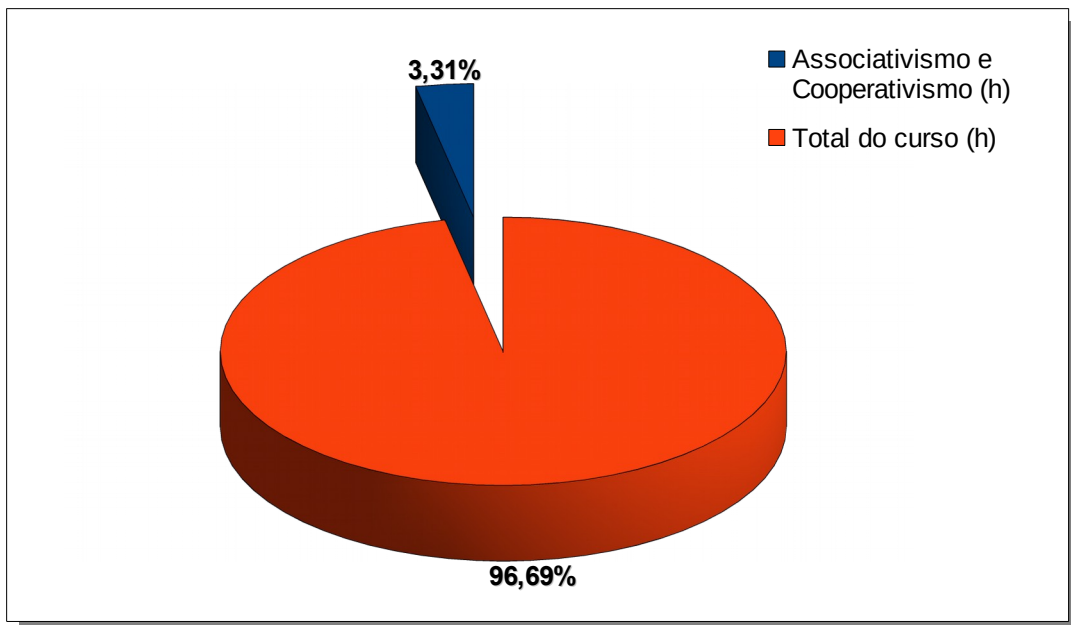


Fonte: Autoria própria (2020).

A disciplina Associativismo e Cooperativismo representa 4,52% da carga horária do Tempo Escola, conforme Gráfico 3. E, embora o cooperativismo esteja associado ao desenvolvimento das áreas de reforma agrária, conforme a literatura apresentada no referencial teórico desta dissertação, infere-se que o percentual destinado a essas teorias tem uma baixa representatividade. Essa inferência se torna ainda mais evidente ao se confrontar a carga horária total do curso com a carga horária da disciplina Associativismo e Cooperativismo, no Gráfico 4, no qual se verifica que apenas 3,31% do tempo total do curso é destinado ao estudo e práticas voltadas ao cooperativismo.

Importante mencionar que a carga horária total do curso corresponde ao somatório do Tempo Escola e Tempo Comunidade. O Tempo Escola corresponde ao período em que o educando frequenta a academia com aulas ou outras atividades presenciais. Importante, também, mencionar que nem sempre o Tempo Escola acontece nas Sedes das instituições parceiras, que em sua maioria são localizadas nos grandes centros. As atividades presenciais são desenvolvidas em polos de mais proximidade aos educandos, conforme os movimentos sociais apresentam junto à proposta do curso. Esses polos são, muitas vezes, as escolas da própria comunidade de algum PA, ou em “escolas” do MST. Nestes casos, os professores se deslocam a esses polos para ministrar as aulas. Também acontecem aulas presenciais nas sedes das instituições parceiras, para as quais são os educandos que se deslocam para essa sede.

Gráfico 4. Carga horária Associativismo e Cooperativismo e carga horária total do curso

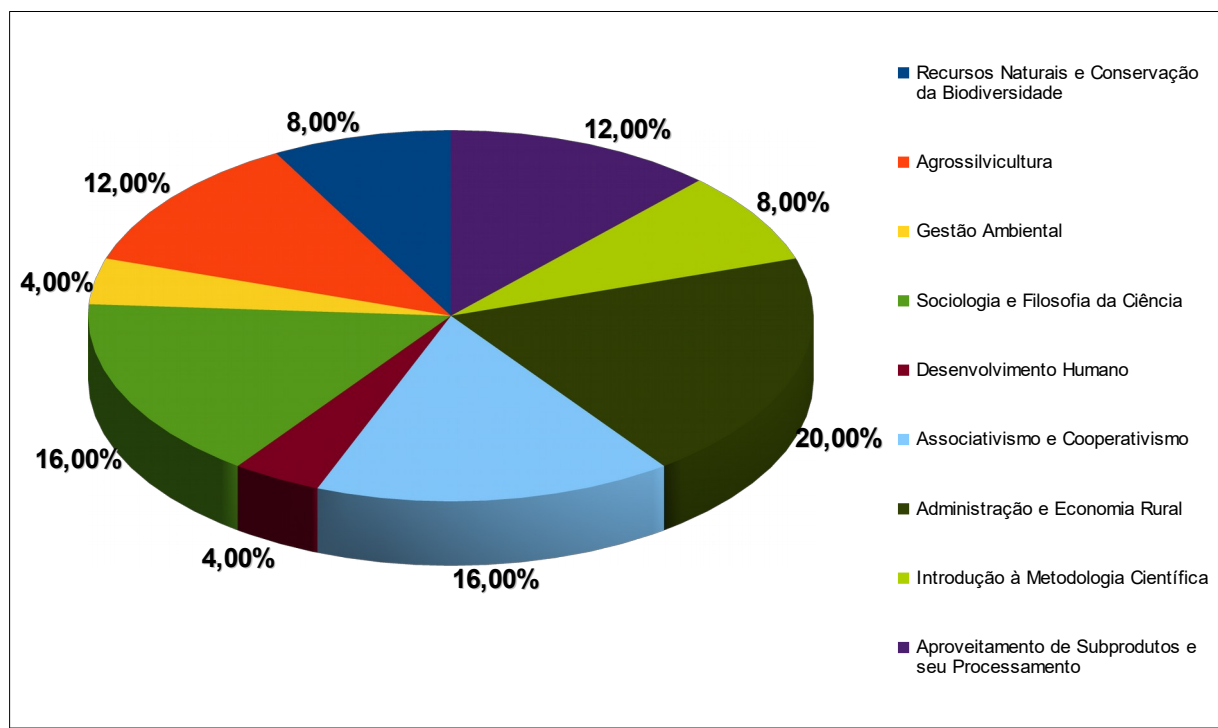


Fonte: Autoria própria (2020).

Com relação à carga horária total do curso, que corresponde à soma do Tempo Escola e Tempo Comunidade, a disciplina de Associativismo e Cooperativismo representa 3,31% (Gráfico 4).

O Gráfico 5 apresenta ainda o percentual de carga horária das disciplinas da área Desenvolvimento Rural Sustentável, na qual está inserida a disciplina de Associativismo e Cooperativismo.

Gráfico 5. Carga horária das disciplinas da área Desenvolvimento Rural Sustentável



Fonte: Autoria própria (2020).

Observa-se, no Gráfico 5, que a disciplina de Associativismo e Cooperativismo representa 16% da carga horária, em relação às demais disciplinas da área Desenvolvimento Sustentável.

A subseção seguinte retrata a grade curricular do curso Técnico em Agroecologia pela Funpar em parceria com o Incra/PR.

4.4.2 Técnico em Agroecologia pela Funpar

Conforme dados da Tabela 26, a parceria entre o Incra/PR e a Funpar para a realização do curso Técnico em Agroecologia ocorreu uma única vez, no período de

2005 a 2009. O curso, iniciado com 100 (cem) alunos, finalizou com 21 (vinte e um), ou seja, cerca de 20% da turma concluiu o curso.

A grade curricular é apresentada na Tabela 28.

Tabela 28. Grade curricular Técnico em Agroecologia pela Funpar (2005 a 2009)

Área de Ensino	Carga horária por módulo (h)							Total (h)
	I	II	III	IV	V	VI	VII	
Ciências Humanas e suas Tecnologias	70	50	50	50	70	100	110	500
Linguagens, Códigos e suas Tecnologias	170	150	150	140	140	0	0	750
Ciências da Natureza, Matemática e Suas Tecnologias	160	140	30	30	100	90	0	550
Ciências Agrárias	0	60	70	80	80	200	280	770
Subtotal Tempo Escola	400	400	300	300	390	390	390	2570
Prática Profissional/Tempo Comunidade	90	90	90	90	90	90	90	630
Subtotal	490	490	390	390	480	480	480	3200

Fonte: Adaptado de Inkra (2005-2009).

A grade curricular apresentada na Tabela 28, oriunda do processo de parceria entre o Inkra/PR e a Funpar, não apresenta as disciplinas ministradas, mas as áreas do conhecimento. Dentro das áreas aplicadas no curso não é possível identificar ou vislumbrar a presença do Associativismo ou do Cooperativismo.

Em comparação com a grade curricular do curso Técnico em Agropecuária com ênfase em Agroecologia, onde uma das áreas trabalhadas é o Desenvolvimento Rural Sustentável, na qual se encontra a disciplina Associativismo e Cooperativismo, o curso Técnico em Agroecologia, em parceria com a mesma instituição, a Funpar, não consta essa área na grade curricular, tampouco a disciplina específica.

A carga horária da área “Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias” apresenta divergências no somatório constante do Processo. Há uma diferença de 200 horas para menos, conforme o somatório apresentado na Tabela

28, portanto, fora adaptada do original. No Processo, o somatório da área é de 750 horas, enquanto o somatório correto é de 550 horas. Resultado esse que refletiu na carga horária total do curso, com dedução das 200 horas. No Processo não constam os Históricos Escolares dos 21 formandos, de modo que não foi possível confrontar esse dado.

Dessa forma, infere-se nesta análise, que o cooperativismo não foi abordado nessas parcerias. Por ser um curso que forma técnicos em agroecologia para a reforma agrária, e muitos PAs do Estado se encontram já com certificação da produção agroecológica, e outros em processo de certificação, conforme relatado por Sandri (2019), o cooperativismo deveria ser também parte da grade curricular, uma vez que é um dos instrumentos de organização e viabilização da produção, conforme defendido por Scopinho e Martins (2015), Sandri (2019) entre outros. Isso além de ser um dos compromissos pautados pelo Pronera, dessa forma, entende-se que, já a partir da apresentação das propostas dos cursos, as instituições proponentes, aliadas aos movimentos sociais, o cooperativismo deveria ser contemplado.

Na próxima subseção serão analisados os cursos Técnico em Agroecologia realizados em parceria do Incra com a Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná.

4.4.3 Técnico em Agroecologia pela Escola Técnica da Universidade Federal/PR

Conforme apresentado na Tabela 26, ocorreram três parcerias entre o Incra/PR e a então Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná (ET/UFPR), entre os anos de 2008 a 2011. Os cursos tiveram como meta a formação de 170 Técnicos, mas formaram 113, ou seja, 66,5% da meta.

As três parcerias tiveram início na mesma data, 30 de dezembro de 2008, portanto, a grade curricular não sofreu alterações no período de vigência, que foi até 30 de dezembro de 2011. A Tabela 29 apresenta a grade curricular do curso Técnico em Agroecologia pela então Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná, no período de 2008 a 2011.

Conforme se analisa a Tabela 29, à semelhança da Tabela 28, não há ocorrência do Cooperativismo nas áreas de ensino do curso Técnico em

Agroecologia pela ET/UFPR, e embora presente as disciplinas, ou unidades didáticas na grade curricular, não é possível vislumbrar a presença do cooperativismo nesses cursos. A grade curricular também deixou de apresentar a carga horária correspondente ao Tempo Comunidade.

Tabela 29. Grade curricular Técnico em Agroecologia pela ET/UFPR (2008 a 2011)

Área de Ensino	Unidade Didática	Carga horária por módulo (h)					Total (h)
		I	II	III	IV	V	
Linguagens, Códigos e suas Tecnologias	Literatura, comunicação e expressão	172	120	120	40	0	452
	Comunicação rural						
	Língua estrangeira						
	Artes e cultura						
Ciências da Natureza, Matemática e	Educação Física	120	120	120	40	0	400
	Física						
	Química						
	Biologia						
	Ecologia e ecossistemas						
Meteorologia e climatologia							
Ciências Humanas e suas Tecnologias	Filosofia	100	100	100	60	40	400
	Ética						
	História						
	Geografia						
	Sociologia						
	Psicologia social						
	Economia política						
Direito e legislação							
Ciências Agrárias	Introdução à agroecologia	140	140	140	340	440	1200
	Agricultura geral						
	Planejamento e gestão de sistemas agrários						
	Uso e manejo do solo						
	Manejo dos recursos naturais						
	Culturas Regionais						
	Olericultura e plantas medicinais						
	Fruticultura						
	Produção Animal						
	Produção e manejo florestal						
	Engenharia agrícola						
	Cooperação agrícola e processamento da produção						
	Administração rural						
	Métodos e técnicas de pesquisa						
Subtotal Tempo Escola	532	480	480	480	480	2452	
Tempo Comunidade	0	0	0	0	0	0	

Fonte: Adaptado de Incra (2005-2009).

Nestas parcerias, há o mesmo entendimento das parcerias realizadas com a Funpar no período de 2005 a 2009, à contramão da literatura apresentada, especialmente no que defendem Fernandes (2008), Scopinho (2015, 2018), Sandri (2019), de que por meio do cooperativismo as áreas de reforma agrária têm ampliadas suas formas de desenvolvimento, não somente local, mas inclusive regional.

A subseção seguinte passa a analisar os cursos Técnicos em Agroecologia realizados em parceria do Incra/PR com o Instituto Federal do Paraná – IFPR, no período de 2009 a 2018.

4.4.4 Técnico em Agroecologia pelo IFPR

As parcerias entre o Incra e o IFPR ocorreram entre os anos de 2009 a 2013, para a realização de quatro cursos de Técnico em Agroecologia, e um mais recente entre os anos de 2014 a 2018, conforme apresentado na Tabela 26. As primeiras parcerias seguiram o molde curricular da então Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná, na qual não é possível identificar a presença do Cooperativismo entre as disciplinas trabalhadas. Também não há menção à carga horária do Tempo Comunidade nesses processos. A parceria mais recente com o IFPR para a realização do curso Técnico em Agroecologia, no período de 2014 a 2018 apresenta diferenças em relação às anteriores. Na Tabela 30 consta a grade curricular correspondente a essa parceria.

Tabela 30. Grade curricular Técnico em Agroecologia pelo IFPR (2014 a 2018)

Área de Ensino	Carga horária por módulo (h)										Total (h)
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	
Linguagens, Códigos e suas Tecnologias	40	45	40	30	25	25	35	30	50	50	370
Ciências da Natureza, Matemática e	90	96	85	70	60	60	50	30	50	50	641
Ciências Humanas e suas Tecnologias	50	55	45	40	35	35	35	30	76	76	477
Ciências Agrárias	60	60	70	100	120	120	120	150	200	200	1200
Tempo Escola	240	256	240	240	240	240	240	240	376	376	2688
Tempo Comunidade	52	52	52	52	52	52	52	52	48	48	512
TOTAL	292	308	292	292	292	292	292	292	424	424	3200

Fonte: Incra (2014).

À semelhança das parcerias anteriores com o IFPR, não foi constatada a presença do Cooperativismo nas áreas de ensino, conforme se apresenta na Tabela

30, e na grade também não são apresentadas disciplinas. A diferença entre essa e as parcerias anteriores é em relação ao Tempo Comunidade ter sido contemplado na grade, e a própria carga horária do Tempo Escola é maior na parceria de 2014, sendo que nas anteriores era de 2452 h, e nessa foi de 2688 h.

Diante desse fato, há o entendimento já relatado nas subseções 4.4.3 e 4.4.4, de que, apesar de ser um dos compromissos do Pronera, o cooperativismo não esteve presente enquanto disciplina nesta parceria.

A subseção seguinte trata da grade curricular do curso de graduação em agroecologia pela então Escola Técnica da UFPR, entre os anos de 2008 a 2010.

4.4.5 Graduação em Agroecologia pela Escola Técnica da UFPR

A parceria realizada inicialmente com a então ET/UFPR para realização do curso de graduação em Agroecologia, no ano de 2009, passou a ser com o IFPR, e o curso foi finalizado no ano de 2010. A grade curricular foi apresentada por áreas de ensino, conforme Tabela 31.

Tabela 31. Grade curricular Tecnólogo em Agroecologia pela ET/UFPR (2008 a 2010)

Área	Carga horária por módulo (h)						Total (h)
	I	II	III	IV	V	VI	
Ciências Básicas	90	90	90	0	0	0	270
Ciências Humanas	90	90	90	60	60	60	450
Produção Vegetal Agroecológica	120	120	120	210	180	210	960
Produção Animal Agroecológica	60	60	60	90	60	30	360
Gestão	0	0	0	0	60	60	120
Tempo Escola	360	360	360	360	360	360	2160
Tempo Comunidade	90	90	45	45	45	90	405
Estágio Supervisionado	0	0	45	45	45	0	135
TOTAL	450	450	450	450	450	450	2700

Fonte: Incra (2010).

Observando-se as áreas trabalhadas no curso, de acordo com a Tabela 31, não foi constatada a presença do cooperativismo nessas áreas, levando ao entendimento já descrito nas subseções anteriores, 4.4.3, 4.4.4, de que tanto as propostas dos cursos quanto as grades curriculares não abordam o cooperativismo, o que está em contraponto aos pressupostos do Pronera, e da literatura.

A subseção a seguir traz a análise do curso de graduação em Agroecologia pelo IFPR no período de 2009 a 2018.

4.4.6 Graduação em Agroecologia pelo IFPR

As parcerias com o IFPR para realização do curso de graduação em Agroecologia iniciaram em 2009, quando a então Escola Técnica da UFPR fora transformada em Instituto Federal. Entre os anos de 2009 a 2018, a grade curricular foi mantida. A Tabela 32 apresenta as áreas trabalhadas no curso.

Tabela 32. Grade curricular Tecnólogo em Agroecologia pelo IFPR (2009 a 2018)

Área	Carga horária por módulo (h)						Total (h)
	I	II	III	IV	V	VI	
Ciências Básicas	80	80	80	0	0	0	240
Ciências Humanas	80	80	80	60	60	60	420
Produção Vegetal Agroecológica	120	120	120	180	160	160	860
Produção Animal Agroecológica	60	60	60	100	60	60	400
Gestão	0	0	0	0	60	60	120
Tempo Escola	340	340	340	340	340	340	2040
Tempo Comunidade	60	60	60	60	60	60	360
TOTAL	400	400	400	400	400	400	2400

Fonte: Incra (2018).

As áreas trabalhadas pelo IFPR no curso foram as mesmas as da então Escola Técnica da UFPR, detalhadas na subseção 4.4.5. A diferença foi a redução da carga horária total do curso, que enquanto Escola Técnica era de 2700 h, sendo reduzida para 2.400 horas. Ainda, na Tabela 32, da grade curricular, não é possível identificar o cooperativismo enquanto conteúdo das áreas, à semelhança das demais parcerias até aqui analisadas, que não encontram alinhamento com a literatura apresentada nesta dissertação, especialmente no que se refere ao cooperativismo como instrumento de expansão econômica, política e social das áreas de reforma agrária, conforme postulado especialmente por Fernandes (2008).

O próximo subitem trará o curso de Especialização em Agricultura Familiar, realizado em parceria com a então Funpar.

4.4.7 Especialização em Agricultura Familiar e Educação do Campo

O curso de especialização em Agricultura Familiar e Educação do Campo foi a única experiência desse nível de ensino realizada com a Funpar, entre os anos de 2005 a 2007.

A Tabela 33 apresenta a grade curricular desse curso.

Tabela 33. Grade curricular Especialização em Agricultura Familiar e Educação do Campo

Eixos temáticos	Componentes curriculares	Carga horária (h)	Total (h)
Campo e Desenvolvimento Agrário	Formação social brasileira	45	90
	Campo e desenvolvimento no Brasil	30	
Agroecologia	Questão Agrária	15	120
	Principais bases da agroecologia	45	
	Agroecossistemas	30	
Identidade Camponesa	Sistemas agrossilvopastoris	45	120
	Matrizes formadoras	30	
	Educação do campo	60	
Economia	Diversidade cultural	30	135
	Economia Política	30	
	Planejamento de unidades produtivas	30	
	Gestão de unidades produtivas	30	
	Agroindústria familiar e camponesa	45	
Metodologias Participativas	Metodologia de pesquisa participativa	30	135
	Didática	45	
	Estudo independente	45	
	Monografia	15	
	Seminários de vivência nos estados		
TOTAL			600

Fonte: Incra (2007).

À semelhança dos cursos de graduação, o curso em epígrafe apresenta sua grade por áreas ou eixos temático. Conforme a Tabela 33, não é possível vislumbrar o cooperativismo tratado especificamente nesses eixos, nem nos componentes curriculares. Dessa forma, infere-se, com base na literatura – especialmente Fernandes (2008), Scopinho e Martins (2015), Fernandes e Pires (2015), e ainda os pressupostos do Pronera – de que há falhas desde a elaboração das propostas dos

cursos, e a análise técnica por parte do Incra ao deixar de contemplar e dar ênfase ao cooperativismo na execução das parcerias.

No Quadro 8 apresenta-se a consolidação da presença do cooperativismo nas disciplinas dos cursos objeto desta dissertação, consonante à Tabela 25.

Quadro 8. Presença do Cooperativismo como disciplina

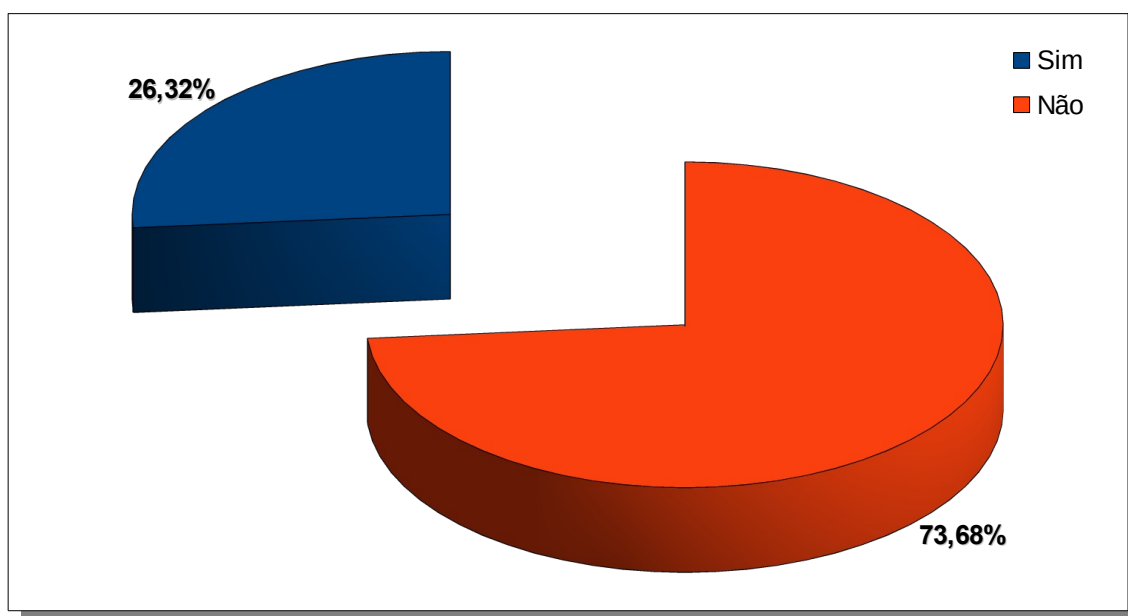
Convenente	Título / Objeto	Cooperativismo nas Disciplinas	
		SIM	NÃO
Funpar	Técnico de Agropecuária com Ênfase em Agroecologia	X	
Funpar	Técnico em Agropecuária com Ênfase em Agroecologia	X	
Funpar	Técnico em Agropecuária com Ênfase em Agroecologia Integrado	X	
Funpar	Técnico em Agropecuária com Ênfase em Agroecologia	X	
Funpar	Técnico em Agroecologia		X
Esc. Téc. UFPR	Técnico em Agroecologia		X
Esc. Téc. UFPR	Técnico em Agroecologia		X
Esc. Téc. UFPR	Técnico em Agroecologia		X
IFPR	Técnico em Agroecologia		X
IFPR	Técnico em Agroecologia		X
IFPR	Técnico em Agroecologia		X
IFPR	Técnico em Agroecologia		X
IFPR	Técnico em Agroecologia		X
Esc. Téc. UFPR	Superior em Agroecologia		X
IFPR	Superior em Agroecologia		X
IFPR	Superior em Agroecologia		X
IFPR	Superior em Agroecologia		X
IFPR	Superior Gestão de Cooperativas	X	
Funpar	Especialização em Agricultura Familiar e Educação do Campo		X

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

O Quadro 8 demonstra que o Cooperativismo esteve presente enquanto disciplina somente nos cursos técnicos em Agropecuária com ênfase em Agroecologia, e no superior de Gestão de Cooperativas, totalizando 5 ocorrências. Ambas as situações são de parcerias antigas, executadas entre os anos de 2003 a 2011. Nas demais 14 parcerias, não houve ocorrência do cooperativismo enquanto disciplina, conforme Quadro 8.

Por meio do Gráfico 6, demonstra-se, em percentuais, a presença do cooperativismo enquanto disciplina nos cursos objeto desta análise.

Gráfico 6. Presença do Cooperativismo como disciplina



Fonte: Autoria própria (2020).

Apesar de o cooperativismo ser relação de trabalho predominante em áreas de Reforma Agrária no Paraná, conforme Sandri (2019); apesar de o cooperativismo, enquanto novos padrões de relações de trabalho que o Pronera busca viabilizar (INCRA, 1998-2016); e apesar de o cooperativismo ser apontado como uma das alternativas para o desenvolvimento de áreas de Reforma Agrária (SCOPINHO; MARTINS, 2003; FERNANDES; PIRES, 2015), 26,32% das parcerias se apresenta o cooperativismo como disciplina,

Consonante à literatura citada, observa-se que a justificativa para a realização do curso superior em Gestão de Cooperativas, por exemplo, objeto de análise da subseção 4.3, foi a de dar mais autonomia ao agricultor, incentivando a troca de sementes, pesquisa camponesa, desenvolvimento e utilização de tecnologias locais, entre outros. Nesse sentido, é possível inferir que nos cursos realizados pelo Pronera, enquanto “Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária”, associados a um de seus compromissos, seria recomendada uma análise mais detalhadas das propostas e grades curriculares, na

finalidade de dar cumprimento a um dos três compromissos do Programa de forma mais expressiva, embora se aproxime do que se considera como “Bom” (acima de 30%).

Embora haja essa constatação, e o índice de presença do cooperativismo enquanto disciplina de alguns dos cursos seja médio, esse é um dos reflexos que o Pronera apresenta no cooperativismo das áreas de Reforma Agrária do Paraná.

A próxima subseção busca analisar a atuação dos egressos nas cooperativas de assentamentos do Paraná.

4.6 EGRESSOS DA FORMAÇÃO TÉCNICA-PROFISSIONAL E COOPERATIVISMO

A partir do questionário semi-estruturado, direcionado às lideranças das cooperativas, e à CCA, os dados foram tabulados e culminaram na elaboração da Tabela 34.

Tabela 34. Atuação dos egressos do Pronera nas cooperativas de RA do Paraná

Cooperativa	Nº de Assentados	Nº de Cooperados	Trabalhadores	Trabalhadores egressos do Pronera/PR
Copran	1112	1100	30	4
Coopercontestado	1252	130	5	2
Cocavi	555	259	8	5
Terra Livre	131	44	6	4
Coperjunho	3488	80	2	2
Cooperterra		Atividades suspensas		
Copavi	20	38	45	9
Corau		Atividades suspensas		
Coapra		Atividades suspensas		
Coana	2075	1136	13	1
Coocamp	3965	206	2	0
Copermate	266	235	8	1
Coanop	1382	520	5	3
Copercam	1266	80	3	2
Total	15512	3828	127	33

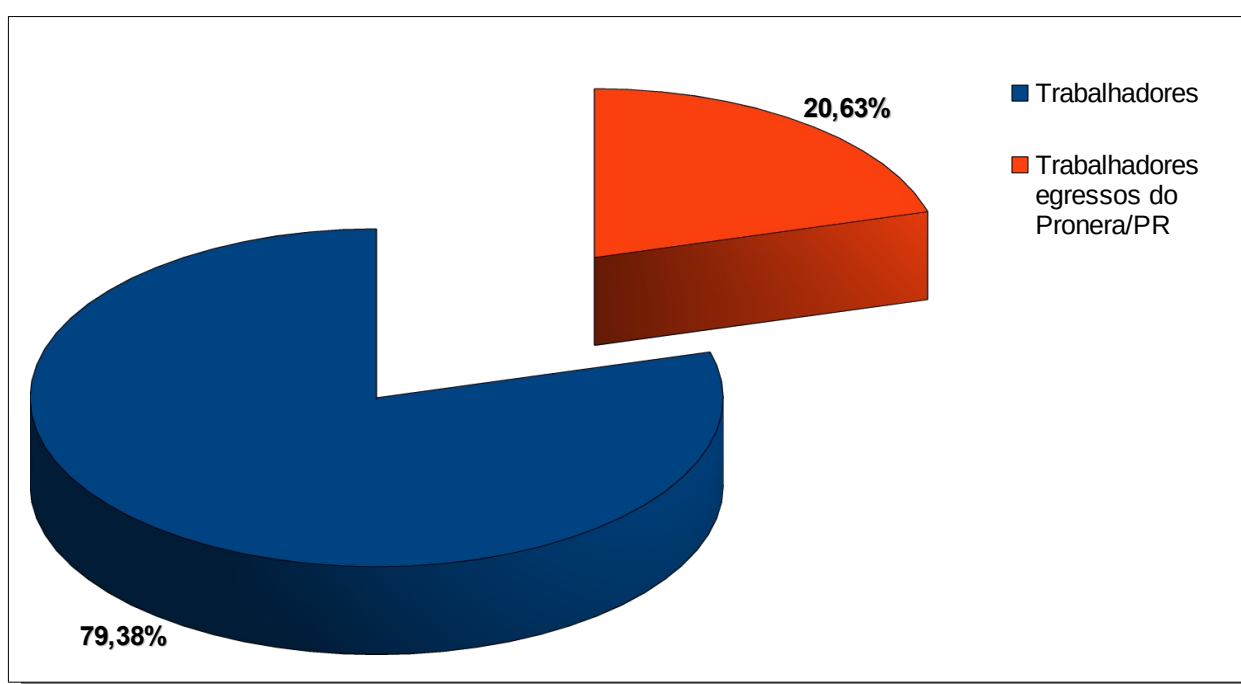
Fonte: CCA (2020).

As Cooperativas Cooperterra, Corau, e Coapra, como estão com as atividades suspensas, conforme dados da CCA, foram retiradas desta análise. Desta

forma, os objetos desta subseção são as 11 (onze) cooperativas de assentamentos do Paraná, conforme detalhamento na Tabela 34.

A principal relação que se observa a partir da Tabela 34 é entre os trabalhadores nas cooperativas de assentamentos do Paraná, e o número desses trabalhadores que são egressos dos cursos do Pronera do Paraná. O Gráfico 8 apresenta essa relação em percentuais.

Gráfico 7. Nº trabalhadores das Cooperativas e nº de trabalhadores egressos do Pronera PR



Fonte: Autoria própria (2020).

Os dados do Gráfico 7 demonstram que apenas 20,63% dos trabalhadores das cooperativas de assentamentos do Paraná foram formados pelas parcerias do Pronera no Estado. Pelo retratado na literatura constante do referencial teórico desta dissertação, no qual se observa a defesa teórica do cooperativismo como instrumento para o desenvolvimento das áreas de reforma agrária, assim como o cooperativismo enquanto forma predominante de relação de trabalho nessas áreas, e ainda um dos eixos que o Pronera busca viabilizar, considera-se o percentual de 20,63% de média expressividade, e um outro dos reflexos do Programa no cooperativismo da reforma agrária do Paraná.

Outra relação possível, a partir da Tabela 26, parcialmente replicada aqui, é entre o número total de egressos do Pronera (dos cursos objeto desta dissertação) no período e o número de trabalhadores das cooperativas de RA que são egressos. A Tabela 35 apresenta esses dados.

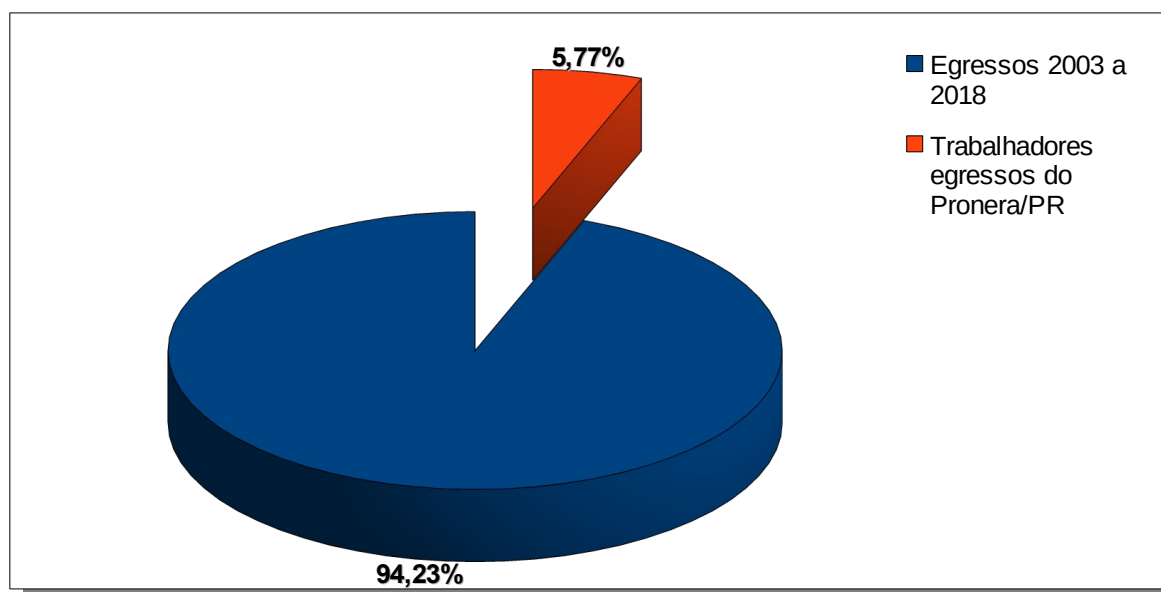
Tabela 35. Egressos do Pronera 2003 a 2018, trabalhadores das cooperativas egressos do Pronera

Convenente	Título / Objeto	Egressos	Trab. Coop.
FUNPAR	Técnico de Agropecuária com Ênfase em Agroecologia	32	
FUNPAR	Técnico em Agropecuária com Ênfase em Agroecologia	18	
FUNPAR	Técnico em Agropecuária com Ênfase em Agroecologia Integrado	28	
FUNPAR	Técnico em Agropecuária com Ênfase em Agroecologia	12	
FUNPAR	Técnico em Agroecologia	21	
Esc. Téc. UFPR	Técnico em Agroecologia	31	
Esc. Téc. UFPR	Técnico em Agroecologia	54	
Esc. Téc. UFPR	Técnico em Agroecologia	28	
IFPR	Técnico em Agroecologia	12	
IFPR	Técnico em Agroecologia	16	
IFPR	Técnico em Agroecologia	39	
IFPR	Técnico em Agroecologia	19	
IFPR	Técnico em Agroecologia	20	
Esc. Téc. UFPR	Superior em Agroecologia	45	
IFPR	Superior em Agroecologia	14	
IFPR	Superior em Agroecologia	23	
IFPR	Superior em Agroecologia	40	
IFPR	Superior Gestão de Cooperativas	20	
FUNPAR	Especialização em Agricultura Familiar e Educação do Campo	67	
		539	33

Fonte: Incra (2018); CCA (2020).

Já a partir da Tabela 35 é possível verificar a baixa expressividade do Pronera no cooperativismo de RA do Paraná. No Gráfico 8, esses dados são apresentados em forma de percentual.

Gráfico 8. Egressos do Pronera 2003 a 2018, e trabalhadores das cooperativas egressos do Pronera



Fonte: Autoria própria (2020).

A partir do Gráfico 8, é possível confirmar a baixa expressividade do Pronera no cooperativismo de RA do Paraná, à contramão do apontado na literatura pesquisada, constante do referencial teórico desta dissertação. Do total de egressos da formação técnica-profissional, entre os anos de 2003 a 2018, pelo Pronera do Paraná, que foram de 539, conforme dados do Incra (2019), apenas 5,77% atuam profissionalmente em cooperativas de RA do Paraná, conforme dados da CCA (2020). Os dados confrontam a literatura, pois esta afirma que o cooperativismo está relacionado tanto ao exercício da democracia (RENNÓ, 2009; PRESNO, 2009) quanto ao desenvolvimento econômico e social das áreas de reforma agrária (SCOPINHO; MELO, 2015; SCOPINHO, 2018; SANDRI, 2019).

4.7 SÍNTESE DA ANÁLISE

A primeira categoria da pesquisa foi a ocorrência do cooperativismo em geral, no Pronera do Paraná, que se fez de forma integrada com a segunda categoria, que foi a de apresentar o Pronera do Paraná no período de 1998 a 2018.

Nesse panorama, verificou-se somente uma ocorrência do cooperativismo na execução do curso superior de Gestão de Cooperativas, entre os anos de 2009 a 2011. O curso teve como meta a formação de 40 educandos, no entanto, atingiu somente 50% dessa meta. Outra constatação foi quanto à carga horária do curso destinada especificamente ao cooperativismo, que foi de apenas 4,52% da carga horária do Tempo Escola, e de 3,31% em relação à carga horária total do curso, que inclui o Tempo Comunidade. Em relação às demais disciplinas ministradas no curso, o associativismo e cooperativismo representaram 16%.

Passando-se à terceira categoria, que foi a de verificar a ocorrência do cooperativismo nas disciplinas ou grade curricular dos cursos de formação técnica-profissional, constatou-se a presença do cooperativismo em 26,32% das disciplinas ministradas nos cursos. Importante ressaltar, que as grades foram apresentadas por eixos ou áreas do conhecimento, e a partir delas as disciplinas ministradas.

A quarta categoria desta pesquisa teve o objetivo de verificar a atuação dos egressos da formação técnica-profissional no cooperativismo de RA do Paraná. Os dados apontaram que em relação aos trabalhadores das Cooperativas de RA do Estado, 20,63% desses trabalhadores foram formados pelas parcerias do Pronera no Estado. Ainda nessa categoria, fez-se a relação entre o número de formandos do período com o de trabalhadores das Cooperativas de RA do Estado, que resultou em 5,77%.

A partir dos resultados de cada uma das categorias da pesquisa elencadas, foi possível inferir que há reflexo do Pronera no cooperativismo em áreas de reforma agrária do Estado do Paraná, conforme sintetizado na Tabela 36.

Tabela 36. Reflexos do Pronera no Cooperativismo RA/PR

Categorias	Percentual
Pronera (Geral)	5,00%
Gestão de Cooperativas (Disciplinas)	16,00%
Disciplinas	26,32%
Trabalhadores das Cooperativas de RA/PR	20,63%
Total de egressos (2003-2018)	5,77%

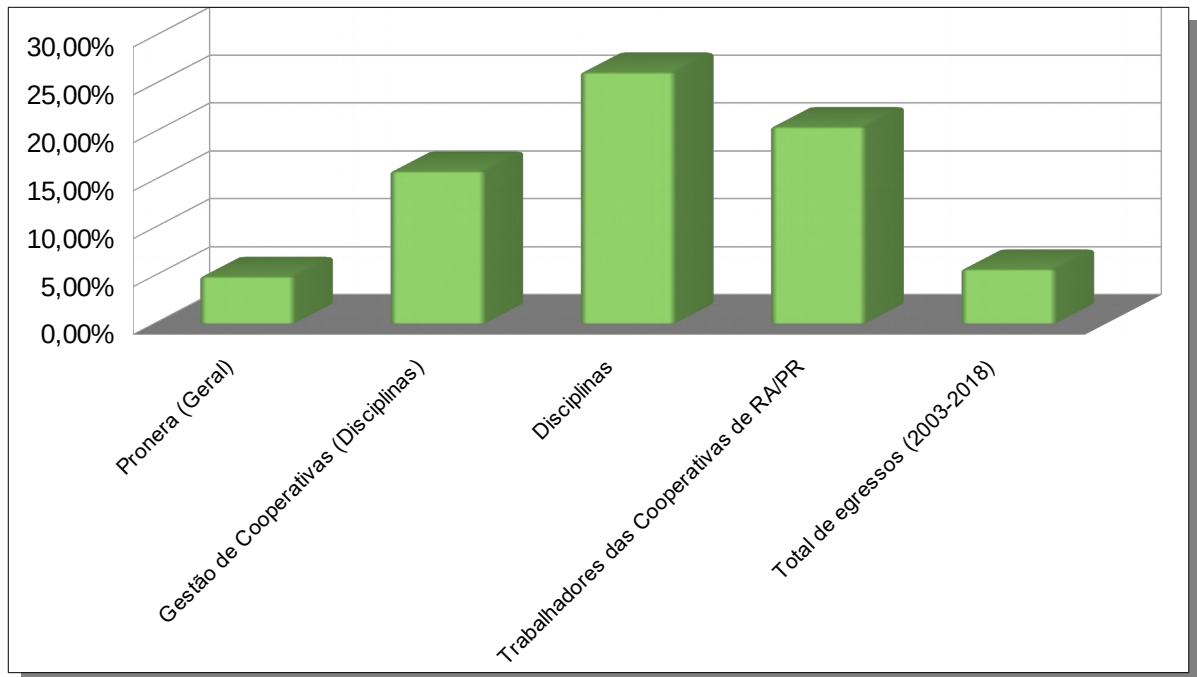
Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Na Tabela 36, quanto ao Pronera em geral, observou-se a ocorrência de apenas um curso voltado especificamente ao cooperativismo, que foi o curso de graduação em Gestão de Cooperativas, que representa 5% da formação técnica-profissional objetos desta dissertação. Quanto a esse curso específico, verificou-se a ocorrência de disciplinas voltadas ao cooperativismo propriamente dito, o que resultou em 16% da carga horária do Tempo Escola.

Em relação às disciplinas tratadas nos 19 cursos objetos desta análise, a representatividade, ou ocorrência do cooperativismo foi de 26,32%. Quanto aos trabalhadores das Cooperativas de RA do Estado do Paraná, que são egressos da formação técnica-profissional objetos desta análise, o índice é de 20,63% em relação ao total dos trabalhadores dessas Cooperativas. O número de trabalhadores egressos da formação técnica-profissional que atuam nas Cooperativas de RA também foi comparado com o número total de egressos dessa formação no período de 2003 a 2018, que resultou em 5,77%.

O Gráfico 9 busca demonstrar de forma mais detalhada esses percentuais.

Gráfico 9. Reflexos do Pronera no Cooperativismo RA/PR



Fonte: Autoria própria (2020).

Consonante ao Gráfico 9, é possível observar os índices do Pronera (formação técnica-profissional) em relação ao cooperativismo de RA do Estado do Paraná.

5 CONCLUSÃO

Esta dissertação baseou-se na Fundamentação Teórica apresentada, acerca dos assuntos relevantes para esta pesquisa, como os conceitos relevantes de Reforma Agrária, assim como seu contexto ao longo do tempo na história do Brasil; apresentou e caracterizou o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, sua contextualização histórica, e sua operacionalização por meio do Incra; expôs o associativismo de modo geral, e o do associativismo em áreas de reforma agrária e trouxe por fim, o alinhamento conceitual.

O propósito geral desta pesquisa foi o de descrever os reflexos da formação técnica-profissional promovida pelo Pronera no cooperativismo em áreas de reforma agrária no Estado do Paraná no período de 2003 a 2018. Na finalidade de dar cumprimento a esse propósito principal, seguiram-se seus desdobramentos secundários. Dessa forma, entende-se, até aqui, cumpridos os objetivos específicos iniciais da proposição desta pesquisa. Os demais objetivos específicos se alinham às categorias elencadas para esta pesquisa, na finalidade de dar cumprimento ao seu Objetivo Geral, consonante à metodologia adotada.

Assim sendo, a partir do cumprimento dos objetivos específicos, dá-se por cumprido o objetivo geral da pesquisa, consonante à metodologia adotada, assim como respondida a pergunta da pesquisa, que foi: Qual o reflexo da formação técnica-profissional no cooperativismo em áreas de Reforma Agrária do Estado do Paraná? Ou seja, o reflexo está na realização de curso específico sobre cooperativismo, disciplinas ministradas sobre cooperativismo, e atuação dos egressos nas Cooperativas de RA do Estado do Paraná.

Considerados os índices verificados nesta dissertação, e por se tratar de um dos três eixos que o Programa busca viabilizar, as relações de trabalho pautadas nos princípios do cooperativismo, em contraponto aos modelos do agronegócio, a partir dos resultados obtidos pode-se considerar que o Pronera não tem cumprido com tal compromisso. A presença do cooperativismo nos cursos em análise, e de acordo com as categorias elencadas, é pouco perceptível. Embora possa ser considerado dessa forma, e por toda a conjuntura política e social que se encontra a reforma agrária do país, uma realidade em que os protagonistas são os movimentos

sociais, a expectativa, enquanto pesquisadora, foi a de que os índices seriam mais expressivos.

Dessa forma, conclui-se que o Pronera se reflete no cooperativismo nas áreas de Reforma Agrária do Paraná da seguinte forma: o curso de graduação em Gestão de Cooperativas, nas disciplinas ministradas nos cursos de formação técnica-profissional que foram objeto desta dissertação, e quanto aos egressos da formação técnica-profissional por meio do Pronera que são trabalhadores das Cooperativas de Reforma Agrária do Paraná.

Nesse sentido, a opção por um modelo de desenvolvimento da educação da população camponesa contando com o cooperativismo para refletir positivamente nos resultados do Pronera, cria a necessidade de um processo pedagógico que explicita e permita aos demandantes transitar criticamente entre as diferentes práticas de ensino e opções de cursos, de modo a vislumbrar as possibilidades na sua realidade concreta. Se esse debate não for aprofundado, corre-se o risco de transformar a educação do campo novamente num discurso inócuo, ideológico ou mistificado, em vez de ser um propulsor de ações que promovam de forma democrática e efetiva melhorias para atingir o desenvolvimento educacional dos assentamentos, conseqüentemente, o desenvolvimento local e regional.

Os elementos do Cooperativismo nos resultados da formação técnica-profissional promovidos pelo Pronera em áreas de Reforma Agrária, além do próprio sentido de se organizar em associação e cooperativas, partem da existência de problemas concretos, como os conflitos ao se reivindicar uma educação específica para a população camponesa, na qual a união de pessoas com esses interesses comuns se apresenta como a solução mais eficaz. Somar esforços, vontade e desejo de várias pessoas é o vislumbre da conquista. Esse é o fundamento essencial do processo associativo: a soma de esforços proporcionando soluções mais eficazes para problemas coletivos.

A viabilização de novas relações sociais do trabalho em áreas de Reforma Agrária é apenas um dos três eixos que o Pronera almeja alcançar em suas práticas. Dessa forma, há o vislumbre de pesquisas voltadas aos outros dois eixos: da organização do território, e nas relações com a natureza nas áreas de Reforma Agrária.

Historicamente, a educação do campo no Brasil não teve os sujeitos do campo como protagonistas desse processo educativo. Por serem vistos como atrasados, e estarem por grande tempo marginalizados, conseqüentemente, tiveram a necessidade de enquadrar o homem do campo em um molde de sociedade urbano-industrial. O que impediu que se criassem propostas de educação focadas no sujeito, nas suas especificidades educativas e nas suas realidades socioeconômica e cultural. No entanto, no contexto atual, em que os protagonistas, tanto da luta pela terra, como da luta por uma educação do campo, ou da reforma agrária, a luta deveria ser também por uma educação de qualidade, voltada aos aspectos do campo, da terra, da Reforma Agrária, e não um espaço para ideologias ou doutrinação. Dessa forma, de acordo com os dados apresentados neste estudo, percebe-se que o Pronera do Paraná não tem, de fato, levado em conta esse compromisso de viabilização de novos padrões de relações sociais do trabalho.

No Incra, pode-se constatar as divergências quanto ao seu papel e à vinculação do Pronera ao Órgão. Existem diferentes visões sobre a forma como o Pronera é encaminhado dentro do Incra, e na importância dada ao Programa. Neste estudo não foram levantadas evidências para discutir se o Pronera deveria ser um Programa vinculado ao Incra ou não, tampouco foi o objetivo desta pesquisa. No entanto, acredita-se que essa é uma questão fundamental que deveria ser também explorada em estudos posteriores.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, F. J. B. C.; MIRANDA, J. A. P.; VASCONCELOS, T. C. Políticas públicas e os projetos de assentamento. **Estudos de Psicologia**. Natal, v. 9, n. 1, p. 81-88, 2014.
- ALMEIDA, L. F. R. Lutas sociais e questões nacionais: algumas reflexões em torno do MST. **Revista lutas sociais**. n. 21/22, p. 60-73, jun. 2017. ISSN 2526-3706. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/l/article/view/18617>. Acesso em: 13 fev. 2020.
- AZEVEDO, M. A.; AZEVEDO, I. R. B. Questão agrária e Educação do Campo: Controvérsias e Perspectivas. **Holos**, [S.l.], v. 1, p. 237-245, fev. 2018. ISSN 1807-1600. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/1700>. Acesso em: 23 fev. 2020.
- AZEVEDO, M. A.; SANTOS, S. R. O Pronatec Campo E O Contexto Do Campo E Da Educação Do Campo No Brasil. **Revista Debates Insubmissos**, Caruaru, PE. Brasil, Ano 1, v.1, nº 3, set/dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/debatesinsubmissos/article/view/238512>. Acesso em: 14 ago 2019.
- BANCO COOPERATIVO DO BRASIL – BANCOOB. **Cooperativismo em história**. Disponível em: <http://www.bancoob.com.br/?area=institucional&show>. Acesso em: 12 nov 2019.
- BARDIN, L. (2006). **Análise de conteúdo** (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trads.). Lisboa: Edições 70. (Obra original publicada em 1977).
- BARONE, Luis Antonio et al. O Associativismo como Estratégia de Ressocialização e Gestão nos Assentamentos Rurais. **Retratos de Assentamentos**, [S.l.], v. 11, n. 1, p. 45-69, jan. 2008. ISSN 2527-2594. Disponível em: <http://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/15>. Acesso em: 13 jan. 2020. doi:<http://dx.doi.org/10.25059/2527->
- BARROS, L. D. V.; Teixeira, C. F. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e saúde do campo: **Revisão integrativa do estado da arte**. [online]. 2018, v. 42, n. spe2. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-11042018S227> Acesso em: 13 fev. 2020, pp. 394-406.
- BERNANT, I. G. **Um no jeito de organizar**. A nova organicidade em/do movimento; luta pela terra, luta na terra e identidade sem terra na área de influência da Brigada Salvador Allende-MST (Paraná). 2012. 293f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universitat de Lleida, Lleida, 2012.
- BEZERRA NETO, L. Educação do Campo ou Educação no Campo. **Revista Histedbr**, Campinas, n.38, p. 150-168, jun.2010 - ISSN: 1676-2584. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639696/7263>. Acesso em: 20 abr 2018.

BOUDON, R.; BOURRICAUD, F. **Dicionário Crítico de Sociologia**. São Paulo: Ática, 1993.

BRASIL, **Código Civil. Lei 10.406/2002**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406.htm. Acesso em: 10 fev 2019.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Artigo 174. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 10 fev 2019.

BRASIL, **Decreto nº 91.766, de 10 de Outubro de 1985**. Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA. Disponível em: www.mda.gov.br/arquivos/I-PNRA.pdf. Acesso em: 28 jan 2018.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010. Resultados gerais da amostra**. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>. Acesso em 19 jan 2019.

BRASIL, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Cooperativismo. Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo**. Brasília: Mapa/SDC/DENACOOOP, 2008. 48 p. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/cooperativismo-associativismo/arquivos-publicacoes-cooperativismo/cooperativismo-2013-ed-2012.pdf> Acesso em 19 dez. 2019.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Políticas públicas para agricultura familiar**. Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/politicas_publicas_baixa.pdf. Acesso em: 19 jan 2019.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **II Plano Nacional de Reforma Agrária: Paz Produção e Qualidade de Vida no Meio Rural**. Agosto de 2003. Disponível em: http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/PNRA_2004.pdf. Acesso em: 28 jan 2018.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Memória Incra 35 anos**. MATTZA, A. F.. *et. al.* Brasília: MDA, Incra, 2006.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera): História, Estrutura, Funcionamento e Características. Territórios da Cidadania – Campo aberto para o conhecimento**. Brasília, 18 de dezembro de 2015. Edição de nº 01. Disponível em: http://www.incra.gov.br/sites/default/files/territorio_cidadania_01_dez_2015_incra_we

b.pdf#page=49. Acesso em: 16 abr 2018.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/noticias/pronera-18-anos-transformando-vidas-no-campo-por-meio-da-educacao>. Acesso em 06 abr 2018.

BRASIL, SEBRAE, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Associação: **Série Empreendimento Coletivos**. Disponível em <<http://www.sebrae.com.br>>. Acesso em: 11 fev 2019.

BRASIL, SEBRAE, **Cooperativismo**. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br>>. Acesso em: 11 fev 2019.

BREITENBACH, F. V. A Educação do Campo no Brasil: uma história que se escreve entre avanços e retrocessos. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 11, n. 121, p. 116-123, 21 fev. 2011. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/12304/7068>. Acesso em: 19 jan 2020.

CABRAL, J. C. Esquerda Progressista Uruguaia e a Reforma Agrária de Mercado: 2004-2011. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; *et al.*(orgs) **Território em Conflito, Terra e Poder**. Goiânia: Kelps, p. 105-169, 2014.

CALDART, R. S. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 15, n. 43, p. 207-224, Dec. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300016&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 13 Fev. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142001000300016>.

CAMACHO, R. S. A relação dos movimentos socioterritoriais camponeses com a universidade por meio do Pronera: Diálogos e Tensionamentos. **Revista Nera**, v. 39 n. 20. Maio 2016. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/5409>. Acesso em: 19 jan 2020.

CICONELLO, G. **Associativismo no Brasil: características e limites para a construção de uma nova institucionalidade democrática participativa**. 2006. 144f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) Universidade de Brasília. Instituto de Ciência Política. 2006. Distrito Federal.

DIANI, M.; BISON, I. 2010. Organizações, coalizões e movimentos. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 3, p. 220-249. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/279506427>. Acesso em: 22 nov. 2019.

DINIZ, D. F.. **O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) No contexto do Estado Democrático de Direito: Movimentos Sociais e Gestão Participativa**. 37ª Reunião Nacional da ANPEd – 04 a 08 de outubro de 2015, UFSC – Florianópolis. Disponível em:

<http://www.anped.org.br/sites/default/files/trabalho-gt03-4026.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2018.

FABRINI, J. E. Contradições camponesas no Brasil / Peasants contradictions in Brazil. **Campo-território: Revista de Geografia Agrária**, v. 13, n. 30 Ago., 19 abr. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/RCT133001>. Acesso em: 19 jan 2020.

FERNANDES, B. M. O MST e as reformas agrárias do Brasil. *In*: **Revista NERA**. Ano IX Nº 24, 2008. pp. 73-85.

FERNANDES, B. M. **Questão Agrária, Pesquisa e MST**. São Paulo: Editora Cortez, 2001.

FERNANDES, E.; PIRES, O. Associativismo no tempo da globalização: voluntariado e cidadania democrática, **Revista Intervenção Social**. v.27, Set, 2015. 159-190. Disponível em: <http://revistas.lis.ulusiada.pt/index.php/is/article/view/1079>. Acesso em: 31 jan. 2020.

FREITAS, H. C. A. **A construção da rede sócio-técnica de educação de assentados da Reforma Agrária: O Pronera**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC – 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/90502>. Acesso em 19 abr 2018.

FREITAS, H. C. A. **Rumos da Educação do Campo**. Em Aberto, Brasília, v. 24, n. 85, p. 35-49, abr. 2011.

FREY, K. 2000. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 21, jun. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/ppp/ppp21/Parte5.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2018.

HAHN, L. H.; SCHAEFER, M. I.; NICOLETTI, A. S. (2017). Associativismo e repertórios de ação político-institucional. **Opinião Pública, Campinas, vol. 23, nº 2, maio-agosto, 2017**. Disponível em: https://www.cesop.unicamp.br/vw/11MfzTK8wNQ_MDA_f247e_/RevistaOP.pdf. Acesso em: 19 mar 2018.

HEMINGWAY, E. **Adeus às armas**. 1ªed. Trad. Monteiro Lobato. São Paulo/Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1972.

HENIG, V. E. Políticas sociais, Estado e a reforma agrária pós-constituição de 1988. **Revista Videre da Faculdade de Direito & Relações Internacionais da UFGD**. 10. 323-349.10.30612/videre.v10i19.7444. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/videre/article/view/7444>. Acesso em: 19 jan. 2019.

LUCHMANN, L. H. H. Associações, participação e representação: combinações e tensões. **Lua Nova**, São Paulo, n. 84, p. 141-174, 2011. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452011000300006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 22 nov. 2019.

LUCHMANN, L. H. H. Modelos contemporâneos de democracia e o papel das associações. **Revista Sociologia Política**. Curitiba, v. 20, n. 43, p. 59-80, Oct. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782012000300004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 22 Nov. 2019.

LUCHMANN, L. H. H. et al. Associativismo no Brasil contemporâneo: dimensões institucionais e individuais. **Política e Sociedade**. Florianópolis, v. 17, n. 40 (2018), p. 307-341. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2018v17n40p307> Acesso em: 30 nov. 2019.

MATTEI, L. A reforma agrária brasileira: evolução do número de famílias assentadas no período pós-redemocratização do país. *In*: **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, 2012, p. 301-325.

MATTOS, A. J. A questão agrária no Brasil: Aspecto sócio-jurídico. **Projeto História**, São Paulo, n.33, p. 97-118, 2016.

MEDEIROS, L. S. **Reforma Agrária no Brasil**: História e atualidade da luta pela terra. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2015.

MELO, T. G. de; SCOPINHO, R. A. Políticas públicas para os assentamentos rurais e cooperativismo: entre o idealizado e as práticas possíveis. **Soc. estado**. Brasília, v. 33, n. 1, p. 61-84, Apr. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922018000100061&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 21 fev. 2020.

MENDONCA, S. R. As Políticas de “Reforma Agrária” no Brasil Recente (1995–2002). **Estudios Rurales**. v. 3, n. 4, 2013. Disponível em: <http://ppct.caicyt.gov.ar/index.php/estudios-rurales/article/view/3248>. Acesso em: 8 fev. 2019.

MIRANDA, R. S.; CUNHA, L. H. H. A estrutura organizacional do MST: lógica política e lógica prática. **Cad. CRH**, Salvador, v. 26, n. 68, p. 363-376, Aug. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792013000200010&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 13 jan. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792013000200010>.

MOLINA, M. C. Educação do Campo: História, Práticas e Desafios no Âmbito das Políticas de Formação de Educadores – Reflexões sobre o Pronera e o Procampo. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v.22, n.2, p. 22 0 - 2 53, jul./dez.2014. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/5252>. Acesso em: 19 jul. 2019.

MORAES, V. M. de. **A produção da licenciatura em educação do campo no Brasil: as múltiplas determinações na disputa por projetos societários**. 186f. Tese (Doutorado) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2018.

MORISSAWA, M. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

NATRIELLI, A.; GUIMARO, O. **Manual das associações: Como constituir e administrar uma associação**. Piracicaba, 2011.

NORONHA, G. S.; M. L. FALCÓN. A disputa entre modelos para o campo: apontamentos sobre a questão agrária no Brasil em busca de um novo paradigma. **Saúde Debate**. Rio de Janeiro, v. 42, n. Especial 3, P. 183-198, nov, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sdeb/v42nspe3/0103-1104-sdeb-42-spe03-0183.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2020.

OLIVEIRA, A. U. de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**. 2001, v.15, n.43, p. 185-206. Disponível em: . Acesso em: 24 jan. 2019.

OLIVEIRA, A. U. de. **A política de reforma agrária no Brasil**. 2009. Disponível em: . Acesso em: 24 jan 2018.

OLIVEIRA, A. U. de. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO BRASIL. **Anuário do Cooperativismo Brasileiro**. Cooperativas do Brasil. Ano 2019. Disponível em: <https://www.ocb.org.br/publicacao/53/anuario-do-cooperativismo-brasileiro-2019> Acesso em: 19 jan. 2019.

ORZEKOVSKI, N. RELAÇÕES DE TRABALHO NOS TERRITÓRIOS DA REFORMA AGRÁRIA. PEGADA - **Revista da Geografia do Trabalho**. v. 14, n. 1 (2013). Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/2106/2136>> Acesso em: 13 nov. 2019.

ORZEKOVSKI, N. Relações de Trabalho nos Territórios da Reforma Agrária no Sul do Paraná: se Camponês, se Proletário! **PEGADA - Revista da Geografia do Trabalho**. N. Especial. 2014. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/2900>. Acesso em: 13 nov. 2019.

PENNA, C.; ROSA, M. C. **Estado, movimentos e reforma agrária no Brasil: reflexões a partir do INCRA**. Lua Nova, São Paulo, 95: 57-85, 2015.

PRESNO, N. As cooperativas e os desafios da competitividade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 17, out. 2001. UFRRJ, Rio de Janeiro. p. 119-144.

REISDORFER, V. K. **Introdução ao cooperativismo**. Rio Grande do Sul. 2014.

RENNO, Lucio R.. Estruturas de oportunidade política e engajamento em organizações da sociedade civil: um estudo comparado sobre a América Latina. **Revista de Sociologia e Política**, [S.l.], n. 21, nov. 2010. ISSN 1678-9873. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/3646>. Acesso em: 22 nov. 2019.

RENNO, Lucio R. et al. Et. Al. **Legitimidade e qualidade da democracia no Brasil**. Uma visão da cidadania. SP: Intermeios; Nashville: Lapop, 2011.

ROCHA, R. J. S.; CABRAL, J. P. C. **Aspectos históricos da questão agrária no Brasil**. Rev. Produção acadêmica – Núcleo de Estudos Urbanos Regionais e Agrários/ NURBA – Vol. 2 N.1, 2016, p.75-86.

SABOURIN, E. Reforma agrária no Brasil: considerações sobre os debates atuais. *In: Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, vol. 16, no. 2, 2008, p. 151-184.

SALES, J. E. Cooperativismo: Origens e Evolução. **Revista Brasileira de Gestão e Engenharia** – ISSN 2237-1664 Centro de Ensino Superior de São Gotardo. Número I Jan-jun 2010. Disponível em: <https://periodicos.cesg.edu.br/index.php/gestaoeengenharia/article/viewFile/30/23>. Acesso em: 15 dez. 2019.

SALAMON, L. M. **Putting the Civil Society Sector on the Economic Map of the World**. Annals of Public and Cooperative Economics, v. 81, n. 2, p. 167-210, 2009.

SANDRI, A. M. **Cooperativas de assentados da reforma agrária no estado do paraná: políticas públicas e incentivo à geração de renda**. ISSN: 1984-8781 - Anais XVIII ENANPUR 2019. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviiienanpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=1421>. Acesso em: 15 dez .2019.

SANTOS, F. M. Análise de conteúdo: a visão de Laurence Bardin. Resenha de: [BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011, 229p.] **Revista Eletr nica de Educação**. São Carlos, SP: UFSCar, v.6, no. 1, p.383-387, mai. 2012. Disponível em: <http://www.reveduc.ufscar.br>. Acesso em: 18 dez. 2019.

SAUER, S. Reforma agrária de mercado no Brasil: um sonho que se tornou d vida. *In: Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 18, n  1, abril, 2010, p. 98-125.

SCOPINHO, R. A.; MARTINS, A. F. G. Sobre cooperação e cooperativas em assentamentos rurais. **Psicologia & Sociedade**. v.19, Edição Especial 1: 84-94, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v19nspe/v19nspea12>. Acesso em: 19 jan 2020.

SILVA, E. L.; MENEZES, F. **Estera M. Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. 4. ed. rev. atual.** – Florianópolis: UFSC, 2005. 138p.

SILVA, M. R. et al. Indicadores Propostos Na Literatura Nacional Para Avaliação De Sustentabilidade Na Agricultura Familiar. **Revista Monografias Ambientais**, [s. l.], v. 15, n. 1, p. 37–52, 2016. Disponível em: <http://search-ebSCOhost-com.ez48.periodicos.capes.gov.br/login.aspx?direct=true&db=aph&AN=116712230&lang=pt-br&site=ehost-live>. Acesso em: 22 fev. 2019.

SOUSA, L. P. Cooperativismo: conceitos e desafios à implantação da economia solidária. **Vitrine da Conjuntura**, Curitiba, v.2, n.2, abril 2009.

TOCQUEVILLE, A. A Democracia na América. Belo Horizonte: Itatiaia, 1998.

VAZZOLER, M. R. **Cooperativismo em assentamentos de reforma agrária: a sobrevivência de cooperativas do M.S.T. no contexto capitalista.** Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

VUELTA, R. B. **A participação social na gestão de políticas públicas: O caso do Programa Nacional de Educação Na Reforma Agrária – PRONERA.** 2016. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2480/1/Raquel%20Buitr%C3%B3n%20Vuelta.pdf> Acesso em: 30 jan. 2020.